



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENATA BATISTA ALVES

**AGROPECUÁRIA DE BEIRA DE ESTRADA EM SERGIPE: UM
ESTUDO DA BR 235**

São Cristóvão - SE
2015

RENATA BATISTA ALVES

**AGROPECUÁRIA DE BEIRA DE ESTRADA EM SERGIPE: UM
ESTUDO DA BR 235**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

São Cristóvão – SE
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Alves, Renata Batista

A474a Agropecuária de beira de estrada em Sergipe : um estudo da BR 235 / Renata Batista Alves ; orientador Marco Antônio Mitidiero Junior . – São Cristóvão, 2015.

165 f. : il.

Tese (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria. 3. Posse da terra. 4. Trabalhadores em extensão rural. 5. Agricultura e Estado. I. Mitidiero Junior, Marco Antônio, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.7)

**AGROPECUÁRIA DE BEIRA DE ESTRADA EM SERGIPE: UM
ESTUDO DA BR 235**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. **Marco Antonio Mitidiero Junior** (PPGEO/UFS)

ORIENTADOR

1º Examinador: **Prof. Dr. José Hunaldo Lima** (DGEI/UFS)

MEMBRO EXTERNO

Suplente: Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna

2º Examinador: **Profª. Drª. Marleide Maria Santos Sergio** (DGEI/UFS)

MEMBRO INTERNO

Suplente: Profª. Drª. Josefa Bispo de Lisboa

Mestranda: **Renata Batista Alves**

São Cristovão/SE ____ de ____ de ____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Josinete e José Antônio, que sempre fizeram de tudo para me proporcionar o melhor. Amo incondicionalmente vocês.

AGRADEDIMENTOS

E chega ao fim mais uma etapa da minha vida: meu mestrado. Durante esses anos de estudos na pós-graduação vivenciei muitas alegrias, algumas tristezas, adquiri conhecimento, e acima de tudo conheci pessoas maravilhosas que marcaram essa minha passagem no mestrado. Porém, o caminho percorrido para chegar até aqui foi sendo traçado durante toda minha vida, mesmo sem saber quais seriam as minhas pretensões. A descoberta pela profissão de professor veio ainda quando estudava minha oitava série, tive a oportunidade de estudar com uma professora maravilhosa que despertou em mim o gosto pela disciplina e pelo ofício do trabalho de educador. A partir desse momento, cada ano que passava eu tinha mais certeza de que era aquilo que queria para minha vida.

Os anos passaram e eu consegui passar no vestibular para o curso tão sonhado: Geografia. Ao entrar na universidade tive um “choque de realidade” e com o passar do tempo fui desmistificando as tantas interrogações que tinha em minha cabeça. Conheci professores super capacitados durante esses quatro anos de graduação, que me incentivaram e me ajudaram a chegar onde cheguei. Então o que era sonho virou realidade, me tornei professora de Geografia e entrei no mestrado, também para Geografia. Conseguir trilhar esse caminho e venho agradecer a todos que caminharam comigo durante todo esse tempo. Uns de forma mais presente e outros um pouco mais distantes, mas todos tiveram e tem grande importância para mim.

Primeiramente agradeço a **Deus** pelo dom da vida e por não me desamparar em tantos momentos.

Ao meu orientador, **prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior**, agradeço por ter despertado em mim o ser professor-pesquisador. Muito obrigada por estar me orientando desde o quarto período da minha graduação, sempre muito atencioso e prestativo comigo. Meu muito obrigada por ter acreditado em mim e por sua amizade construída durante todos esses anos.

Agradeço de uma forma tão imensurável aos meus pais, **Josinete** e **José Antônio**, por vocês serem meus alicerces, por se preocuparem tanto comigo dando o melhor que podia me proporcionar durante toda minha vida. Vocês dois são a minha maior riqueza. Eu amo vocês meus queridos pais.

Aos meus três irmãos: **Henrique, Rodrigo e Raul**, agradeço por tornarem os meus dias mais alegres. Mesmo em momentos mais difíceis, nós sempre estivemos juntos e sempre estaremos. Obrigada meus irmãos por recarregar minhas energias me fazendo sorrir quando eu chegava cansada da universidade. Vocês são minha família e eu amo vocês.

Um agradecimento especial vai para o meu noivo **Everton**. Meu amor, muito obrigada por estar sempre ao meu lado, tanto nas alegrias como nas tristezas também. Você é muito especial para mim. Agradeço por tudo que fez por mim. Desde o dia em que nos conhecemos você se fez presente em tudo na minha vida, e eu não tenho nem palavras para te agradecer por ser esse ser tão lindo e especial. Te amo!!!

Aos meus familiares agradeço por todas as mensagens e energias positivas que sempre me desejaram durante todo esse tempo. Minha querida **Vó Anete**, sou muito grata por me ajudar inúmeras vezes, e pelo seu carinho de segunda mãe tão especial. Meus tios **Genival, José Carlos, Anadelson, Rosival, Josenilde, Josimeire, Josineide**, obrigada por tudo. Minhas primas queridas **Luana, Bianca e Beatriz**, obrigada por sempre estarem comigo me incentivando e, sobretudo, me proporcionando momentos de muitas risadas e amizade juntas. A todos muito obrigada!

Sou grata por sempre se preocuparem comigo minhas queridas madrinhas: **Edilma e Luzia**. Vocês são especiais para mim. Ao meu padrinho (**Jailton**) também agradeço de forma especial por demonstrar gostar muito de mim. Tenho carinho por todos.

Meus amigos de infância: **Adriana, Carla e Sandra**, obrigada minhas queridas e lindas amigas. Meus amigos da graduação: **Wilmara, Mônica, Aline, Ana Paula, Edmar, Leandro, Genivânia, Darla e Cleverton**, muito obrigada por sempre me incentivar a seguir adiante com o mestrado. As amigas, **Idinha, Adriana e Givalda**, sou grata por todo incentivo.

Minhas queridas amigas **Amanda e Joice**, meu agradecimento por estarem comigo me ajudando e incentivando nessa jornada. Obrigada pela linda amizade que construímos juntas e que será por toda vida. Vocês são como umas irmãs na minha vida. Gosto muito de vocês. A minha amiga **Jacksilene** (Jack), faltam palavras para te agradecer por tudo que fez por mim minha grande amiga, minha irmã de consideração. Você que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Vivemos tantas coisas

juntas que jamais esquecerei. Nossa amizade é abençoada por Deus e seremos amigas para sempre!

No mestrado pude conhecer muitas pessoas, mas algumas se tornaram especiais para mim. Por isso, agradeço a vocês **Jordana, Raphaela, Shauane, Sandra, Jamile, Joseane, Marina e Vanilza**. Obrigada meninas por tudo.

Compartilho essa alegria e conquista também com **Isabel** que é uma pessoa muito especial para mim. Obrigada por toda ajuda e conselhos que me deu nessa jornada da minha vida. Agradeço também a minhas queridas cunhadas **Isabella e Andresa** pelo carinho e incentivo de sempre.

À professora que despertou em mim o gosto pela Geografia ainda no ensino fundamental: **Rosilene**. Muito obrigada querida e eterna professora.

Aos meus professores da graduação: **Marleide, Hunaldo, Vanessa, Josefa, Márcia, Daniel, Cristiano, Marcelo, Cristiane e Ana Rocha**, muito obrigada por todos os ensinamentos e por me ajudar a enxergar o mundo para além das aparências. Tenho um carinho enorme por cada um de vocês.

Aos professores do NPGEO, **Eraldo, Alexandrina, Senhorinha e Vera**, meu imenso agradecimento pelos ensinamentos e contribuições valiosíssimas para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Obrigada ao **NPGEO** pelo apoio de seus funcionários e coordenadores.

À **CAPES**, pelo auxílio financeiro recebido.

Enfim, a todos vocês meu muito obrigada por tudo.

EPÍGRAFE

Versos da Agropecuária de “Beira de Estrada”

Camponês sem terra
É igual ao sertão sem chuva
Se esta não chega à terra
É um Deus nos acuda.

Na beira da estrada
Estão sempre a plantar
Consumem o que plantam
E o resto é para venda ou para dá.

Nem sempre sua família pode estar
Na terra da União a plantar
Mas há sempre uma certeza de que a terra o fruto dará
Mesmo com a pouca chuva que cai pro lado de cá.

São aposentados, desempregados,
Ambulantes e diarista rural
Que plantam na beira da estrada
Para a família alimentar e a todos alegrar.

O campesinato é isso
Misto de trabalhadores
Que vivem da terra com a família
E alcançam seus louvores com muitos temores.

São José, São João e São Pedro
Tem toda devoção
Dos camponeses fiéis
A sua religião.

Esse é o Brasil
País com muita terra
E muita gente passando fome
Por causa das desigualdades que nos consome.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Produção de milho em frente às casas na BR 235 em Areia Branca – SE	79
Figura 02: Posicionamento das plantações em frente às casas na BR 235 em Areia Branca	79
Figura 03: Pastoreio de animais em Areia Branca – Sergipe.....	81
Figura 04: Coleta de capim na BR 235 (Frei Paulo)	82
Figura 05: Contraste da paisagem do agronegócio do milho com o cultivo da palma nas margens da BR 235. (Frei Paulo)	83
Figura 06: Contraste da paisagem do agronegócio da cana-de-açúcar com o cultivo da mandioca nas margens da BR235 (Areia Branca)	83
Figura 07: Trabalhador adubando a plantação de milho	86
Figura 08: Plantações em Itabaiana as margens da BR 235-SE	87
Figura 09: Cultivo de feijão nas margens da BR 235 em Itabaiana-SE	88
Figura 10: Cultivo do milho na BR 235/SE em Frei Paulo	94
Figura 11: Plantação de feijão na beira da estrada na BR 235/SE em Carira	96
Figura 12: Plantação de café consorciada com quiabo na Rodovia Estadual SP-425	97
Figura 13: Plantação de café consorciada com quiabo (irrigada) na Rodovia Estadual SP-425.....	98
Figura 14: Barracas alocadas às margens da BR 235/SE Areia Branca	99
Figura 15: Quintal produtivo em Areia Branca, Sergipe	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estrutura Fundiária Brasileira, 2.003	30
Tabela 02: Síntese da Estrutura Fundiária, 2.003	30
Tabela 03: Brasil – Distribuição do volume de produção (lavouras temporárias) em 2006	34
Tabela 04: Produção do setor sucroenergético – Brasil	45
Tabela 05: Aumento anual da área cultivada com milho em Sergipe e Carira	51
Tabela 06: Aumento anual da produção de milho em Sergipe e Carira	52
Tabela 07: Sergipe – Mudanças na estrutura fundiária 1992-2011	63
Tabela 08: Sergipe – Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)	69
Tabela 09: Pesquisa nacional da cesta básica e variação da cesta básica em 18 capitais do Brasil em dezembro de 2014	75
Tabela 10: Aplicação do fator K na fórmula	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização da área de estudo, estado de Sergipe	23
Mapa 02: Agricultura de beira de estrada na BR 235, Sergipe	24
Mapa 03: Estabelecimentos agrícolas em 2011, Sergipe	66
Mapa 04: Área dos estabelecimentos agrícolas em 2011, Sergipe	67
Mapa 05: Predomínio da Área dos estabelecimentos rurais em 2011, Sergipe	68
Mapa 06: Índice de Gini para o ano de 2011, Sergipe	70

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 01: Produção de cana, 1990-2010, Sergipe	48
Prancha 02: Produção de feijão e milho de 2000 e 2010, Sergipe	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Uso e posse da terra pelos entrevistados	84
Gráfico 02: Caracterização dos trabalhadores da “beira da estrada”	89
Gráfico 03: Produtos cultivados pelos trabalhadores nas margens da BR 235/SE	92
Gráfico 04: Escolaridade dos entrevistados	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABAG – Associação Brasileira de Agrobusiness

BANESE – Banco do Estado de Sergipe

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAS – Country Assistance Strategy

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPEU – Contrato de Permissão Especial de Uso

CTB – Código de Trânsito Brasileiro

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte

EAP – Estratégia de Assistência ao País

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI – Fundo Monetário Internacional

GRU – Guia de Recolhimento da União

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MLC – Movimento de Luta Camponesa

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCRP – Programa de Combate à Pobreza Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

RAM – Reforma Agrária de Mercado

SEAIN – MPO – Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento
Orçamento e Gestão

RESUMO

A terra é um recurso natural e não foi criada pelo trabalho humano. Ela não se configura enquanto uma mercadoria produzida pelo homem. Porém, no modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra torna esse bem natural em uma mercadoria especial. A configuração da terra enquanto reserva de valor diante da magnitude de terras existentes no Brasil expressa uma contradição, pois, de um lado, tem-se um país com extensões continentais que são agricultáveis; em contrapartida, há inúmeros trabalhadores lutando para ter acesso às mesmas. A concentração da estrutura fundiária brasileira tem raízes históricas, que se intensificam a partir da valorização do agronegócio como principal eixo de desenvolvimento para o campo. Assim, cresce a demanda dos trabalhadores e movimentos sociais pelo acesso e posse da terra-trabalho. Em Sergipe, estes rebatimentos são observados na ocupação e uso de terras das faixas de domínio da União das rodovias como alternativa de ocupação/sobrevivência dos cortadores de cana, desempregados, ambulantes, diarista rural, e aposentados, especificamente nas margens da BR 235 do referido Estado. O recorte espacial desta pesquisa é composto pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira, pois são os pontos onde ocorre mais intensamente a atividade agropecuária de beira de estrada. A análise das contradições desse processo sustentou-se em leituras teóricas e práticas sobre o mundo do trabalho, o campesinato, concentração fundiária, e a crescente produção de pobreza no campo brasileiro. É nos rebatimentos provenientes desse processo que se busca entender como a concentração fundiária no estado de Sergipe está posta e qual a sua relação com a ocupação das faixas de domínio da União, sobretudo da BR 235, que liga Aracaju ao interior do estado. Trabalhadores produzem alimentos, pastoreiam animais e coletam capim nas terras de domínio da União ao lado de grandes fazendas produtoras de cana, de milho e de outras propriedades particulares. As margens da rodovia em questão, que aparentemente são supérfluas, refletem neste espaço geográfico uma heterogeneidade de trabalhadores que, entre as cercas das propriedades privadas e as rodovias, trabalham mostrando a importância que a terra tem enquanto meio de produção/sobrevivência.

Palavras-Chave: terra; trabalho; camponês; agronegócio; faixas de domínio da União.

ABSTRACT

Land is a natural recourse and it was not created by human labor. It does not configure while a merchandise produced by man. However in the capitalist mode of production, the private ownership of land makes this benefit natural in a special merchandise. The configuration of the land as a store of value before the magnitude of existing lands in Brazil expresses a contradiction because on the one hand, there is a country with continental extensions that are arable; on the other hand, there are many workers struggling to have access to them. The concentration of the Brazilian agrarian structure has historical roots, which intensify from the appreciation of agribusiness as the main axis of development for the field. So grows the demand of the workers and social movements for access and occupancy of land-labor. In Sergipe, these strikings are observed in the occupation and lands use of Union domain areas of the highways as an alternative occupation / survival of sugarcane cutters, unemployed, walking, rural day laborer, and retirees, specifically in the margin of BR 235 of that State. The spatial area of this research is composed by the municipalities of Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo and Carira, because they are the points where it occurs most intensely agricultural activity roadside. The analysis of the contradictions of this process held on theoretical readings and practices about the labor world, the peasantry, land concentration, and the growing production of poverty in Brazilian field. It is in this strikings from this process which seeks to understand how land concentration in the state of Sergipe is placed and what is its relationship to the occupation of Union domain areas, particularly the BR 235, which connects Aracaju to the countryside of the state. Workers produce food, graze animals and collect grass in the Union domain lands next to large farms producing of sugarcane and corn and other private properties. The highway margins in question, which are apparently superfluous, reflect in this geographic space heterogeneity of workers who, between the fences of private homes and roads, work showing the importance that the land has as a means of production / survival.

Keywords: land; work; peasant; agribusiness; Union domain areas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - QUESTÃO AGRÁRIA E A POBREZA NO CAMPO BRASILEIRO	26
1.1- Concentração fundiária e pobreza no campo	26
1.2- As políticas neoliberais e o agronegócio no campo brasileiro e sergipano	38
1.3- Reestruturação produtiva no campo e seus rebatimentos para o trabalhador camponês	55
CAPÍTULO 2 - AGROPECUÁRIA NAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO EM SERGIPE	62
2.1- Concentração fundiária em Sergipe	62
2.2- O “uso das rodovias” para produção de alimentos	74
2.2.1- Caracterização do município de Areia Branca	100
2.2.2- Caracterização do município de Itabaiana	103
2.2.3- Caracterização do município de Frei Paulo	104
2.2.4- Caracterização do município de Carira	105
2.3- Funcionalidade das Faixas de Domínio da União de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e Polícia Rodoviária Federal (PRF)	107
CAPÍTULO 3 - RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGROPECUÁRIA DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO: BR 235/SE	116
3.1- Resistência camponesa nos “acostamentos vivos” da BR 235 em Sergipe	116
3.2- O trabalhador de beira de estrada: camponês ou trabalhador rural?	135
3.3- O Processo de mercantilização das terras das faixas de domínio da União na BR 235 em Sergipe	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

INTRODUÇÃO

A terra é um bem natural e não foi criada pelo trabalho humano. Ela não se configura enquanto uma mercadoria produzida pelo homem. Porém, no modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra torna esse bem natural e originário em uma mercadoria especial. A partir desse momento, a terra passa a ser apropriada com fins lucrativos, possibilitando a extração da renda da terra, bem como a especulação imobiliária, constituindo, também, reserva de valor.

A configuração da terra enquanto reserva de valor diante da magnitude de terras existentes no Brasil expressa uma contradição, pois, de um lado, tem-se um país com extensão continental com terras que são agricultáveis; em contrapartida, há inúmeros trabalhadores lutando para ter acesso às mesmas. Tal fato nos remonta ao período colonial da nossa história, visto que a concentração de terras tem suas raízes no regime das capitanias hereditárias, na lógica como foi e é estabelecida a ocupação, o acesso, o uso e a funcionalidade da terra no país.

As raízes históricas da concentração fundiária do país advêm desde a promulgação da Lei de Terras em 1850. Por via desta lei, tornaram-se proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Desta forma, fica estabelecida e legitimada a propriedade privada da terra e com ela a concentração fundiária no Brasil, bem como a “exclusão” dos desprovidos de capital de ter acesso à esse bem natural.

Para Oliveira (2004a), a concentração de terras revela a barbárie no campo, pois ocorre a valorização e o fortalecimento das desigualdades sociais e territoriais (representadas, sobretudo, no atual *agronegócio*) e, ao mesmo tempo, o aumento dos conflitos e luta pela terra. Em resposta a essa forte concentração fundiária que marca a história brasileira desde a sua formação territorial, é que cada vez mais aumentam os números de conflitos pela terra, bem como a necessidade do acesso à mesma.

Pela condição da formação territorial que foi construída no país, as terras sempre (e ainda) encontram-se restritas a um pequeno grupo de oligarcas. Este grupo possui também em suas mãos o poder político do país e compõe, em sua maioria, a sempre presente Bancada Ruralista no Congresso Federal. Essa bancada exerce poder ao seu favor impedindo e bloqueando ações públicas mais justas no que diz respeito a gestão da terra rural no Brasil, dificultando os trabalhos exercidos pelos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito à efetivação da reforma agrária.

No campo brasileiro, o processo de desenvolvimento capitalista está marcado pela inserção da indústria na agricultura. O desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras a possibilidade de apropriação do lucro gerado a partir da terra. Essa conjuntura, além de propiciar o crescimento da concentração fundiária, intensifica também a territorialização do capital no campo, que ocorre quando o capital consegue expulsar o camponês da terra (Oliveira, 2004a).

Destarte a esse processo, crescem concomitantemente tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho camponês. Decorrentes desta realidade no campo, esses trabalhadores se inserem de forma subordinada às necessidades de reprodução do capital, constituindo-se em instrumentos utilitários para os anseios do capital.

No campo, tais rebatimentos são sentidos através do crescimento dos conflitos, da concentração exacerbada de terras, da criminalização dos movimentos sociais e da intensa exploração do trabalho. Assim, o rentismo advindo dos investimentos maciços em terras intensifica a mercantilização de terras ancoradas na intensa expropriação e/ou exploração dos camponeses.

A dinâmica do capital globalizado está em crise no período contemporâneo, porém, mesmo assim, consegue avançar dentro do seu processo contraditório e desigual. Esses avanços são expressos no campo por via do agronegócio, estrangeirização das terras, intensificação tecnológica do processo produtivo, financeirização da agropecuária, dentre outros. Deste modo, com a intensa crise o capital tenta se reestruturar de alguma forma e, neste ínterim, a natureza torna-se o foco central dessa exploração avassaladora. E a terra, por ser um bem natural que torna possível a reprodução da humanidade, constitui o *locus* central do capital para angariar lucros, ou seja, o capital se apropria, cada vez mais, das formas elementares de reprodução da vida.

Com a inserção desenfreada do capital do campo, principalmente pelo viés do agronegócio, ocorreram várias mudanças no cenário rural, uma delas é a dominação da esfera financeira através das empresas multinacionais. Os rebatimentos deste processo acarretaram o aumento da concentração fundiária, reorganizando a produção agrícola sob os ditames das carências do mercado mundial. Nesse sentido, o capital financeiro acaba determinando o produto desde a produção até a circulação.

Esse capital financeiro passou a controlar a agricultura através de: excedente de capital financeiro; dolarização da economia; livre comércio imposto pelos organismos multilaterais; crédito bancário e abandono das políticas públicas de produção do

mercado agrícola nacional; e da economia camponesa. Com isso, as empresas transnacionais ganham forças e aproximadamente 50 dessas controlam a maior parte do comércio e produção da agricultura mundial (STEDILE, 2013).

Nesse certame, foi criada uma série de estratégias e dinâmicas denominadas agronegócio, que acarreta a junção da concentração fundiária com o capital financeiro, por meio das *commodities*¹. E esse avanço do agronegócio bloqueia e protege as terras improdutivas para uma futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária (STEDILE, 2013).

A disseminação das informações sobre o agronegócio pela mídia tem grande poder no que diz respeito à alienação da sociedade. As informações são “passadas” de forma distorcida, enaltecendo a política do agronegócio como um projeto magnífico e que acarreta o desenvolvimento para o país. Essas informações divulgadas em massa têm por trás a intervenção e junção dos meios de comunicação, publicidade e as empresas desse setor.

A política do agronegócio está fortemente vinculada à intensa exploração do trabalho no campo. E os camponeses estão cada vez mais envolvidos nesse processo, na medida em que se inserem no mercado para produzir e vender sua produção. Os rebatimentos dessa exploração também são sentidos pelos trabalhadores rurais assalariados que vivem momentos de intensificação do trabalho, recebendo salários baixíssimos. Em um exemplo limite, o trabalho análogo à condição de escravo vem crescendo no Brasil, especificamente nas áreas onde a concentração fundiária é ainda mais acirrada.

Com a crescente produção de monoculturas proporcionada pelo agronegócio, vem logo em mente a imagem de muitos alimentos sendo produzidos para o consumo interno da sociedade. Porém, essa produção é exportada e comercializada com grandes empresas transnacionais destinadas à exportação. Em contrapartida a essa imensa produção de alimentos é que, segundo a Organização das Nações Unidas para

¹*Commodities* são mercadorias primárias, propensas à transformação em etapas de produção, provenientes de cultivo ou extração, que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. São produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As *commodities* são negociadas em bolsas, portanto seus preços são definidos pelo mercado internacional sendo suscetíveis a oscilações nas cotações de mercado em virtude de perdas e ganhos nos fluxos financeiros no mundo. São negociadas no mercado físico para exportação ou no mercado interno e nos mercados derivativos das Bolsas de Valores e contratos futuros. Texto retirado do site: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304. Acesso: 28/07/2015.

Agricultura e Alimentação (FAO), mais de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente no mundo. E, de acordo com Stedile (2013), a magnitude de famintos no Brasil e no mundo cresce em grande escala associada também à disseminação de doenças, como o câncer, advindas das incontáveis aplicações de venenos nos alimentos nessas monoculturas.

As contradições do desenvolvimento do capital está presente em todas as suas manifestações, uma vez que, com o crescente número de venenos utilizados, principalmente, para as monoculturas de alimentos, cresce-se também o número de contaminações das pessoas por esses pesticidas. Assim, torna-se contraditório o capital destruir vidas humanas, pois é através delas que o mesmo consegue auferir lucros com o trabalho excedente.

As raízes desse tipo de produção de alimentos se estendem desde o período militar brasileiro, quando os governos articularam o capital agroindustrial ao sistema de crédito do Estado para modernizar a agricultura de forma conservadora. Tal fato evidencia o mercado de terras como forte aliado do capital financeiro. Vale a pena endossar que o Estado e o sistema de crédito são os principais veiculadores do agronegócio, abrindo margem para a sua reprodução ampliada, como apontou o estudo de Delgado (1984).

O latifúndio é um ponto chave para entendermos os crescentes números de conflitos no campo, bem como a expropriação em massa dos camponeses. O Brasil, nesse sentido, é um atrativo conhecido internacionalmente por ter terras muito férteis e por possuir extensões continentais. O que acaba,

[...] evidenciando que as maiores extensões estão em reserva no aguardo do melhor momento para serem incorporadas aos circuitos da especulação/produção, a depender das flutuações das taxas de juros, da demanda pelo bem, e pelo embate político entre latifundiários e trabalhadores sem terras (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 288).

Por essa via, o governo brasileiro tenta angariar lucros com a vinda maciça de capital estrangeiro para o território nacional, consorciado a uma gama de outros serviços, sustentando investimentos no Brasil e provocando uma valorização do preço da terra.

Dentro desse contexto de rebatimentos provenientes da forte e histórica concentração fundiária do país, a pobreza rural torna-se uma constante muito difícil de ser revertida dentro do atual modo de produção capitalista, pois, nesse modo de

produção, para que a riqueza exista consequentemente tem que haver a pobreza. Há uma relação de interdependência entre ambas. A pobreza é velozmente disseminada em todos os lugares do mundo, pois a mesma é intensificada também pela concentração da propriedade privada da terra.

Nessa perspectiva, a pobreza sempre foi e será útil para a reprodução do sistema. Entretanto, a sua funcionalidade vai sendo metamorfoseada, tornando-se diferenciada em cada período histórico, sempre associada ao movimento do capital. Ela possui um caráter funcional, pois serve significativamente para eleger políticos, como meio para recorrer a empréstimos e para outras funcionalidades do Estado no que diz respeito aos direcionamentos das políticas públicas. Essa funcionalidade é também perpetrada pelo sistema financeiro que expande investimentos em várias modalidades. O financiamento das políticas imediatistas para a redução da pobreza é também feito por este viés. A pobreza, portanto, é um produto direto da riqueza.

A pobreza rural vem sendo ainda mais intensificada através do agronegócio, pois este está a serviço do capital e é sustentado por monoculturas de cultivos que estejam em pauta na economia, como a soja, o milho, a cana, a laranja, dentre outros. E essa “imposição” de consumo desses produtos, feita pela mídia, como é o caso da soja, acaba provocando mudanças nas culturas e hábitos alimentares da sociedade.

Em Sergipe, com a entrada do agronegócio do milho no estado, os cultivos tradicionais foram diminuídos ou substituídos, como vem acontecendo com o feijão e a mandioca. Os municípios de Carira e Frei Paulo estão sendo intensificadamente moldados pelos anseios do capital no campo, visto que os produtos que predominavam na área eram o feijão e a pecuária de corte e leiteira. Porém, com a chegada do agronegócio do milho, os costumes e tradições foram se perdendo. É neste ínterim que o agronegócio vai destruindo costumes e tradições, tanto alimentares quanto culturais, com a inserção do milho transgênico no estado. Em contrapartida e contraditoriamente é que a população mais pobre e sem terra ocupa as margens da BR 235 e passa a produzir comida, sobretudo alimentos típicos da região Nordeste.

Desta forma, entender a concentração da estrutura fundiária brasileira remete-nos a uma análise da contradição do sistema capitalista para poder desvelar as várias facetas que perpassam o processo de luta pelo acesso à terra no Brasil, atrelado a forte e crescente expansão do agronegócio que, por sua vez, é ancorada na expropriação e exploração de camponeses e exploração do trabalho. Essa realidade acelera as lutas pela terra, bem como faz surgir novas formas de acesso e uso da terra.

A análise da concentração fundiária e das novas formas de acesso à terra é uma questão de suma importância para a ciência geográfica, pois emerge de contradições que definem o espaço geográfico na relação dialética campo-cidade. É nos rebatimentos provenientes desse processo que se busca entender como a concentração fundiária no estado de Sergipe está posta e qual a sua relação com a ocupação das faixas marginais das rodovias brasileiras como, por exemplo, da BR 235, que liga Aracaju ao interior do estado de Sergipe, onde trabalhadores produzem alimentos nas terras de domínio da União ao lado dos latifúndios e de grandes fazendas produtoras de cana e do milho.

A produção agropecuária nas faixas de domínio da União sob tutela do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) ou a chamada “agricultura de beira de estrada”, revela a necessidade de acesso à terra por sujeitos pobres e sem terras do campo e da cidade. A explicação para tal fenômeno não pode ser buscada apenas na modernização e tecnificação de parte das grandes propriedades, mas, principalmente, na aquisição das terras por latifundiários que visam utilizá-las como reserva de valor, como instrumento de especulação e como recurso do poder político. O estado de Sergipe, apesar de ser o menor da federação, ocupa o 13º lugar no *ranking* de concentração fundiária, segundo dados do último Censo Agropecuário brasileiro em 2006.

Assim, esta pesquisa tenta revelar como ocorre o uso e acesso à terra nas margens/acostamentos da Rodovia Federal 235/SE, dentro do contexto da reestruturação produtiva, de transformações em curso no mundo do trabalho, bem como das mudanças relacionadas à concentração fundiária e à pobreza rural.

Esse resgate histórico e análise da questão agrária atual brasileira, mesmo que de forma sucinta, nos dão suporte para analisar e constatar a presença de uma atividade agropecuária que vem sendo desenvolvida em Sergipe, precisamente nas margens da BR 235. Trata-se da ocupação e uso dessas margens para a produção de alimentos para subsistência e venda. São cultivos tradicionais da região Nordeste e, sobretudo que fazem parte da cesta básica da sociedade brasileira. A atividade produtiva em questão caminha paralelamente ao lado de problemáticas como a forte concentração fundiária do estado de Sergipe, a intensa expropriação dos camponeses alavancada pelo agronegócio e a presença marcante da pobreza.

Nessa perspectiva, a pesquisa em questão teve como objetivo analisar a apropriação e uso das terras que constituem as margens das rodovias por populações

locais, relacionando-as com a estrutura fundiária e com os trabalhadores envolvidos na ocupação e uso das mesmas.

A opção metodológica adotada tentou diminuir as limitações que o próprio tema apontou frente ao objeto escolhido. Como a pesquisa em questão pretende analisar as novas formas de acesso à terra como rebatimento da forte concentração fundiária no estado de Sergipe, para compreender essa atividade foi abordada uma metodologia de investigação qualitativa, uma vez que muitas informações colhidas em campo sobre o tema abordado necessitam de uma análise mais cuidadosa e aprofundada. Além disso, a pesquisa qualitativa tentou minimizar a falta de toda sorte de dados sobre o tema².

Nesse bojo, este estudo analisa os processos e percalços que envolvem a agropecuária nas faixas de domínio em Sergipe. A motivação reside na necessidade de se produzir estudos teórico-metodológicos no campo da ciência geográfica que possam contribuir para o fortalecimento da interpretação geográfica a respeito do tema em questão. Nesse exposto, realiza-se uma interpretação geográfica da problemática da agropecuária de beira de estrada, associando-as às problemáticas da concentração fundiária, resistência camponesa e pobreza rural, a fim de compreender e elucidar os objetivos propostos por esta pesquisa.

Para compreender o fenômeno da agricultura de beira de estrada na rodovia 235 em Sergipe, foi necessária a “descrição, a classificação, a análise, a síntese, as inferências (dedutivas e indutivas), a verificação das hipóteses, etc. Esses passos da investigação tende a estabelecer a realidade concreta do fenômeno” (TRIVIÑOS, 2008, p. 74).

Como o tema discutido nesta pesquisa vem sendo estudado desde a graduação (2008), foi possível fazer um acompanhamento mais minucioso dessa atividade. A aproximação com o objeto de estudo se deu a partir de um projeto de pesquisa de iniciação científica voluntário, sob orientação do Professor Doutor Marco Antônio Mitidiero Junior, pela Universidade Federal de Sergipe, intitulado: “*Agropecuária de beira de estrada: estudo preliminar sobre as práticas agropecuárias na faixa de*

² É válido explicitar que não foi encontrada nenhuma referência bibliográfica diretamente ligada ao tema deste mestrado, para além do projeto de pesquisa de Iniciação Científica proposto pelo meu orientador e de duas publicações de sua autoria: Mitidiero Junior (2010) e Mitidiero Junior (2013). Foram pesquisados sites das universidades a fim de encontrar pesquisas nesse tema, também buscou sites de livrarias e foram feitas variadas buscas pela internet, entretanto não encontrei nenhuma pesquisa sobre a agropecuária de beira de estrada. Apenas fui contatada por um estudante de doutorado da UNB que afirmava fazer seu doutorado sobre esse tema, porém ele nunca me enviou nada sobre sua pesquisa e não respondeu mais meus contatos.

domínio da rodovia federal BR 235, estado de Sergipe”. A partir deste primeiro contato com o objeto de estudo e com o orientador, a pesquisa foi avançando até tornar-se um projeto de mestrado para ser avaliado no processo seletivo, e como consequência veio a aprovação que tornou possível essa pesquisa.

A metodologia empregada nesse estudo compreende a pesquisa bibliográfica sobre a realidade do campo brasileiro e sergipano, orientada em uma perspectiva de análise de descortinamento das contradições oriundas das transformações das relações de produção e trabalho no campo. Temos como referências autores como Ariovaldo Umbelino, Thomaz Junior, José de Souza Martins, dentre outros.

O desenvolvimento dos vários trabalhos de campo foi de fundamental importância, pois este é uma ferramenta de pesquisa essencial na coleta de dados, por um lado devido à originalidade e pioneirismo da investigação proposta, por outro, pelo fato da agricultura de beira de estrada ser uma atividade de caráter itinerante, deslocando-se não só no traçado das estradas e rodovias, como nos pontos (localização) de cultivo, pastoreio e coleta.

A aplicação de questionários semiestruturados permitiu levantar dados sobre a realidade estudada, fazer uma correlação e análise crítica dos dados, sustentado pela bibliografia consultada.

O trabalho de campo é uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas de caráter geográfico e é através dessa ferramenta que se chega aos resultados dos dados empíricos coletados em campo. Esse é, portanto, o momento da junção da teoria da prática na busca do entendimento do objeto estudado. “Nesse sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos” (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006. p. 57).

No caso da utilização da faixa de domínio para o pastoreio de animais ou para coleta de capim, a atividade é naturalmente móvel, já na prática agrícola e pecuária “normal”, um caráter fixo predomina as atividades. Na agropecuária de beira de estrada novos pontos de cultivo e novos agricultores surgem e desaparecem a cada ano, o que dificulta o acompanhamento pelo pesquisador.

Com isso, a realização dos trabalhos de campo adotou várias estratégias. A primeira delas baseou-se no conhecimento que tenho da região, uma vez que vivo há muitos anos no município de Itabaiana, ponto central das atividades estudadas. Em

segundo lugar, optou-se por uma pesquisa de campo que não se restringisse as áreas de produção, mas também ao local de residência dos produtores, pois muitos deles moram nos povoados ou nas periferias dos municípios cortados pela BR 235, portanto distantes do lugar de produção. Logo, a ida a campo teve que primar pelo contato tanto nas áreas de produção como nos locais de residência desses produtores. Em outras palavras, como eles não vivem na beira da estrada, a pesquisadora teve que, em alguns momentos, encontrar os entrevistados em suas residências na área urbana.

Outro ponto a ser frisado é que a realização da pesquisa de campo teve que acontecer com mais frequência nos períodos chuvosos no estado. Pois essa atividade depende totalmente das condições naturais e climáticas do inverno nordestino, porque é quando começa a chover para “*molhar a terra*” e os camponeses começam a cultivá-la. O preparo da terra começa em meados do mês de maio e segue até final de agosto e início de setembro. No entanto, cultivos como da macaxeira, no município de Areia Branca, se dão durante todo o ano. Esse município tem mais proximidade com o litoral e, conseqüentemente, acaba sendo mais úmida. Já a coleta do capim e o pastoreio acontecem durante todo o ano, mas em pontos diferenciados das faixas de terras da União, o que dificultou um pouco mais o encontro com um maior número de trabalhadores.

Vale a pena ressaltar que o contato com os trabalhadores camponeses da beira da estrada resultou na aplicação de 30 questionários semiestruturados. Em alguns casos, esta não se deu de forma aberta e espontânea. Os entrevistados, por temerem sua expulsão daquelas faixas de terras, ficavam com receio de falar de forma mais tranquila, e o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico não era visto com bons olhos. Um ponto difícil de transcrever as entrevistas se deu por conta da não aceitação, por parte de alguns, em permitir a gravação das conversas. Diante disso, boa parte das entrevistas teve que ser anotada no caderno ao passo em que se dava a conversa. Todavia, alguns camponeses entrevistados ficavam mais confortáveis para falar da sua história de vida de forma mais aprofundada. Entretanto, a estratégia de entrevista tentou deixá-los livres para irem respondendo o que quisessem falar. Somente no caso em que as respostas eram bem estanques que foi preciso um pouco mais de insistência em cada questionamento feito, para que a resposta fosse minimamente respondida.

A intimidação sentida por parte deles é bastante compreensível, pois se trata de uma ocupação em terras da União e que faz parte de uma faixa de segurança da rodovia, o que eles têm plena consciência disso. Temendo uma possível expulsão dessas terras,

ser entrevistado por uma pesquisadora não pareceu algo absolutamente confortável. Conseguir a “confiança” deles não foi algo fácil, mas alguns conseguiram deixar o medo de lado e falar abertamente sobre o propósito. E depois que conseguiam adquirir uma certa confiança, a entrevista fluía de forma muito instigante e agradável, ao passo em que novas informações surgiam a todo momento.

Segundo Kaiser (2006), o pesquisador deve tranquilamente se impregnar na atmosfera do entrevistado antes de chegar mostrando seus aparelhos eletrônicos de registro de fotos e gravadores. Tem que se preocupar e saber distinguir nas conversações os sinais de tensão profunda. E, sobretudo, se propor a conhecer a história do objeto estudado, pois só assim terá uma visão histórica, que é algo indispensável para a compreensão da pesquisa. “Através das lembranças das pessoas e da reconstituição que elas fazem da história que aprenderam, os grandes traços determinantes da situação atual aparecem claramente” (KAISER 2006, p. 99).

Os questionamentos não foram estáticos, uma vez que no decorrer da pesquisa alguns deles foram sendo superados, bem como surgiram outros à medida que a pesquisa era aprofundada. A metodologia aplicada é de uma investigação qualitativa através de entrevistas semiestruturadas, nas quais os entrevistados eram deixados “livres” para irem contando sua história de vida. Nesse sentido, houve uma maior aproximação com os mesmos, tornando a aplicação dos questionários o menos incômodo possível. As idas a campo foram intensas, pois encontrá-los na beira da estrada é difícil, visto que muitos deles trabalham em outras atividades, muitos não moram próximo do local das suas plantações, sendo que tais fatores dificultaram a aplicação dos questionários.

Outro ponto de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa em questão foi a aplicação de entrevista com o gestor do órgão competente por monitorar as estradas e as rodovias do estado, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). Somente uma entrevista foi conseguida com o gestor do DNIT. Outras tentativas de contato não obtiveram êxito.

Tais procedimentos permitiram esboçar o entendimento da realidade da referida área de estudo, alicerçada por uma discussão teórica, pela confecção de mapas, gráficos, tabelas, fotografias e análise dos mesmos, os quais serviram como suporte ao resultado da pesquisa.

A referida pesquisa faz análise de um estudo de caso, que é a rodovia federal BR 235 em Sergipe, que liga Aracaju ao interior do estado sergipano. A BR 235³ é uma rodovia federal sob tutela do DNIT. Ela liga Sergipe ao estado do Pará. A rodovia não é totalmente asfaltada e possui extensão de 1.772 Km. Essa rodovia foi escolhida para ser o foco do estudo por ser de natureza federal, como também por apresentar um maior adensamento das práticas agropecuárias desenvolvidas nas faixas de domínio. Não obstante, esta atividade se expande por todo o estado de Sergipe e está presente também em rodovias estaduais. Esta prática parece acontecer em todo o território brasileiro e em outros lugares do mundo, segundo estudos de Mitidiero Junior (2013).

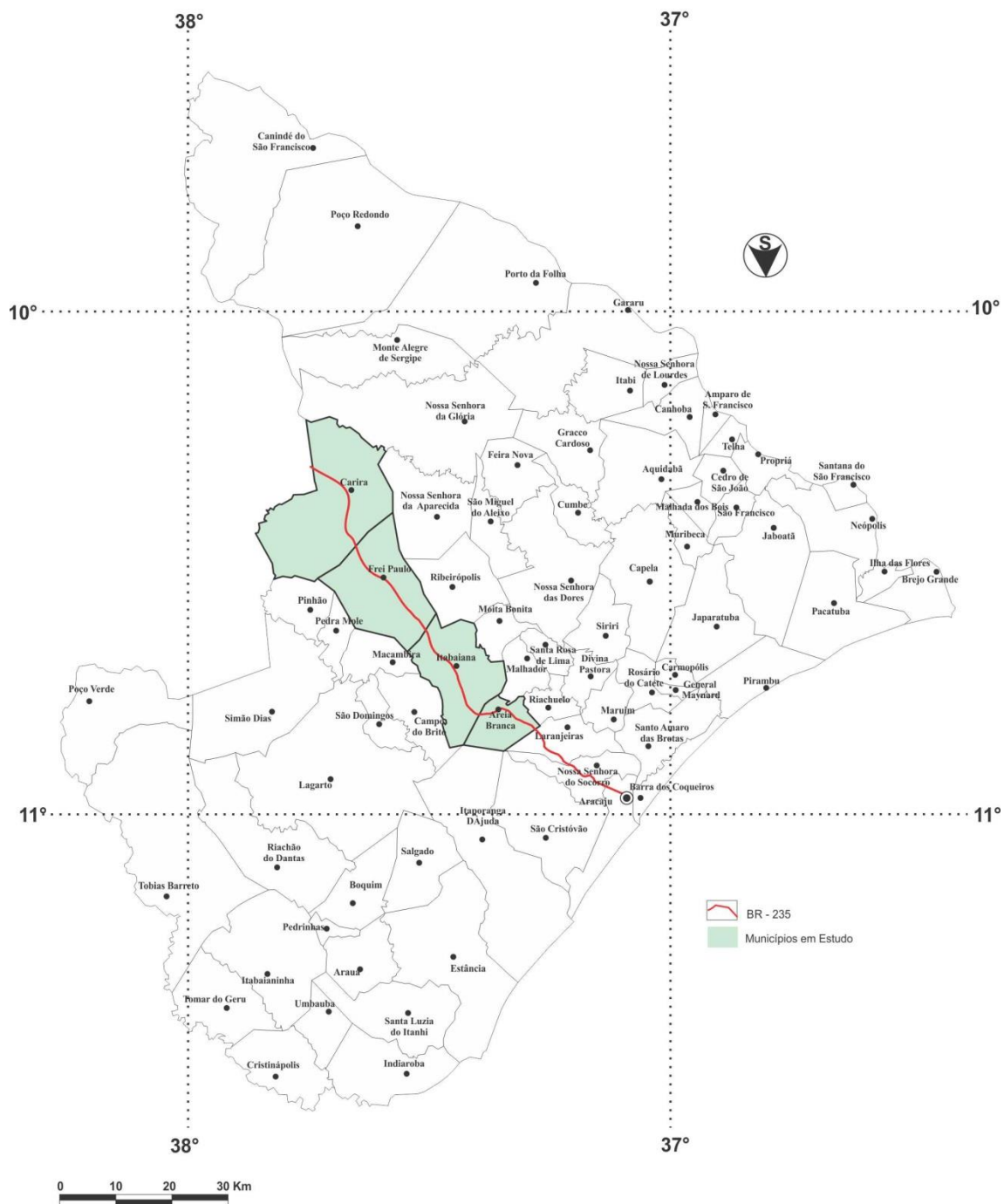
A partir deste estudo, visamos contribuir para a identificação e análise da presença da agropecuária em terras da União nas estradas deste país. Por se tratar de um estudo de caso, a análise foi bastante esmiunçada, o que permitiu chegar mais próximo das causas que denotam a presença dessa prática. De acordo com Serpa (2006, p. 12), “recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em Geografia”.

Os pontos principais de adensamento da prática agropecuária em questão são mais perceptíveis nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira, os quais permitiram ser feito um estudo e levantamento de dados, como mostra os mapas a seguir. O mapa 01 mostra a área de estudo com os municípios destacados. Todos são cortados pela rodovia federal BR 235 e seguem a linearidade da estrada. É possível perceber que o traçado da BR avança para o estado da Bahia, pois essa rodovia não termina em Sergipe.

No mapa 02 a área de estudo foi recortada para ser melhor visualizada com fotos que foram tiradas nos referidos locais apontados pelas setas. Pelas fotos é possível perceber que a atividade não se restringe somente ao plantio, mas também ao pastoreio de animais e à coleta de capim, como referenciado anteriormente.

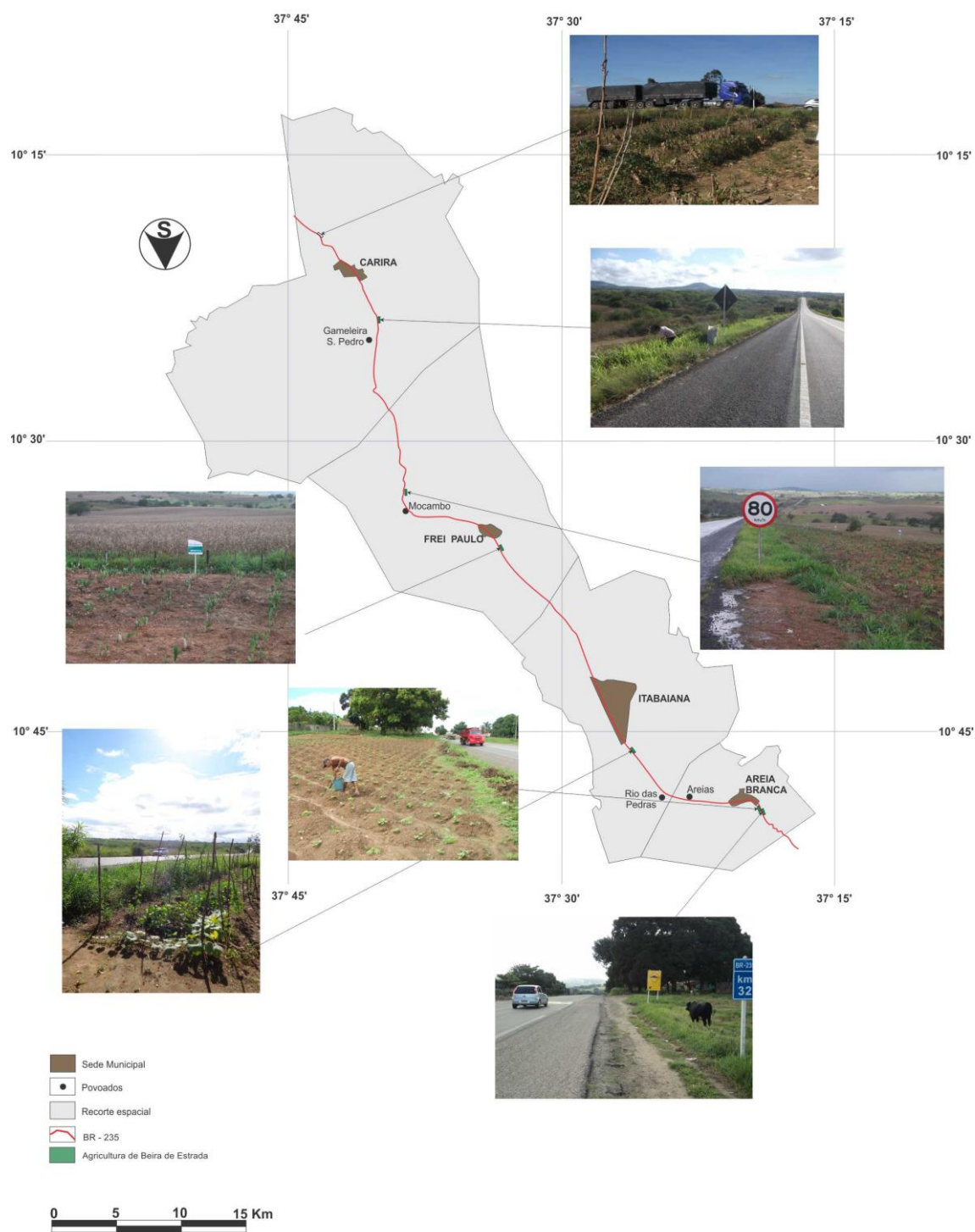
³ Informação retirada do site do DNIT. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/>>. Acesso: 14 jun. 2014.

Mapa 01: Localização da área em Estudo, Estado de Sergipe.



Organização: Renata Batista Alves
 Digitalização: Hunaldo Lima

Mapa 02: Agricultura de beira de estrada na BR-235, Sergipe.



Nesse viés, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro é abordado temas como a concentração fundiária, a pobreza rural, o agronegócio e a reestruturação produtiva. Essas temáticas estão todas associadas ao estado de Sergipe,

onde a pesquisa é desenvolvida. Então, parte-se de uma escala nacional para a local, demonstrando as similitudes e disparidades entre ambas. Os temas abordados no primeiro capítulo perpassam o objeto de estudo desta pesquisa e dão o suporte teórico para a análise. Como a questão central da agropecuária de beira de estrada é a falta de terras, todos esses temas que envolvem a questão agrária brasileira nos dão respaldo para um entendimento maior do objeto da pesquisa.

No segundo capítulo, efetua-se uma análise da concentração fundiária em Sergipe, relacionando-a ao tema do estudo. É apresentado o objeto de estudo com resultados de campo, como também se tem a caracterização de cada município estudado dentro do recorte espacial proposto. Ainda no mesmo capítulo, insere-se um subtópico com a legislação e as normas dos órgãos competentes a assegurar a vigência da lei nas faixas de domínio da União, que são eles o DNIT e a PRF. Este subtópico aborda, com especificidade e pautado na lei, quem pode ou não utilizar essas faixas e quais os critérios impostos por esses órgãos para a utilização das mesmas.

No terceiro capítulo, discute-se os diferentes processos de criação e recriação do campesinato brasileiro, dando um enfoque maior a resistência dos mesmos nas faixas de domínio em Sergipe. Neste capítulo, é feita uma diferenciação e caracterização do camponês e do trabalhador rural, mostrando as disparidades entre ambos. E ainda afirmando e defendendo quem são os sujeitos que ocupam essas terras públicas e o porquê as ocupa, associando ao processo de expropriação das terras. No fechamento do capítulo emerge o tema da mercantilização das terras das faixas de domínio da união, denunciando que no modo de produção capitalista praticamente tudo vira mercadoria, e com essas terras esse processo não é diferente.

Por último, há um tópico destinado às considerações finais, na expectativa de que o estudo em questão contribua para o debate sobre a problemática questão agrária brasileira. E, em especial, que esse estudo, por se tratar de uma pesquisa até o momento inédita sobre a temática, dê uma maior visibilidade a esta atividade e se torne uma referência de estudo sobre a agropecuária de beira de estrada.

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA E POBREZA NO CAMPO BRASILEIRO

1.1 - Concentração fundiária e pobreza no campo

No modo de produção capitalista o desenvolvimento se dá de forma desigual e contraditória, pois “a mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro” (SMITH, 1988, p. 212). Desta forma, para se obter riqueza, consequentemente, tem que haver a pobreza, pois há uma relação de interdependência entre ambas. Porém, a pobreza não é algo que sempre existiu nas sociedades antigas, ela foi construída sócio e historicamente ao longo dos tempos. Como argumenta Campos,

[...] a história do capitalismo está aí para mostrar que o avanço das forças produtivas que possibilita a geração de maior excedente econômico e, por conseguinte, a redução da escassez, não se traduz em bem-estar para o conjunto da população. Tanto que na América Latina, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, a urbanização e a industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva, resultando em aumentos do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, mas isso não promoveu a eliminação da pobreza, ao contrário intensificou-a e engendrou novas formas (CAMPOS, 2011, p. 52).

A pobreza se dá de forma diferenciada em cada modo de produção. Esta é condicionada pela história e por toda a dinâmica que envolve o período histórico de cada época. Com isso, torna-se uma tarefa difícil conceituar o fenômeno da pobreza como um conceito atemporal e singular e que se adeque a cada momento vivido pela sociedade. Mas, tomando como referência o atual modo de produção capitalista, Campos destaca:

Assim, nas sociedades em que predominam as relações capitalistas, a geração das riquezas tem um caráter social, na medida em que envolve o conjunto da população, no entanto, a apropriação da riqueza é privada, concentra-se nas mãos de quem controla os meios de produção e/ou circulação das mercadorias produzidas. Isso significa que a divisão da sociedade em classes condiciona a apropriação dos recursos e, por conseguinte, a dimensão da remuneração dos vários agentes sociais envolvidos (CAMPOS, 2011, p. 54).

Neste viés, no processo de acumulação do capital, a pobreza se intensifica fundada em uma maior exploração do trabalho ancorada na propriedade privada que é o

cerne deste modo de produção. Assim, os meios de produção ficam restritos a uma pequena classe social (burguesia), em detrimento da outra classe social (classe trabalhadora). No entanto, grande parte dessa classe trabalhadora vive somente para a sua reprodução social sob formas de vida, muitas vezes, desumanas, com uma carga de trabalho para além do que prega a legislação trabalhista, por exemplo.

Com isso, dentro do discurso do desenvolvimento está embutido o lema de que a pobreza será erradicada através do desenvolvimento dos países. No entanto, o movimento do capital pelos diferentes países (desenvolvidos ou subdesenvolvidos) provocam mudanças no espaço geográfico, pois estas são mediadas pela corrida do capital para angariar lucros. De acordo com Smith,

O vaivém do espaço desenvolvido para o subdesenvolvido, e seu retorno para aquele novamente, apenas é a expressão geográfica do constante e necessário movimento do capital fixo para o circulante, e novamente deste para aquele. Mais fundamentalmente, é a manifestação geográfica do movimento constante e necessário do valor de uso para o valor de troca, e vice-versa (SMITH, 1988, p. 214).

Diante desse processo, o Brasil é visto como um país subdesenvolvido e deixa-se de lado que,

Aliás, este é um aspecto que o debate da pobreza, na ótica do desenvolvimento humano, tenta ofuscar: que a relação entre pobreza e riqueza é mediada pela desigualdade. Exatamente por não questionar o modo de produção e reprodução da riqueza essa perspectiva discursiva desconsidera que em sociedades como a brasileira há uma relação umbilical entre pobreza e desigualdade. E essa desigualdade não se restringe à distribuição de renda, que pode ocorrer circunstancialmente em função de um determinado contexto econômico, como, por exemplo, de alta inflação. No Brasil a desigualdade é estrutural e estável ao longo do tempo, uma vez que se sustenta, sobretudo, na concentração dos meios que geram a riqueza (CAMPOS, 2011, p. 63).

Tanto no Brasil como no mundo um dos meios que gera exorbitante riqueza é a propriedade privada da terra que, por sua vez, possui um caráter singular em relação aos demais meios de produzir riqueza, pois ela é a única capaz de proporcionar a sobrevivência e, conseqüentemente, a reprodução social da humanidade. Em outras palavras, a terra é o meio de produção fundamental para a produção de alimentos.

A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todas regiões do Brasil. Esta realidade perdura desde a formação do território brasileiro e é intensificada com o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo. Tal fato leva à exclusão parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 2004).

A pobreza no campo está associada assim às condições de acesso à terra. Vale ressaltar que em 1850 foi estabelecida a Lei de Terras no Brasil. Nela ficou explícita a negação do acesso a terra por parte da classe trabalhadora. Como bem salienta Feliciano (2006),

Em 1850, com a Lei de Terras ficou estabelecido o acesso à terra somente àqueles que tivessem dinheiro ou posses para adquiri-la. Essa medida já conjeturava o processo de ‘libertação’ dos escravos. Dessa forma, libertou-se o escravo para escravizar o acesso à terra, impossibilitando que os trabalhadores negros/pobres tivessem também a possibilidade de algum benefício ou sobrevivência (FELICIANO, 2006, p. 27).

Esta Lei proporcionou grande parte dos problemas agrários brasileiros, porque os seus rebatimentos no espaço geográfico são sentidos até os dias atuais no que se refere ao monopólio da terra, à propriedade privada e à concentração fundiária. Como argumenta Stedile (2005, p. 23), “é o latifúndio que determina o atraso da nossa agricultura”.

Outra medida que intensificou a concentração fundiária no Brasil foi a criação do Estatuto da Terra em 1964. Este não se limitou à questão fundiária, dando ênfase também a modernização da agricultura. Buainain ressaltar:

Tratava-se de induzir, pôr em cima das forças de mercado a adoção, pelo setor agropecuário, de novo padrão técnico, econômico e organizacional compatível com o projeto nacional de desenvolvimento da grande indústria, em particular os setores de insumos industriais, bens de capital e máquinas-ferramenta (BUAINAIN, 2008, p. 33).

A modernização tecnológica da agricultura foi realizada de forma conservadora, pois as indústrias se espacializaram no campo com os pacotes tecnológicos que seriam responsáveis pela melhoria da vida e aumento da produtividade. Contudo, todo esse processo reforçou ainda mais a concentração

fundiária no país, visto que essa modernização somente beneficiou os grandes latifundiários da terra. De acordo com Buainain (2008),

Os resultados contraditórios da modernização são bastante conhecidos: de um lado, uma efetiva mudança no padrão técnico agrário brasileiro, com a formação do moderno *agribusiness* de hoje; de outro lado, a exclusão social, a expulsão acelerada de mão de obra do campo, a concentração da propriedade da terra e os graves problemas ambientais provocados tanto pelo desmatamento de Ecossistemas frágeis como pela mecanização e utilização de agroquímicos (BUAINNAIN, 2008, p. 33).

Também, pode-se considerar que a incorporação crescente da técnica na produção agrícola – a territorialização da “modernização da agricultura” brasileira – não foi um elemento homogeneizador das condições técnicas, econômicas e sociais. Em relação às condições sociais, pelo contrário, esse processo serviu para agravar ainda mais as desigualdades já existentes e as condições de vida de uma parcela significativa das famílias rurais. Já em relação à tecnificação do território, trata-se de um processo seletivo e desigual espaço-temporalmente (LOCATEL, 2012).

A exclusão social de grande parte da sociedade ganha impulso com o êxodo rural nas décadas de 1970 e 1980, quando milhares de pessoas da zona rural migraram para as cidades com o desejo de melhoria de vida sustentado no “fetiche produzido pelas indústrias”. Muitas pessoas rumaram para as cidades com a chegada maciça do binômio indústria/urbanização. Tal fato provocou um aumento significativo de pobreza, pois a urbanização no Brasil foi acelerada e desordenada para atender os interesses internacionais. Com isso, as cidades careciam e carecem de maior infraestrutura social.

Desta forma, mediante o exposto, percebe-se que o Brasil sempre foi um país caracterizado pelo alto índice de concentração fundiária. Uma análise dos dados do INCRA de 2003 denuncia essa má distribuição das terras brasileiras. De acordo com o cadastro do INCRA, em 2003 o Brasil possuía um total de 4.238.421 imóveis, ocupando uma área de 420.345.382 hectares. A tabela a seguir mostra a distribuição de terras dentro das três categorias: Pequena, Média e Grande.

Tabela 01: Estrutura Fundiária Brasileira, 2003.

Grupos de área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.175	4,7%	61.641.828	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
De 5.000 a mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0%	420.345.382	100,0%	

Fonte: INCRA, situação em agosto de 2003 IN II PNRA, Brasília, 2003. IN: OLIVEIRA, A. U. 2004

De acordo com a tabela acima, enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupam 6% da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de hectares (43,8%). Com isso, os dados mostram que: “muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra” (Oliveira, 2004, p.22). Esses números são reflexos da não realização da reforma agrária no país.

Tabela 02: Síntese da Estrutura Fundiária, 2003

Grupos de área total	Nº de Imóveis	%	Área em HA	%	Área Média (ha)
Pequena Menos de 200 há	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média 200 a menos de 2.000 ha	310.192	7,3	164.765.621	39,2	531,2
Grande 2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0	99,2

Fonte: INCRA

Org: OLIVEIRA, A. U. 2004

A tabela 02 traz uma síntese da realidade fundiária brasileira, delimitando a pequena propriedade como sendo aquela com menos de 200 ha, a média propriedade de 200 a menos de 2.000 ha, e a grande propriedade de 2.000 ha e mais, segundo os dados anteriores.

Com isso, os números revelam que quase 92% das propriedades podem ser classificadas como pequenas e ocupam um total de área total de 29,2%. As pequenas propriedades desde que seu proprietário possua uma só, não poderão ser desapropriadas para a reforma agrária, mesmo sendo improdutivas. O mesmo acontece com a média propriedade que ocupa mais ou menos 7,3% dos imóveis e 39,2% da área, ela também não pode ser desapropriada para reforma agrária mesmo sendo improdutiva, se seu proprietário não possuir outra propriedade (OLIVEIRA, 2004). Todavia, as grandes propriedades, que representam menos de 1% do total dos imóveis, porém que ocupam uma área de cerca de 31,6%, caso sejam classificadas como improdutivas, poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária de acordo com a Constituição Federal Brasileira.

Historicamente, o meio rural concentrou o maior número e a maior proporção de pobres, tendo forte ligação com a agropecuária. Suas raízes vêm desde o período de colônia, quando a sociedade era patronal baseada em grandes propriedades e no trabalho escravo. De acordo com Veiga (2012), a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural em todas as regiões brasileiras. Por um lado, parece intrigante o fato de a pobreza ser proporcionalmente mais alta no meio rural, justamente no país que teve uma das mais drásticas e rápidas experiências históricas de êxodo em direção às cidades. Por outro lado, isso indica que a manutenção do mesmo padrão de crescimento econômico, mesmo que venha a reduzir bastante a pobreza urbana do Nordeste, poderá não ter efeito equivalente sobre a redução da sua pobreza rural. A pobreza rural do Nordeste representa sozinha dois terços da pobreza rural brasileira, e um quinto da pobreza total nordestina.

Os estudos mais recentes indicam uma significativa redução da pobreza em geral. Silva, Gómez e Castañeda (2010) afirmam:

Quando são analisadas as causas da diminuição da pobreza, no caso do Brasil, os elementos que explicam esta situação são, em primeiro lugar, a extensão dos benefícios dos programas regulares da

previdência social para o campo e, em segundo lugar, a importância dos programas de transferências condicionadas, como por exemplo o programa Bolsa Família (SILVA; GÓMEZ e CASTAÑEDA, 2010, p. 13).

Assim sendo, os programas de políticas compensatórias, como é o caso do Bolsa Família, são políticas que não chegam no cerne da questão central que gera a pobreza. Com a mísera ajuda recebida, as famílias conseguem de fato se alimentar, e com isso os estudos já apontam que estas saíram da linha da pobreza, como se o problema essencial da pobreza fosse apenas a carência de alimentos.

A pesquisadora Cristiane Senhorinha Soares Campos fez uma análise da pesquisa “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiárias”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, e afirma:

Em síntese, a pesquisa constata que o PBF melhora a condição de vida das famílias beneficiárias, principalmente no que tange ao consumo de alimentos. Entretanto, pela análise do perfil das famílias se confirma que programa ‘só tem porta de entrada e não de saída’. Ou seja, o Bolsa Família é um típico programa de assistência que visa atender necessidades básicas, mas é insuficiente para retirar as pessoas da condição de pobreza. Nesse sentido, o programa condiz com as orientações de organizações internacionais de erradicação de extrema pobreza, mas não oferece garantias de uma real mobilidade social (CAMPOS, 2011, p. 96).

Para que ocorra a diminuição da pobreza rural tem que haver uma política de estímulo à agricultura que produza alimentos para a sociedade e que considere aspectos como,

Acesso ao crédito rural com juros baixos, desenvolvimento tecnológico para reduzir a dependência de derivados do petróleo, fomento à produção de sementes produzidas localmente, compras públicas que garantam mercados locais aos agricultores familiares, resgate de produtos tradicionais e acesso à terra, entre outros (SILVA; GÓMEZ e CASTAÑEDA 2010, p. 13).

Ainda segundo os autores, a agricultura como saída da pobreza precisa de um Estado forte e com mecanismo que regulem as imperfeições do mercado de trabalho.

De acordo com os dados da publicação do Banco Mundial (BM), no relatório *World Development Report*, cerca de 75% dos pobres vivem em zonas rurais e a maioria

deles ainda depende da agricultura para sua subsistência. Quase a metade da população mundial vive em áreas rurais, sendo que nessas áreas se concentram 70% da pobreza mundial, onde 800 milhões passam fome, o que nos indica que a maioria das pessoas desnutridas ou insuficientemente alimentadas não é consumidor-comprador de alimentos, senão: camponeses empobrecidos, produtores-vendedores de mercadorias de origem agrícola, recentemente condenados ao êxodo em direção aos centros urbanos, às favelas, (THOMAZ JÚNIOR, 2006b).

Como consequência, o que se assiste é o crescimento de pobres no campo e também nas periferias das cidades, que nessa virada do século XXI mostra-se ainda mais acentuado e mundializado, pois os indicadores sociais mostram que a despeito de um êxodo rural de 50 milhões de pessoas, o número de pobres e famintos nos campos não diminuiu, o que implica o surgimento de mais de 40 milhões de novos pobres, sem condições de trabalho. Esse processo revela os seguintes traços comuns: renovação ininterrupta da miséria rural e da miséria urbana - considerando que as pesquisas mostram as correntes migratórias de camponeses desterrados para os centros urbanos (THOMAZ JÚNIOR, 2006b).

Para o Brasil, esse quadro é também alarmante, visto que a proporção de pobres no campo é mais do que o dobro da existente nas cidades, 57% e 27%, respectivamente. Ou em termos absolutos, 40 milhões de pobres nos centros urbanos, e 16,5 milhões no meio rural (THOMAZ JÚNIOR, 2006b), sendo que a população urbana representa 82% da população do país e 18% é considerada rural (IBGE, 2010).

A instituição Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL - HMC) entende a pobreza como um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política. Nos últimos anos houve uma evolução das concepções de pobreza para além da carência de renda, na direção de conceitos mais abrangentes tais como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. A desigualdade proveniente da estrutura econômica continua sendo a primeira razão da pobreza. Desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos (CARVALHO, 2009).

Com a entrada das grandes corporações no campo, o território fica monopolizado por estas e a produção do alimento cede lugar à produção a base de agroquímicos e baixo as estratégias de cobranças de *royalties* provenientes da

biotecnologia. A redução cada vez maior da produção de alimentos que compõem a cesta básica da população e o processo intenso de pauperização dos trabalhadores expressam a barbárie que o próprio sistema tem produzido no campo⁴. Porém, contraditoriamente aos processos em voga, a tabela abaixo expressa nitidamente que a produção dos alimentos que fazem parte da alimentação brasileira advém, em sua grande maioria, dos pequenos produtores.

Tabela 03: Brasil - Distribuição do volume de produção (lavouras temporárias)¹ em 2006

Produto	Quase pequeno (até 10 ha)	Pequeno (Menos de 200 ha)	Médio (de 200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha acima)
Abacaxi	31,1%	83,0%	11,6%	4,7%
Algodão Herbáceo	0,6%	2,7%	4,9%	92,3%
Amendoim em casca	25,2%	61,3%	17,6%	20,8%
Arroz em casca	8,8%	43,2%	26,7%	29,4%
Batata-inglesa	11,5%	55,4%	17,2%	27,1%
Cebola	26,5%	94,1%	4,6%	0,9%
Cana-de-açúcar	1,5%	15,6%	16,8%	67,6%
Feijão-preto em	30,0%	88,4%	8,0%	3,1%

⁴ A produção de alimentos para exportação acarreta uma diminuição dos gêneros alimentícios básicos da população e propicia uma crise alimentícia não só em âmbito nacional, mas também em âmbito mundial. De acordo com Carvalho (2009): “É importante assinalar que o FMI e sobretudo o Banco Mundial tem uma enorme responsabilidade na crise alimentícia já que são os que recomendaram aos governos do Sul suprimir os organismos de crédito público para os camponeses e colocaram os pequenos produtores agrícolas entre as garras dos financiadores privados (em geral grandes comerciantes), ou de bancos privados que aplicaram taxas de juros usurárias. Isso provocou o endividamento massivo dos camponeses, seja na Índia, na Nicarágua, no México, no Egito ou em numerosos países da África subsaariana. Segundo as pesquisas oficiais, o sobreendividamento que afetou (a) os camponeses índios é a principal causa de suicídio de 150.000 camponeses na Índia durante os últimos 10 anos. É um país onde precisamente o Banco Mundial teve êxito em convencer às autoridades para que suprimissem as agências públicas de crédito aos agricultores. E isto não é tudo: durante os últimos quarenta anos, o Banco Mundial e o FMI estimularam os países tropicais a diminuir sua produção de trigo, de arroz ou de milho para substituí-los por cultivos para a exportação (cacau, café, chá, bananas, amendoim, flores...). Finalmente, para completar seus trabalhos a favor das grandes empresas do agronegócio e dos grandes países exportadores de cereais (começando pelos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental), conseguiram que os governos abrissem as fronteiras inteiramente para a importação de alimentos, que se beneficiaram das subvenções massivas do Norte, o que provocou a quebra de muitos produtores do Sul e uma forte redução da produção de alimentos para o consumo local (CARVALHO, 2009, p. 5)”.

grão				
Feijão de cor em grão	25,7%	64,2%	15,3%	19,7%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	47,0%	88,9%	6,4%	3,3%
Fumo em folha seca	39,9%	98,6%	0,2%	0,1%
Girassol (semente)	0,7%	21,5%	24,5%	54,0%
Mamona	36,3%	90,7%	4,0%	5,1%
Mandioca (aipim ou macaxeira)	51,6%	93,9%	4,5%	0,8%
Melancia	36,8%	89,5%	5,6%	4,1%
Melão	17,1%	36,8%	18,3%	44,6%
Milho em grão	13,9%	57,7%	19,7%	22,3%
Soja em grão	1,7%	25,4%	27,2%	47,4%
Tomate rasteiros (industrial)	16,1%	74,1%	20,5%	5,1%
Trigo em grão	1,6%	41,4%	38,5%	20,1%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Org.: BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO, M. A.

¹ Quantidade produzida (t)

Diante de processos de pauperização vividos por inúmeras pessoas e famílias no mundo, principalmente no meio rural, o discurso dominante insiste na eliminação social do campesinato como forma ultrapassada de produção agrícola. Esse discurso se transforma, na maior parte das vezes, em políticas públicas em todo o mundo sob a direção do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), seja para subordinar os camponeses ao agronegócio, seja para facilitar a apropriação das suas terras pelas empresas capitalistas. E os meios de comunicação de massa reproduzem o discurso dominante sobre o campesinato, induzindo muitos camponeses a uma perda de autoestima e da vontade de resistir na terra (CARVALHO, 2009).

Desde os anos de 1990, o Banco Mundial (BM) destina recursos para a redução da pobreza no mundo, consorciado com organismos como o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Essas organizações atuam no Brasil através da Estratégia de Assistência ao País – EAP (*Country Assistance Strategy* – CAS). De acordo com o BM, no Brasil, dois dos principais problemas a serem erradicados são a pobreza e a desigualdade social. Porém, a concretização desse fato não é rápida e simples, pois necessita de muitas estratégias, como a geração de emprego e renda nas comunidades rurais pobres (LISBOA, 2007).

Em contrapartida aos financiamentos, o Banco Mundial assume muitos direcionamentos dos países mais pobres onde atua, como o poder de decidir as políticas desses países. Assim, cai por terra o discurso implementado por esse organismo ao mencionar e defender incisivamente o desenvolvimento sustentável. Esta forma de agir acaba dando aos grupos detentores do capital maior poder e o que seria “sustentável” assume uma conotação mascarada, uma vez que a população pobre continuará à mercê das decisões hierárquicas tomadas de cima para baixo.

A redução da pobreza tem como foco as áreas rurais, pois na maioria dos países é onde se encontra um maior adensamento da pobreza. Entretanto, o BM ao assumir o direcionamento de políticas nessas áreas, implementa a privatização das terras públicas e/ou comunitárias, ao invés de proporcionar a desconcentração fundiária, que é um dos meios de reduzir a pobreza, acirrando-a ainda mais. Com isso, o processo de mercantilização de terras ganha força impulsionado pelos programas do Crédito Fundiário e do Banco da Terra (LISBOA, 2007).

No Brasil, o programa de combate à pobreza é intitulado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e tem atuação em vários estados do país incluindo Sergipe. Este programa é financiado pelo Banco Mundial, é coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão (SEAIN-MPO), e atua com mais ênfase no quesito de acesso a água e projetos produtivos para o meio rural.

O Estado de Sergipe obteve seu primeiro benefício em 1996, de acordo com dados do Banco Mundial,

O PCPR foi concebido para beneficiar 104 mil famílias em 71 municípios do estado. No primeiro Acordo de Empréstimo, entre 1996 a 2001 foram investidos US\$ 36,0 milhões. No segundo Acordo, para o período de 2002 a 2006, o investimento foi de US\$ 28,0 milhões, dos quais US\$ 20,8 milhões são oriundos do Banco Mundial e US\$ 4,7 milhões correspondem aos recursos de contrapartida dos Estados e

dos municípios (quando estes se manifestarem por escrito) e das comunidades (mão de obra, materiais ou dinheiro). Ou seja, 74% correspondem ao investimento total do Banco Mundial e 26% do investimento vêm do governo do estado que deverá ser apoiado pelas prefeituras e pelas comunidades que se beneficiaram com os recursos (GRUPO BANCO MUNDIAL, *apud*, LISBOA, 2007).

O intuito do programa em questão é promover a melhoria da qualidade de vida da população através de: pequenos investimentos comunitários; descentralizar a alocação de recursos e a tomada de decisões para os níveis locais; estimular a criação e a consolidação de organizações comunitárias (LISBOA, 2007).

Os recursos destinados para 71 municípios do estado de Sergipe obedecem a um critério de pobreza que, por sua vez, é calculado de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a quantidade de famílias pobres e a inexistência de investimentos de equipamentos públicos. Esses indicadores não são suficientes para explicitar a carência de equipamentos básicos naqueles municípios considerados como menos ou mais pobre. Esses indicadores acabam apontando apenas a ponta do *iceberg* da pobreza rural, sendo a realidade bem mais complexa e contraditória.

Dentre os municípios que receberam os investimentos do PCRP no estado de Sergipe, encontram-se Areia Branca, que ocupa lugar entre os mais pobres de acordo com a classificação do referido programa, concentrando 65% dos investimentos junto com outros 34 municípios. E Frei Paulo, Itabaiana e Carira, que ocupam lugar na categoria dos menos pobres, concentrando 35% dos investimentos juntamente com outros 33 municípios (Lisboa, 2007). Esses quatro municípios colocados em evidência fazem parte do recorte espacial desta pesquisa e possuem significativa quantidade de famílias pobres. Essa realidade e indicadores denotam o peso que a pobreza tem nesses locais e como tal fato é refletido dentro da análise do uso das faixas de domínio da União para a produção de alimentos.

Diante da constatação da forte e crescente presença da pobreza rural no Brasil, é que se torna possível associar este fenômeno às atividades de plantio, pastoreio e extrativismo nas margens da BR 235 em Sergipe, uma vez que a pobreza se faz presente na vida dos sujeitos sociais que ocupam e plantam nessas terras da União. A precarização do trabalho, conjuntamente com a falta de políticas públicas no estado, aumenta e reforça a pobreza tanto no meio urbano como também no meio rural, sendo que neste último a presença da pobreza acontece de forma mais intensa.

O misto de trabalhadores que utilizam as faixas de domínio para o plantio de alimentos evidencia a pobreza vivenciada no estado de Sergipe. A falta de terras, o desemprego e a procura por melhoria de vida, mesmo que seja no quesito alimentação, levam esses trabalhadores a plantarem alimentos de subsistência em terras públicas que são proibidas para o uso privado.

Por conseguinte, esse processo demonstra a intensa resistência camponesa vivida por uma massa de trabalhadores nas margens da rodovia 235 e que se configura enquanto um forte indicador da crescente pobreza em Sergipe e no Brasil.

1.2 – As políticas neoliberais e o agronegócio no campo brasileiro

O termo agronegócio remete à grande concentração de terras, monoculturas voltadas à exportação, diminuição de plantações de cultivos de bens alimentares tradicionais, dependência do mercado financeiro, etc. Sua origem é proveniente dos Estados Unidos, onde o termo é utilizado como *agribusiness* e foi criado para designar a assimetria entre a agropecuária com a indústria nos anos 1950.

Vale lembrar que nesse período, pós Segunda Guerra Mundial, se difundiu a chamada ‘Revolução Verde’, que consistiu em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos (CAMPOS, 2011, p. 102).

No Brasil, o termo agronegócio foi utilizado pioneiramente pelo estudioso Alberto Passos Guimarães em 1978. Contudo, este conceito passou a ser disseminado incisivamente a partir da década de 1990 através da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), criada em 1993 e que representa todo o fortalecimento do agronegócio na sociedade brasileira. Com isso, a ABAG representa os interesses do empresariado agrário. De acordo com Ortega (2005),

A constituição da Abag foi um passo importante na representação dos interesses do empresariado agrário e de setores industriais vinculados ao agronegócio; deve ser vista, de um lado, como resultado da estratégia vitoriosa empreendida pelo setor empresarial contra um projeto de reforma agrária distinto daquele anunciado na Constituinte de 88, e, de outro, como tentativa de superar o estigma de

conservadorismo de alguns segmentos do empresariado rural brasileiro, pois a associação representaria alternativa às organizações de caráter geral, e, especial a UDR (ORTEGA, 2005, p. 89).

No artigo citado anteriormente, o autor faz uma análise desde a criação da ABAG e demonstra que os conflitos gerados a partir da criação dessa associação serão resolvidos através de negociações. É eliminada a perspectiva de luta de classe, pois agora são grupos com interesses diferenciados, podendo chegar a um consenso em que “todos ganham”. Desta forma, retira-se a expectativa do antagonismo de classe, pois só assim é possível garantir o funcionamento do modo de produção vigente.

O período da criação da ABAG “coincide” com o período da disseminação das políticas neoliberais no país, quando houve a abertura econômica para a entrada massiva das multinacionais no país, o avanço da indústria com os pacotes tecnológicos no campo e, conseqüentemente, os incentivos máximos com relação a crescente expansão do agronegócio brasileiro. Campos (2011) é bastante feliz quando afirma que “o agronegócio é a face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro”. Ainda de acordo com essa autora,

[...] contexto do maior avanço neoliberal no Brasil, o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a intensificação dos processos concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos impactos socioespaciais (CAMPOS, 2011, p. 106).

Dentro deste contexto socioeconômico, o agronegócio ganha força, no que se refere ao caso brasileiro, e é inegável o caráter elitista que o mesmo possui. No atual período em que vivemos, precisamente no início do século XXI, o que se percebe é a perpetuação de políticas de “cunho colonial”. O agronegócio é um exemplo, pois é uma simbiose entre o moderno e o arcaico. É uma política de produção de alimentos voltada para a exportação e que é ancorada na grande concentração de terra, que acirra a reprodução da violência e a miséria para com os pequenos produtores e trabalhadores rurais, chegando a atingir toda sociedade, dado que todos dependem de alimentos para realizar sua reprodução físico-biológica e social.

A intensificação de políticas de cunho neoliberais no país acirra ainda mais a concentração fundiária. E a valorização crescente do agronegócio faz parte dessas decisões neoliberais. O agronegócio se configura como sendo um setor agroexportador da economia brasileira com estratégias destinadas, principalmente, para a exportação de produtos primários. De acordo com Paulino e Almeida (2010), o agronegócio é o amplo e divide-se em três partes:

- 1) Negócios agropecuários propriamente ditos. Envolvem a atividade dos produtores rurais, sejam eles agricultores ou pecuaristas, pequenos, médios ou grandes, constituídos na forma de pessoas físicas ou jurídicas;
- 2) Negócios pré-produção. Envolvem os setores industriais e comerciais que constituem o conjunto de fornecedores do chamado consumo produtivo, como equipamentos para infraestrutura produtiva, máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes insumos etc.;
- 3) Negócios agropecuários pós-produção. Envolvem a compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários desde os primeiros intermediários até os consumidores finais, Entre eles destacam-se transportadoras, supermercados e distribuidores de alimentos, indústrias calçadistas, têxteis, frigoríficos, abatedouros etc. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 75).

É mediante a grande exportação base do agronegócio que percebemos o impacto causado por este em detrimentos dos cultivos alimentares. Tal fato causa uma diminuição dos alimentos básicos para a população, uma vez que a grande parte das terras brasileiras não produz para os brasileiros, mas sim para o mercado internacional. Segundo Oliveira,

Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (OLIVEIRA, 2004, p. 122).

Os impactos que a política do agronegócio consegue fazer no território são notórios no que diz respeito às mudanças que as cidades sofrem, uniformizando-se para atender aos anseios dessa política de exportação.

Nesse sentido, é muito perigoso direcionar a funcionalidade de uma localidade ou de uma região para atender as demandas de um único

setor produtivo. Assim, a atual fase de instabilidade promovida pelas crises cíclicas do mercado é vinculada ao modelo homogeneizador, imediatista e, portanto, insustentável do capitalismo neoliberal (CAVALCANTE & FERNANDES 2008, p. 18).

A forte degradação da natureza acarretada pelo agronegócio é algo imensurável. Vários são os estudos feitos mostrando/denunciando o caráter destrutivo do meio ambiente que esta atividade traz consigo. Entretanto, muito pouco é feito para transformar essa situação. Afinal, por trás de todo este arcabouço estão as grandes empresas multinacionais que, por seu turno, recebem incentivos fiscais do Estado para a sua permanência no país. Sendo assim, a fiscalização e cobrança do cumprimento das leis trabalhistas e ambientais são minimizadas para que essas grandes corporações não se retirem no território brasileiro. Essa situação foi intensificada com a chegada do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, proporcionando uma lucratividade imediata e a expansão corporativa do sistema financeiro.

Com o neoliberalismo ocorrem a fragilização dos sindicatos brasileiros e o aumento do desemprego, o que faz crescer o exército de reserva de trabalhadores, provocando uma desregulamentação no mercado de trabalho. Essa desregulamentação é propiciada por meio do desemprego estrutural que diminui o poder de reivindicação da classe trabalhadora.

As grandes corporações financeiras impõem condições que têm de ser aceitas para que as mesmas se aloquem no país. E essas imposições são cumpridas pelo Estado, que se configura enquanto um instrumento do capital. Tal fato faz emergir uma série de problemas econômicos, sociais e políticos, porque fica evidente o caráter individualista deste “jogo” político. A classe que mais sofre esses fortes rebatimentos é a classe trabalhadora, uma vez que esta sente mais de perto os problemas com habitação, saúde, segurança, educação e cultura.

O agronegócio tecnificado se expande no campo sempre empregando menos mão de obra por um lado, e por outro, oferecendo condições de trabalho precárias. De acordo com Sobrinho (2012),

A situação de penúria vivida pela população trabalhadora do campo e da cidade contrasta com os recordes de produção e faturamento tão exaltados nos meios de comunicação e defendidos pelos agentes do Estado. A invisibilidade das condições de vida enfrentadas pela população trabalhadora inserida nesse modelo de desenvolvimento demonstra a naturalização da perversidade praticada pelos agentes do grande capital (SOBRINHO, 2012, p. 84).

O modo de produção capitalista é composto de contradições e perversidades para com a classe trabalhadora, pois é dela que vem a mais-valia tão cobiçada por este modelo de produção. E para que tal finalidade seja alcançada, não é medido o grau de violência e nem o grau de exploração dos trabalhadores, sejam eles do campo ou da cidade. Contudo, a realidade do campo se torna ainda mais perversa no tocante a retirada dos meios de produção dos camponeses por meio da expropriação acompanhada da territorialização do capital (Oliveira, 2004), uma vez que é por via desse processo que o capital consegue expulsar os camponeses e se territorializar, firmando poder sobre as áreas apropriadas. Esse processo é alcançado através do agronegócio no campo com extensas monoculturas destinadas à exportação no mercado mundial. O que não é discutido nos meios de comunicação é como se chega a ter o superávit da balança comercial anualmente com base na perpetuação da pobreza rural, na exploração do trabalho e na destruição do meio ambiente.

Os camponeses estão tendo que, cada vez mais, incorporar-se ao mundo do assalariamento para conseguir alimentar sua família e, conseqüentemente, se reproduzir no campo através da obstinada resistência de parte dessa classe. O capital se mostra tão contraditório que ao mesmo tempo em que obriga o camponês a se assalariar - porque somente a renda auferida pela terra não dá conta de alimentar a família - ele também, contraditoriamente, “segura” o camponês na terra para subtrair renda a partir da sua produção.

Com isso, surgem os movimentos contrários a essa realidade, os quais são vistos e taxados como baderneiros, anarquistas, bandidos e ideológicos. Assim, estes sofrem bastantes represálias dos aparelhos repressores do Estado por lutarem contra o caráter excludente e individualista do sistema vigente⁵.

O agronegócio inserido neste sistema também fica vulnerável e bastante suscetível às crises, porque este é ancorado na grande monocultura, seja ela de soja, milho, cana, café e pecuária. Ou seja, o agronegócio está baseado em poucas mercadorias. Desta forma, quando a crise atinge alguns desses produtos, por

⁵ O neoliberalismo é uma proposta de transferência progressiva do poder do Estado para as corporações financeiras. O ‘sucesso’ desse paradigma pode ser explicado pela motivação hedonística estabelecida pelo princípio da vantagem individual, gerando um complexo atrito de explorações que incorpora todos os sujeitos da sociedade numa gradação escalar. No entanto, as classes menos abastadas sofrem consequências de uma drasticidade de difícil medição (CAVALCANTE & FERNANDES, 2008, p. 19).

consequente, há uma desvalorização muito grande do produto, o que acarreta uma forte diminuição do lucro para o capital.

Para Cavalcante e Fernandes (2008),

Neste sentido, quando tratamos de um modelo de desenvolvimento agrícola monopolizador de terras, riquezas e, até mesmo, de funções sociais em um território, vislumbramos um perigoso arsenal produtivo devido a sua inconstância diante das alterações conjunturais do sistema financeiro e das decisões políticas empresariais e do Estado. O território do agronegócio se fundamenta na integração corporativa dos produtores liderada pelas empresas, que reconfiguram o espaço em função da lógica produtiva. Ao passo que as empresas se unem para defender seus interesses junto ao Estado, inserindo seus interesses no orçamento público, elas realizam um uso competitivo e, ao mesmo tempo, integrado, do território implantando infraestrutura e engendrando estratégias de ampliação do controle do mercado (CAVALCANTE & FERNANDES, 2008, p. 20-21).

É inegável nesse modelo a intensificação das formas de exploração e de desapropriação dos pequenos produtores por parte dos grandes detentores de capital. Estes, com o intuito de ampliar suas terras, acabam desempenhando as mais diversas formas de violência contra os pequenos produtores rurais. O crescimento da violência no campo também é consequência do novo modelo de produção em larga escala para o mercado internacional. O agronegócio é um forte ciclo capitalista de produção que se territorializa no campo e é uma das faces da reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo. Ele produz e reproduz a lógica territorial das empresas transnacionais, implantando novas racionalidades que reconfiguram toda a dinâmica socioespacial. Essas novas racionalidades estão compostas, também, por processos de expulsão e subordinação do campesinato; é nesse ponto onde, muitas vezes, violentamente, o campesinato deixa a terra de trabalho e é obrigado a migrar para os centros urbanos.

Portanto, ao mesmo tempo em que se chega a ter superávit na balança comercial (via agronegócio), contraditoriamente, temos inúmeros brasileiros passando fome e vivendo em condições de extrema pobreza. Através do processo de alienação da sociedade, o discurso do desenvolvimento consorciado com as grandes empresas multinacionais controladoras dessa produção agroexportadora embute na mente da sociedade que o agronegócio é “fantástico”, sendo o setor da economia que consegue elevar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de forma satisfatória e sem rebatimentos negativos. Porém, Campos assevera que:

Nesse caso, se difunde a concepção de que o agronegócio é o grande motor da economia brasileira, quando, na verdade, responde por menos de 1/3 do PIB nacional ainda que em alguns Estados e em muitos municípios de fato seja a principal força econômica. E se alardeia que o sucesso do agronegócio é bom para o país, de modo que os interesses dos capitais investidos nos seus diversos ramos de atividade aparecem como sendo interesse nacional. E os setores sociais que se contrapõem ao agronegócio aparecem como sendo inimigos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil (CAMPOS, 2011, p. 108).

Todo este arcabouço traz consigo a ampliação das desigualdades sociais advindas do modelo usurpador de adquirir lucros extraordinários proporcionados pelo modo de produção capitalista. Para adquirir tais lucros, o sistema capitalista se utiliza de algumas medidas como a forte exploração do trabalho, a diminuição dos salários, a precarização da saúde e da educação, dentre outros fatos que precarizam a existência de grande parte da sociedade.

Com a inserção da indústria na agricultura e sob o *slogan* da modernidade, o agronegócio se apropria efetivamente do território. A apropriação acentuada do território mediado pelos anseios do capital é o viés mais utilizado pela política do agronegócio para expandir-se, e a produção da cana-de-açúcar é um forte exemplo dessa estratégia.

Como mostra a tabela a seguir, é possível analisar os números e perceber a evolução recente do volume de cana de açúcar processada pela agroindústria canavieira, como também da geração dos seus principais subprodutos: açúcar e etanol.

Tabela 04: Produção do Setor Sucroenergético – Brasil

Ano-Safra	Área de produção de cana (ha)	Cana produzida (toneladas)	Produção de açúcar (toneladas)	Produção total de etanol (mil litros)
2004/05	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
2005/06	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
2006/07	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
2007/08	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
2008/09	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962
2009/10	7.409.600	604.513.600	34.636.900	25.866.061
2010/11	8.056.000	623.905.100	38.675.500	27.699.554
2011/12	8.368.400	571.471.000	36.882.600	22.857.589

Fonte: CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra – CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra). Org. XAVIER, C.V. Adaptado por: ALVES, Renata Batista. 2015.

As imensas monoculturas de cana do país, considerando as áreas de produção mais antigas e as novas áreas de expansão, ocupam uma extensão aproximadamente de 8,4 milhões de hectares, contabilizando todos os Estados da federação produtores desse cultivo (XAVIER, 2012).

A perpetuação da expansão crescente da cana no país tem participação direta do Estado como financiador e regulador de políticas, que aperfeiçoa o sistema de produção da agroindústria canavieira. Este processo vai desde o desenvolvimento de pesquisas para melhoramento das espécies plantadas, até a liberalização de crédito para construção das agroindústrias e armazenamento dos produtos, dentre outros.

Essa intervenção direta do Estado na economia da agroindústria da cana de açúcar e etanol, eleva a dívida pública do país, uma vez que este setor é o que mais recebe incentivos e investimentos de forma intensa do Estado. A reprodução desse ciclo constante de empréstimo deve-se ao fato de que para o aprimoramento do setor reafirma-se uma necessidade de captação de recursos provindos de empréstimos realizados em mercados financeiros (XAVIER, 2012).

Com a efervescência dos cultivos voltados para exportação (*commodities*), os territórios têm sofrido mudanças em suas paisagens, pois tudo se torna homogêneo com a presença dos “mares” e “oceanos” de um mesmo cultivo que abarca imensas áreas de

terras. Relacionando essa problemática com o objeto de estudo dessa pesquisa - a agropecuária de beira de estrada - constata-se que esta atividade aparece com mais veemência nas áreas do estado de Sergipe, onde o agronegócio prevalece com maior intensidade. É a prova de que esta produção de alimentos nas margens das rodovias está fortemente vinculada à concentração de terras e à falta de acesso da mesma no estado.

As monoculturas que estão interligadas com o surgimento da atividade agropecuária nas margens da BR 235 são de cana-de-açúcar e de milho. Esses dois cultivos têm se expandido a passos galopantes no estado, causando rebatimentos no campo e na cidade. E um desses rebatimentos é o surgimento dessa prática agropecuária, em que também se mesclam atividades de cunho camponês com o pastoreio do gado e a coleta de capim nas margens dessa rodovia federal que corta o território sergipano. O milho predomina nos municípios de Frei Paulo e Carira, e a cana-de-açúcar no município de Areia Branca. Esses municípios compõem o recorte espacial desta pesquisa, juntamente com o município de Itabaiana.

A monocultura da cana-de-açúcar evidencia bem esse processo, pois esta é vista a todo o momento como um *locus* de lucratividade do capital, e nesse sentido acaba se tornando destaque entre os produtos mais vendidos ao mercado externo do país.

Nessa nova dinâmica, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com mais de sete milhões de hectares plantados, produzindo mais de 480 milhões de toneladas, colocando o país na liderança mundial em tecnologia de produção de etanol. Para manter esse *boom*, o governo brasileiro tem incentivado a produção, através de programas de crescimento no modelo do agronegócio em sintonia com os interesses do Banco Mundial e seus subsequentes órgãos de intermediações (SHIMADA, 2010, p. 96).

No cultivo da cana, e em qualquer outro que seja destinado à exportação, está implícito a forte exploração do trabalho através de elevadas jornadas de trabalho, pagamentos não condizentes com a quantidade de trabalho realizada e condições desumanas de vida. Esses são alguns dos rebatimentos maléficos que o agronegócio remete à sociedade brasileira e mundial. O crescimento exorbitante do agronegócio é subsidiado pelo Estado através de políticas públicas e programas destinados às *commodities*, sendo que no caso da cana, o PROÁLCOOL ganha destaque,

Com isso, o governo direcionou o Programa do PROÁLCOOL para a produção do álcool hidratado como combustível para consumo direto gerando a expansão desordenada da cana-de-açúcar ocupando terras

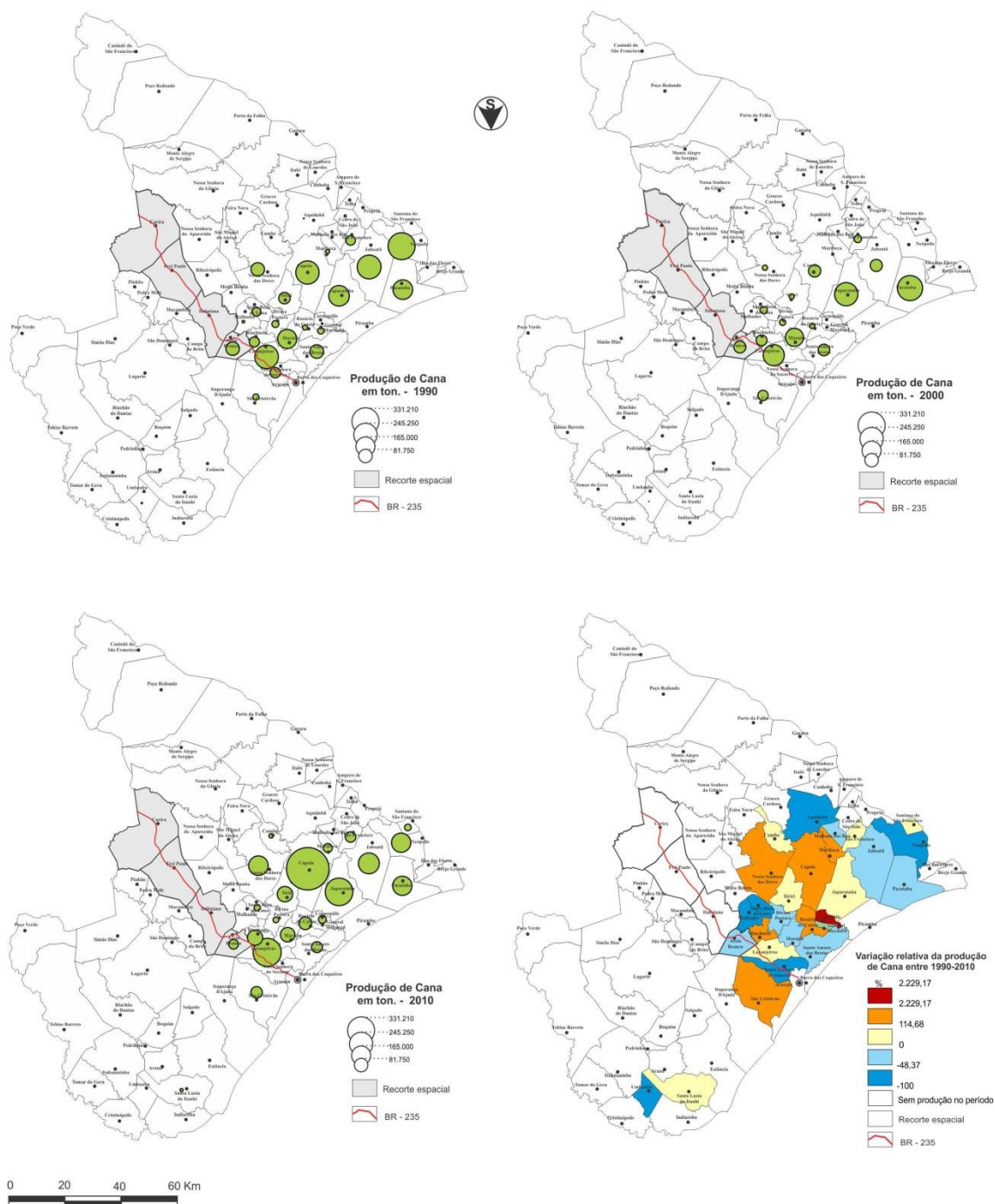
utilizadas para a produção de alimento. Assim, foi a fase representada como a fase áurea do PROÁLCOOL e que foi apoiada, sobretudo, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada (SHIMADA, 2010, p. 77).

No que se refere ao estado de Sergipe, desde o período colonial, ele sempre esteve ancorado na produção açucareira, e com advento do PROÁLCOOL a produção desse cultivo foi ainda mais intensificada no estado. Essas grandes lavouras de cana destinadas ao mercado externo acirraram o problema da concentração fundiária neste estado, que continua até os dias atuais sob o domínio da oligarquia agrária.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe⁶, entre os anos de 2006 a 2007, a área colhida saltou de 31.356 para 36.966, e a produção em toneladas também aumentou de 1.924.975 para 2.285.707. Desta forma, fica explícita a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado de Sergipe. O crescimento ocorre tanto em área colhida quanto em produção. Essa expansão chega a atingir diversos municípios tanto em plantação quanto na procura por mão de obra.

⁶ Dados retirados da tabela da dissertação de mestrado de: SHIMADA, Shiziele de Oliveira. “Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do ‘Senhor’ ao ‘escravo’”. São Cristóvão, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Prancha 01: Produção de cana, 1990-2010, Sergipe.



Organização: Renata Batista Alves
 Elaboração: José Hunaldo Lima
 Fonte: IBGE - Censos Agropecuário, contagem municipal, 1990-2010

Em Areia Branca, um dos municípios foco desta pesquisa, há uma presença muito forte de cortadores de cana. Como o município não dispõe de muita diversidade de empregos, a população, em geral masculina e jovem, se submete a altas jornadas de trabalho no corte da cana na região. Como se pode constatar no mapa, embora não tenha ocorrido aumento no plantio de cana neste município, a um aumento significativo entre

os anos de 2000 a 2010 em municípios vizinhos, constituindo foco de busca de trabalho pelos cortadores.

Nos últimos anos, a lógica das monoculturas voltadas para a exportação vem sendo fortalecida por via do agronegócio, que se configura enquanto uma política do Estado, baseada nos incentivos fiscais e pacotes tecnológicos advindos das multinacionais instaladas no campo, sob o prisma da produção em massa e da modernização do campo.

O agronegócio da cana faz ressurgir algo que nunca deixou de acontecer, a dominação do ‘senhor’ ao ‘escravo’ fortalecida cada vez mais pela lógica do capital. Na relação capital-trabalho, as marcas do domínio de uma classe dominante que detém toda a condição de mando da classe dominada, hoje está representada por trabalhadores que continuam submissos a trabalhos precarizados e de semiescravidão. Também há a atuação de um Estado que fortalece com políticas governamentais e propagandas de geração de emprego e renda no campo sergipano, a ênfase da carteira de trabalho como marca de garantia do emprego, mas que na prática, o que se tem é o fetiche da carteira de trabalho devido às péssimas condições de trabalho realizadas pelos cortadores da cana-de-açúcar (SHIMADA, 2010, p. 62).

A perpetuação do cultivo da cana desde o período colonial até os dias atuais sempre foi favorecida pelo Estado que, primeiramente, se revestia na figura do Rei e, agora, se reveste sobre os ditames do capital que subordina os diferentes governos e governantes. Diante desta problemática crescem os conflitos por terra ocasionado pela forte concentração fundiária. Em decorrência deste fato, há um forte acirramento na busca pelo acesso à terra no estado. Conforme Lopes,

Em agosto de 2005, o INCRA contabilizava 130 conflitos de terra, envolvendo 10.323 famílias, de um total de 30 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra que se estima existir em Sergipe. Do ponto de vista da situação concreta do campo brasileiro, a constituição dos movimentos sociais, no período recente, pode ser vista como resultado das consequências estruturais do processo de modernização da agricultura: deterioração das condições de vida das populações rurais; expulsão de camponeses e trabalhadores agrícolas; manutenção especulativa de áreas inexploradas; aumento do número dos agricultores sem terra, enfim, pela atualização da violência costumeira, nas palavras do professor José Vicente Tavares dos Santos (1998). [...] A história recente da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra (LOPES, 2007, p. 2-4).

A expansão elevada do agronegócio no estado de Sergipe está associada a uma política de reordenamento territorial no campo sergipano. Dentro desta política é que o Governo do Estado, em consonância com o Governo Federal, tem se aliado para expandir os cultivos de monoculturas ancorados no tripé Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. De acordo com Conceição,

As Políticas Públicas no campo brasileiro e sergipano conduzem a questão camponesa da autonomia alimentar como inexistente e prioriza como importante o entendimento do modelo do Novo Rural na perspectiva no campo, para o aumento de emprego e renda, o que significa a garantia da sujeição dos trabalhadores ao capital (CONCEIÇÃO, 2011, p. 12).

Os políticos locais, juntamente com a política do governo federal, priorizam o agronegócio como a grande solução para o desenvolvimento do estado/país, preocupados com a garantia do aumento da produção de *commodities*. O crescimento sucroalcooleiro, mediado pelo avanço tecnológico, estabelece o aumento da produção canavieira também devido à utilização do álcool combustível, transformando o campo brasileiro num cenário de domínio do capital destinado ao mercado.

Areia Branca produz ao ano 43.200 toneladas⁷. O cultivo da cana-de-açúcar nesse município ocorre desde o período colonial. Porém, esta área não faz parte do processo de expansão desta monocultura, ao contrário, ela sempre produziu e continua produzindo essa monocultura. Vale a pena frisar que se trata de um município que não se configura como sendo um dos maiores produtores, mas que sempre teve esta cultura como sendo uma das principais, ou senão a principal atividade econômica.

O agronegócio do milho também tem crescido bastante tanto em área como em produção. A introdução deste cultivo tem se expandido para diversos outros municípios, nos quais predominavam a pecuária extensiva e o feijão, como é o caso dos municípios de Carira e Frei Paulo. Os dois municípios em questão fazem parte do recorte espacial

⁷ Informação retirada do site: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280050&idtema=43&search=sergi+pelareia-branca|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2004>. Acesso: 29/07/2015.

desta pesquisa e como há uma forte presença do agronegócio, conseqüentemente, há também intensa concentração fundiária. Tal fato confirma a hipótese de que a agropecuária nas faixas de domínio da União está intimamente ligada com a questão da concentração de terras.

No município de Carira, constata-se alterações consideráveis nos usos que se faz da terra nas últimas décadas. Essas alterações estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do capital que tem se intensificado no país, incorporando novas áreas no campo, principalmente para as monoculturas da soja, do milho, da cana, entre outros. Uma das alterações sentidas no campo é a presença intensificada do agronegócio como veiculador das políticas e estratégias do Estado para acumulação de riqueza. São incorporadas novas áreas, antes destinadas a outros cultivos alimentares, para dar lugar aos cultivos que estão em alta na balança comercial e que são destinados, em sua maior parte, para a exportação.

No sertão sergipano tem-se verificado um aumento gradativo do cultivo do milho transformando a paisagem, antes marcada com cultivos como o feijão e a pecuária extensiva de corte. Agora há verdadeiros milharais sob a égide de auferir lucros exorbitantes por via da transgenia. A predominância do milho nessa área é de cultivo modificados geneticamente, os chamados transgênicos.

Tabela 05 - Aumento anual da área cultivada com milho em Sergipe e Carira

Estado/Municípios	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Sergipe	140.543	156.412	170.055	172.942	182.068
Carira	14.000	17.000	35.200	36.000	40.000

Produção Agrícola Municipal – IBGE – áreas/ha

Fonte: SANTOS, 2012. Adaptada por Renata Batista Alves

Tabela 06 - Aumento anual da produção de milho em Sergipe e Carira

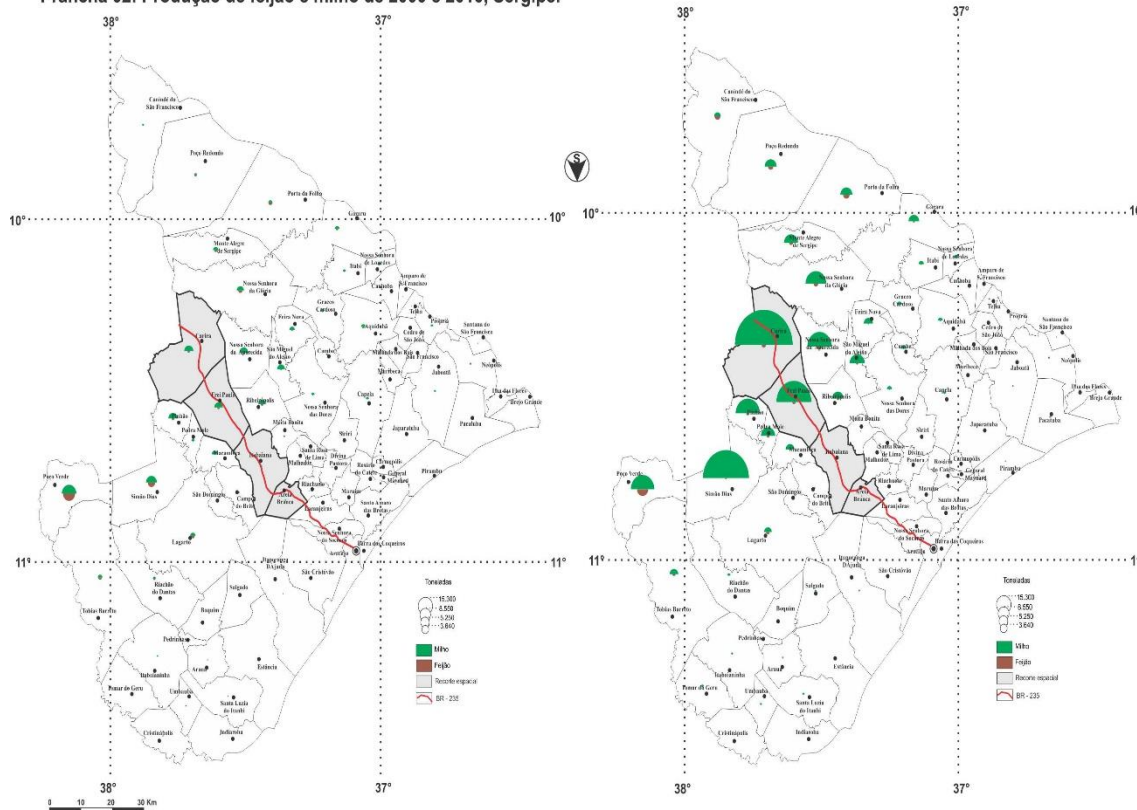
Estado/Municípios	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Sergipe	184.908	237.129	584.786	703.294	750.718
Carira	10.080	14.280	209.088	213.840	237.600

Produção Agrícola Municipal – IBGE – toneladas/t.

Fonte: SANTOS, 2012. Adaptada por Renata Batista Alves

O milho tem se expandido rapidamente por todo o estado de Sergipe e chega a representar boa parte da renda do sertão sergipano, onde o cultivo acontece de forma mais incisiva. A produção em larga escala ocorre também por conta da presença marcante dos aparatos tecnológicos no campo como colheitadeiras, tratores, e diversos fertilizantes e agrotóxicos, bem como da transgenia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), na última safra do milho, Sergipe atingiu o segundo lugar no *ranking* de produção de milho da região Nordeste com 1.055.166 de toneladas.

Plancha 02: Produção de feijão e milho de 2000 e 2010, Sergipe.



Organização: Renata Batista Alves
 Digitalização: Hernaldo Lima
 Fonte: Sidra, Censos agropecuários de 2000 e 2010, IBGE

Mediante a visualização da prancha anterior, percebe-se que o cultivo do milho cresceu a passos intensos no estado de Sergipe, e que em contrapartida o cultivo do feijão foi diminuído. Tal fato se deu principalmente através da entrada dos transgênicos no campo, monopolizando terras e causando essa mudança drástica no cenário rural sergipano. No primeiro mapa (2010) podemos supor que a produção do milho e do feijão estava destinada ao consumo local e regional; no segundo mapa (2010) constata-se uma especialização produtiva do milho em detrimento ao feijão, voltando a produção de milho em larga escala a venda que extrapola os limites locais.

Essa atual conjuntura na qual o Brasil e, conseqüentemente, Sergipe está inserido revela o poder que o capital possui de redesenhar o território aos moldes que melhor lhe convém. Neste viés insere-se a concentração fundiária como um forte rebatimento deste processo expropriador de camponeses, que alavanca violência no campo e mortes de muitos trabalhadores que lutam para ter acesso à terra nesse país de território imenso.

O processo de territorialização do capital tem provocado a resistência camponesa e gerado conflitos e confrontos em um território que se torna sempre mais multifacetário, comportando frações territoriais diferentes, conformando, pois, uma síntese contraditória, resultante dos processos que se realizam pelas ações de sujeitos portadores de interesses antagônicos, mas também combinados, os quais *constroem/destroem/mantém/transformam simultaneamente* o território (SOBRINHO 2012, p. 36).

Este cenário intensifica a expropriação dos camponeses, a exploração do trabalho, o aumento da fome e muitos outros problemas na vida dos trabalhadores, sejam eles do campo ou da cidade. Tudo isso tem como finalidade a obtenção cada vez maior do lucro, que é a forma de ser do capital. Como assegura Conceição,

Antes de constituir saída para a pequena propriedade camponesa, o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeitos a condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital (CONCEIÇÃO, 2011, p. 14-15).

A crescente expansão do agronegócio se deve a lógica contraditória e desigual do capital no seu processo de acumulação sem limites e fronteiras. Por ser sem

fronteiras é, portanto, mundializado. O Brasil se encontra inserido nesta lógica que busca o lucro máximo e produz fome, miséria, expropriação de camponeses, conflitos, violência, contaminação pela transgenia, aumento da concentração de terras, pobreza, fortalecimento da Bancada Ruralista, criminalização dos movimentos sociais, aumento do uso de agrotóxicos, vulnerabilização da soberania alimentar, crescimento da dívida externa, dentre outros.

Essa grande produção de monoculturas do agronegócio é vista como propulsora do superávit da balança comercial brasileira. Mas a outra face da moeda é esquecida e/ou camuflada, pois não se leva em conta as terríveis consequências para a sociedade. Segundo Oliveira (2004, p. 120), “o Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial”.

O que evidentemente não podemos camuflar é que essas frações do território vão desenhando o cenário das lutas de classe da sociedade, ora com interesses antagônicos, ora com interesses combinados obedecendo aos ditames do capital, que dita as “regras do jogo”. Dentro desse processo de diferentes formas de se apropriar do território encontra-se a *agropecuária de beira de estrada*. Uma forma peculiar de tornar o território da União em um território de apropriação camponesa resistente, mesmo sendo dentro de uma ínfima faixa de terra nas rodovias.

[...] Isto se observa claramente nas diferentes apropriações/propriedades da terra, as quais imprimem no território suas infraestruturas próprias, que possibilitam a operacionalização/uso e a socialização das riquezas naturais em conformidade com o modo de produção a ela concernente. Exemplifico a ordenação territorial que se construiu nas áreas predominantemente de uso exclusivo familiar que formam as comunidades; as áreas onde predominam o uso comum pecuário; e, revelando outra racionalidade e sentido do uso e apropriação da terra, as de apropriação capitalista, cuja marca principal é a propriedade privada delimitada por linhas precisas, geralmente com cercas, mas quando não, cerceando o uso pela força e gerando conflitos (SOBRINHO, 2012, p. 36-37).

1.3- Reestruturação produtiva no campo e seus rebatimentos para o trabalhador camponês

O sistema capitalista é muito dinâmico e inevitavelmente expansível. Esse sistema cria uma força permanentemente transformadora que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos segundo a sua lógica. Contudo, contraditoriamente o capitalismo produz, ao mesmo tempo, o seu próprio progresso e atraso, bloqueando o desenvolvimento do capital. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação, uma vez que essas crises são proporcionadas pelo próprio sistema que não consegue ter autocontrole (HARVEY, 2005).

O capitalismo só consegue “sair” de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, de uma só vez, intensificação de desejos e necessidades sociais, e expansão geográfica. Portanto, para o capitalismo conseguir se manter vivo, é preciso existir, ou ser criado, um espaço novo para a acumulação. A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade sempre constante de acumulação pelos meios mais fáceis, ou por onde a resistência for mais fraca (HARVEY, 2005). De acordo com Harvey, as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao “ajuste espacial”, nos termos do geógrafo supracitado.

No modo de produção capitalista a desigualdade e a combinação se manifestam incisivamente por meio de fatos como: os excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho coexistente. Tal fato demonstra que as disparidades e as similitudes convivem lado a lado no capitalismo. E as crises são resultados dessas contradições, uma vez que essa é a condição de crise na qual o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, pois sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento. Então, tanto o capital quanto a força de trabalho são desvalorizados.

Com a ocorrência da crise de 1970, vários países foram atingidos, senão todos, dentre eles o Brasil, e sofreram constantes rebatimentos, seja no campo ou nas cidades. Esse contexto de mudanças do capitalismo no período que sucedeu a expansão e acumulação de capitais provenientes da fase fordista e keynesiana fez emergir uma profunda crise estrutural decorrente da:

Queda da taxa de lucro, dada pelo aumento da força de trabalho conquistado no pós-guerra e intensificado nos anos 60; esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista de produção pela incapacidade de responder ao consumismo acelerado; hipertrofia da esfera financeira que ganhava autonomia frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Estado de 'bem-estar social', retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; incremento acentuado das privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2005 p. 29).

A crise de 1970 foi uma crise do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção em massa e que se tornou uma crise estrutural do capital estendida até os dias atuais. Por via desse contexto, o capital entrou em um processo de reestruturação do seu ciclo reprodutivo através, principalmente, da exploração da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005).

Como resposta do capital à sua própria crise de 1970, iniciou-se um processo de reestruturação produtiva no mundo com diferentes enfoques por meio do neoliberalismo, da privatização do Estado e da desregulamentação dos direitos trabalhistas com o intuito de reestruturar a produção para auferir altos patamares de lucratividade. Esse período acentuou ainda mais as ofensivas do capital para com classe trabalhadora, pois o capital além de destruir a natureza e o meio ambiente, enfraqueceu as leis trabalhistas e intensificou a exploração do trabalho humano elevando os níveis de desemprego.

Tais acontecimentos vão interferir diretamente no mundo do trabalho através das políticas neoliberais, flexibilização da produção, desregulamentação dos direitos trabalhistas, convertendo assim a força de trabalho numa vítima direta desses processos. Este novo método de reorganização do capital resultou na intensificação da exploração, aumento das jornadas de trabalho, sempre em busca de novos métodos de dominação (ANTUNES, 2005).

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia a situação do não-trabalho, do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2005).

Com isso, a sociedade contemporânea incorpora os mais diversos proletariados na dinâmica de exploração do trabalho. Incluem-se aí o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital, os assalariados das regiões agroindustriais, e o

proletariado moderno, que se caracteriza pelo trabalho temporário e pelo trabalho precarizado dentro da totalidade do mundo produtivo (ANTUNES, 2005).

Este processo faz diminuir quantitativamente o operariado fabril e expropria inúmeros camponeses e, conseqüentemente, faz crescer o número de desempregados, acarretando mutações ao mercado de trabalho. Em meio a toda essa estratégia do capital para conseguir sair da crise, várias são as alterações processadas no campo brasileiro, onde há uma predominância do modelo agroexportador das grandes agroindústrias do setor alimentício, aportadas nas monoculturas e associadas aos ajustes do Banco Mundial que, por sua vez, pressiona pela não realização da reforma agrária. Desta forma, aos camponeses são impostos os impasses de classes, aportados na negação do modo camponês/familiar de reprodução social (THOMAZ JÚNIOR, 2006a). Ainda segundo esse autor, algumas das facetas que o capital utiliza para subordinar a classe trabalhadora no campo são o abafamento e criminalização da resistência dos camponeses. O objetivo é anteparar qualquer tentativa de acesso à terra, precarizar as condições de trabalho, aumentar a jornada de trabalho, aumentar o emprego de mão de obra infantil, desempregar assalariados, fragilizar relação de trabalhos formais, ampliar o número de terceirizados, diminuir salários, etc.

Outro fator que promoveu a intensificação do processo de exclusão e superexploração do capital foi a inserção de técnicas e maquinários na agricultura, acarretando a expulsão dos trabalhadores rurais que dependem do campo para a sua reprodução social. Um acontecimento que cimentou esse processo de inserção de técnicas no campo foi a chamada Revolução Verde com a inserção de máquinas no campo, com o intuito de disseminar o progresso técnico-científico no meio rural, aportada na mecanização e insumos químicos. Tal fato mostra que o Estado está sempre associado ao capital, proporcionando meios para que a inserção de políticas capitalistas na sociedade seja cada vez mais intensificada.

No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente, apenas suas formas e modo de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia. [...] O Estado é ‘uma forma independente’, que surge da contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade. Essa contradição ‘sempre se baseia’ na estrutura social e, em particular, nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho e pela qual uma classe domina todas as outras (HARVEY, 2005. p. 79).

Compreender os rebatimentos da reestruturação produtiva no campo remete-nos a analisar o mundo do trabalho a partir das mudanças bruscas que produzem pouca efetividade das leis trabalhistas dentro da dinâmica da luta de classes. Com isso, temos que entender que fazem parte da classe trabalhadora tanto os proletariados quanto os camponeses.

As mudanças ocorridas no campo indicam o conteúdo das ações do capital e do Estado. Essas mutações são sentidas por meio dos desdobramentos acarretados para a classe trabalhadora através da intensificação da mecanização e da política de desenvolvimento rural, em detrimento da realização da Reforma Agrária, das novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, e das políticas públicas para a agricultura associadas a novas formas de contratação e de pagamento.

O esgarçamento dos significados do trabalho, previamente definidos desde o ponto de vista da identidade sindical diante da constante migração do trabalhador, do ser operário, por diferentes experiências laborativas (via de regra, na ambiência informal) de alguma forma está encurtando as distâncias entre a realidade social do trabalho desrealizado e aproximando-o da luta pela terra que, em algum momento, se junta aos significados do ser camponês (THOMAZ JÚNIOR, 2004a, p. 9).

A nova estrutura possibilitada pelo capital, mediante sua reestruturação no campo, tem a agroindústria aportada na monocultura como um dos focos centrais do seu processo de acumulação de riquezas. As grandes propriedades de terras estão sendo sempre colocadas em evidência e sendo favorecidas pelos incentivos do Estado.

A reprodução social no campo é mais do que reprodução física, é mais do que o trabalhador ter uma remuneração que satisfaça suas necessidades: é a reprodução da vida do indivíduo em sociedade. Entretanto, a realidade brasileira mostra que o oprimido do campo não é sequer satisfeito em suas necessidades primárias. São os dois polos que se apresentam no campo brasileiro, o trabalhador que vive ou necessita da terra para trabalhar e produzir alimentos, e o do agronegócio orientado para exportação, concentrando terras e degradando a natureza (SILVA, 2004).

A reestruturação produtiva no campo acarretou mudanças para o campesinato, fazendo com que o camponês produzisse em alguns momentos somente para a indústria, como também acabou juntando contraditoriamente a unidade antes separada agricultura/indústria. Esse processo de modernização, conjugado com a indústria no campo, se dá quando o desenvolvimento capitalista revela sua contradição com os

processos de territorialização do capital monopolista e a monopolização do território, como bem destaca e explica o autor Oliveira,

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. [...] A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num 'mar' de cana, soja, de laranja, de pastagem etc. Já o segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. [...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Assim, esses processos de territorialização do capital monopolista e a monopolização do território são os fatos que explicam o gargalo das transformações ocorridas no campo, bem como são os mecanismos utilizados pelos latifundiários para a obtenção do lucro, palavra esta que define a finalidade do sistema vigente.

O aumento das áreas cultivadas com a produção de monoculturas expressa a expansão demasiada do agronegócio, sendo que esta é uma política de desenvolvimento voltada para os interesses exteriores e da elite do campo brasileiro. No Brasil, precisamente, tal política está suplementada nas transnacionais agro-químico-alimentares que controlam a produção dos alimentos desde a esfera da produção até a esfera do consumo. Neste íterim, essas transnacionais acabam definindo os hábitos alimentares da população. Thomaz Júnior (2004a, p. 9) denomina essa mudança de hábito da população como “macdonalização” e enfatiza que essa “macdonaldização impõe novos mecanismos para aumentar os famintos com a destruição total da estrutura produtiva familiar e camponesa em todo o planeta”.

Deste modo, está no cerne do agronegócio o desrespeito à biodiversidade na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, na sabotagem das políticas de Reforma Agrária, na desmobilização da sociedade e dos trabalhadores, bem como ele fragiliza a soberania alimentar e desterra camponeses, povos indígenas e quilombolas. A soberania alimentar é algo que tem que ser garantido pelo aparelho do Estado, mas o que se percebe é este aparelho dando incentivos e direcionando recursos para o setor do

agronegócio que visa a exportação. Com isso, a produção para o consumo interno do país encontra-se restrita e ameaçada e, por conta desse fato, alimentos básicos que fazem parte do hábito alimentar do brasileiro têm que ser importados. Sobre a soberania alimentar:

A Soberania Alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome. Estamos, então, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atinge cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas (THOMAZ JÚNIOR, 2006a, p. 24).

Mediante o processo mencionado acima, comprova-se que o ensejo de acesso e regulamentação das terras brasileiras atinge desfavoravelmente a classe trabalhadora em todos os aspectos, principalmente no que diz desrespeito ao âmbito do trabalho. Ao mesmo tempo em que o capital subordina a “classe-que-vive-do-trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, 2006a), o mesmo enaltece e garante o perpetuamento da elite agrária no poder, legitimando o agronegócio em detrimento das pequenas propriedades rurais.

O processo de reestruturação produtiva do capital produz novas fragmentações no interior das classes, como também atinge segmentos de trabalhadores vinculados às indústrias, bem como com a terra. E essas fragmentações atingem produção não essencialmente capitalista, como é o caso da agricultura de “beira de estrada”.

A heterogeneidade dos trabalhadores que ocupam e plantam nas margens das rodovias evidencia as mudanças sofridas no mundo do trabalho e que são intensificadas pela reestruturação produtiva do capital. São sujeitos sem terra, produtores minifundiários, desempregados, ambulantes, aposentados, assalariados com baixa remuneração salarial e etc. Desta forma, compõem a polissemia do mundo do trabalho e dividem seu tempo entre a superexploração do trabalho (quando existe) com a produção de alimentos na beira da estrada. Essas estratégias de sobrevivência são provindas do desemprego estrutural que assola a sociedade e das variadas formas pelas quais o capital subordina o trabalhador e o explora.

As identidades diversas desses trabalhadores compõem o campesinato brasileiro que, por sua vez, não é homogêneo, uma vez que essa classe social é construída através das várias identidades que se constroem na luta social por sua reprodução.

Desta forma, fica nítido que o campesinato em suas mais variadas personificações faz parte da classe-que-vive-do-trabalho (classe trabalhadora/proletariado). A classe trabalhadora é, portanto, uma conformação mais fragmentada, heterogênea, complexificada, polissêmica e multifacetada, que de acordo com Antunes (2005, p. 83), “somente pode ser compreendida se partimos de uma noção ampliada de trabalho”. É nesse bojo que encontramos o sujeito, reconhecido como camponês, que trabalha na beira da estrada.

CAPÍTULO 2 - AGROPECUÁRIA NAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO EM SERGIPE

2.1 – Concentração fundiária em Sergipe

O estado de Sergipe possui 21.910.348 km² e é a menor unidade da federação em dimensão territorial. Apesar disso, o estado vem passando por uma intensificação de capital no campo por via de ações do governo federal, através do paradigma do Novo Mundo Rural, que dissemina a expansão do agronegócio.

Dentre as medidas do governo estadual destacam-se os incentivos fiscais, creditícios, financeiros e locacionais promovidos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), endossado pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que objetiva atrair grupos empresariais para atuar no agronegócio, introduzir padrões técnicos modernos e produtivistas como a adoção/difusão dos fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, equipamentos, reestruturação de unidades agroindustriais, além dos instrumentos para integrar o setor familiar à grande indústria e ao mercado capitalista (RAMOS FILHO, 2012, p. 3).

Diante desta problemática que não acontece somente em Sergipe, mas no Brasil inteiro, é que vem sendo difundida a ideia de que não é mais preciso a realização de políticas de reforma agrária no país. Porém, Ramos Filho (2012) defende veementemente a necessidade da realização de uma reforma agrária que transforme as terras improdutivas em terras produtivas, com a finalidade da produção de alimentos para toda a sociedade. De acordo com o autor,

A reforma agrária deve incluir, para além da redistribuição das terras, uma alteração no regime de controle das águas em favor dos seus beneficiários para que o campesinato tenha mais condições de construção de sua autonomia. Outra dimensão fundamental da reforma agrária é a democrática, ou seja, ela deve buscar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores sem terra e suas organizações, bem como, contemplar os minifundiários e suas entidades, permitindo que todos os segmentos do campesinato, envolvidos na reforma agrária, possam participar de todas as etapas do processo, desde sua elaboração, seu planejamento e sua execução. A mudança na

propriedade da terra deve ser acompanhada de transformações nos sistemas agrícolas, priorizando unidades familiares de produção e suas inerentes formas associativas ou de cooperativismo, além da utilização racional dos recursos naturais e da preservação ao meio ambiente. Deste modelo, decorrerá uma diversidade de produtos em quantidade suficiente a garantir, primeiramente, o autoconsumo familiar e a geração de excedentes de qualidade compatível com uma alimentação saudável (RAMOS FILHO, 2012, p. 5).

Na tabela abaixo fica evidente a necessidade da efetivação da reforma agrária no estado de Sergipe. A concentração de terras *é uma variável que nunca varia para menos, mas sim para mais*. É uma constante que se faz presente no nosso estado e país desde tempos coloniais. E que aos poucos vem sendo mais intensificada com o agronegócio no campo.

Tabela 07: Sergipe – Mudanças na estrutura fundiária 1992-2011

Ano	1992		2011	
Estratos de área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Menos de 10 ha	23.071	74.977,9	53.257	179.606,2
10 < 100 ha	11.410	354.135,1	26.070	771.559,6
Menos de 100 ha	34.481	429.113	79.327	951.165,7
100 < 1000 ha	1.772	451.251	3.236	748.044,7
Mais de 1000 ha	70	123.308,4	72	133.361,7
Total	36.323	1.003.672	82.635	1.832.572

Obs: Total de imóveis rurais inconsistentes excluídos em 2011: 4.524

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br . Org.: Eraldo da Silva Ramos Filho

RAMOS FILHO (2012) esmiúça os dados do INCRA e constata que dos 72 imóveis considerados grandes: 50 imóveis (ou 0,06% do total de imóveis) encontram-se no estrato de área de 1.000 a menos de 2.000 ha e controlam 64.373,82 ha, o equivalente a 3,51% da área cadastrada; 6 fazendas (0,007% dos imóveis) enquadram-se entre 2.000 a menos de 2.500 ha e controlam 12.513,15 ha da área total; 15

superfazendas (0,01%) estão no estrato de área compreendida entre 2.500 e menos de 5.000 ha, controlando 50.362,79 ha (2,74% da área); e, por fim, um mega imóvel foi declarado acima de 5.000 ha cujo domínio é de 6.111,9 ha equivalente a 0,33% da área cadastrada. Estes apenas 21 imóveis expressam o domínio de 7,8% do território sergipano pelo capital oligárquico que historicamente domina esse estado.

Em contrapartida, no outro extremo encontramos o estrato das pequenas propriedades controlando a maioria simples da área cadastrada no INCRA. Ao levarmos em consideração que o módulo fiscal em Sergipe varia de acordo com as zonas naturais de 10 a 70 ha, e que o maior número de imóveis está na faixa de até 10 hectares, podemos afirmar que a apropriação da terra estadual é predominantemente formada por minifúndios.

Uma dinâmica territorial frequente no estado de Sergipe, que pode ser um dos fatores responsáveis pelo crescimento dos grandes imóveis e forte crescimento da área e número de imóveis médios, tem sido o parcelamento de uma grande propriedade para criação de vários imóveis de tamanho médio, cujos proprietários legais passam a ser os próprios membros da família do grande proprietário (esposa, filhos, netos, sobrinhos, etc.). Esta constatação tem o objetivo de impedir a realização da reforma agrária, ao mesmo tempo em que facilita o processo de compra e venda pelo Crédito Fundiário. Enquanto as análises das aparências dos números da estrutura fundiária ocultam a permanência do monopólio oligárquico sobre a terra, no interior dos imóveis as configurações territoriais explicitam a manutenção do domínio monopolizado através das formas de uso contíguo dos imóveis fragmentados e ausência de cercas de demarcação do que, supostamente, seriam terras de proprietários diferentes (RAMOS FILHO, 2012).

Vale a pena ressaltar que diante desta predominância de minifundiarização das terras, fragmentação da grande propriedade que proporcionando um setor médio numeroso, e permanência da grande propriedade em Sergipe, o Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe (2004-2007), publicado pelo INCRA, revelou a existência de 203.309 hectares de terras improdutivas em 2003, de acordo com as declarações dos proprietários, uma vez que os dados coletados pelo INCRA são autodeclaratórias.

Os mapas 03 e 04 trazem uma análise das áreas e dos estabelecimentos agrícolas de Sergipe de acordo com dados do INCRA 2011. O predomínio é dos estabelecimentos que estão dentro da categoria de 0 a 100 hectares. Esses dados reforçam a afirmação de Ramos Filho a respeito da minifundiarização que vem ocorrendo em Sergipe.

No mapa 03, o município de Itabaiana se destaca por possuir o maior número de estabelecimentos agrícolas com o predomínio de 0 a 100 ha. Tal fato deixa visível que a concentração de terras nesse município é baixa se comparado com Frei Paulo e Carira.

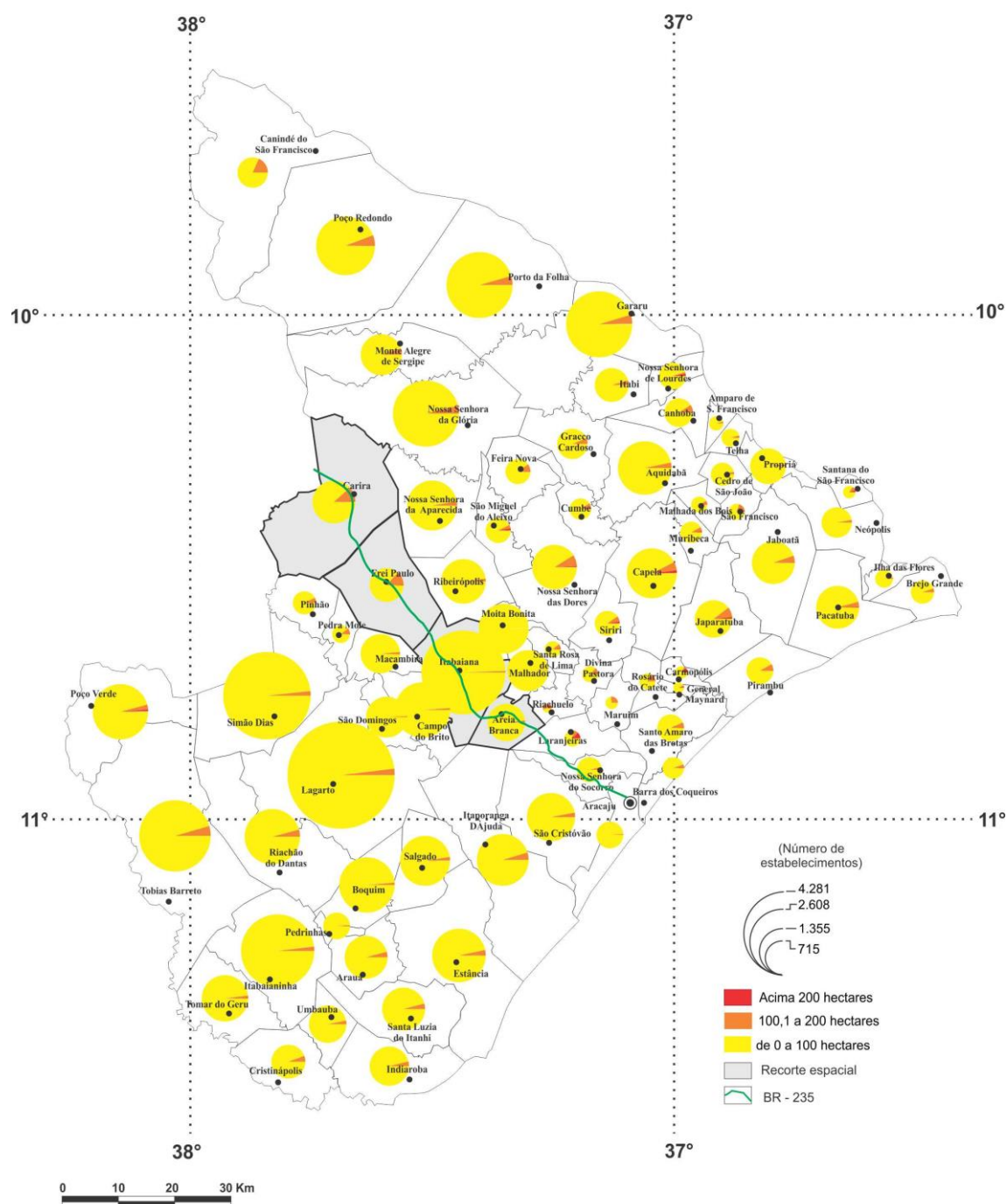
No mapa 04, que demonstra a área dos estabelecimentos agrícolas, Itabaiana permanece com um território composto por pequenas propriedades, e Areia Branca com uma área composta por vários tamanhos de propriedades visíveis no mapa. Já Frei Paulo e Carira aparecem muitas áreas superiores a 100 e 200 hectares, mostrando o peso maior da concentração de terras.

No mapa 05, mostra o predomínio da área dos estabelecimentos rurais em 2011, os municípios de Carira e Areia Branca demonstram um equilíbrio entre as áreas que ocupam as variantes de 0 a 100 ha, de 101 a 200 ha, e de acima de 200 ha. Em contrapartida, o município de Itabaiana permanece com uma maior área destinada para os estabelecimentos de 0 a 100 ha, e Frei Paulo se destaca com mais áreas que compreendem de 101 a 200 ha.

Esses três mapas evidenciam a concentração de terras em Sergipe como um todo. Porém, alguns lugares permanecem mais concentrados do que outros. Isso se dá principalmente pela presença do agronegócio no estado com os cultivos do milho, cana e laranja. O município de Laranjeiras, que faz limites com Areia Branca, ficou em evidência com a predominância de áreas maiores que 200 ha. Este município é predominantemente cultivado de cana-de-açúcar, e o setor sucroalcooleiro é a força motriz da economia deste lugar.

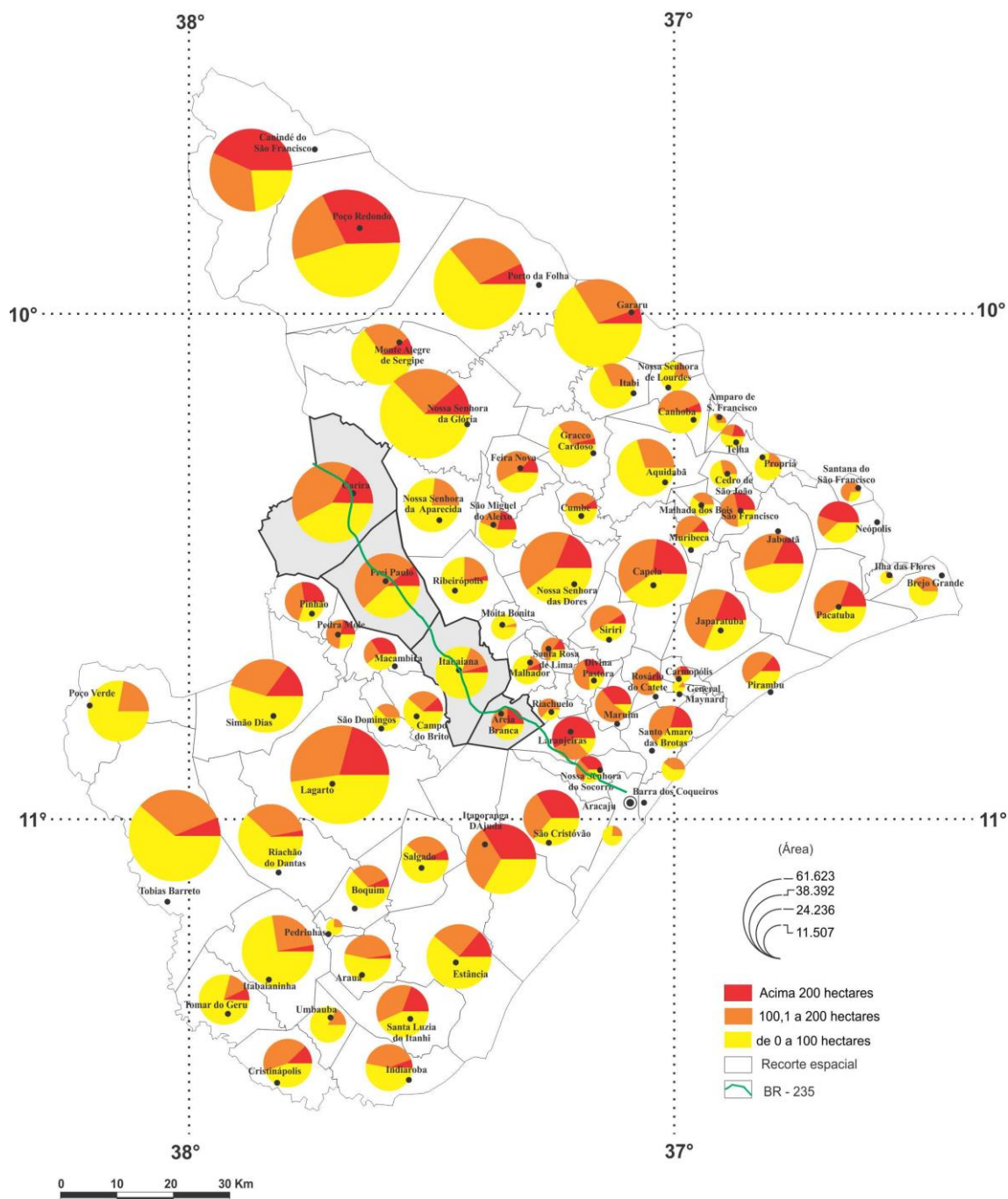
Desta forma, a presença da agropecuária de beira de estrada está presente principalmente nas áreas próximas ao agronegócio. Também outros fatores que influenciam a existência dessa atividade são a fertilidade das terras e a largura das faixas de domínio de cada município.

Mapa 03: Estabelecimentos agrícolas em 2011, Sergipe.

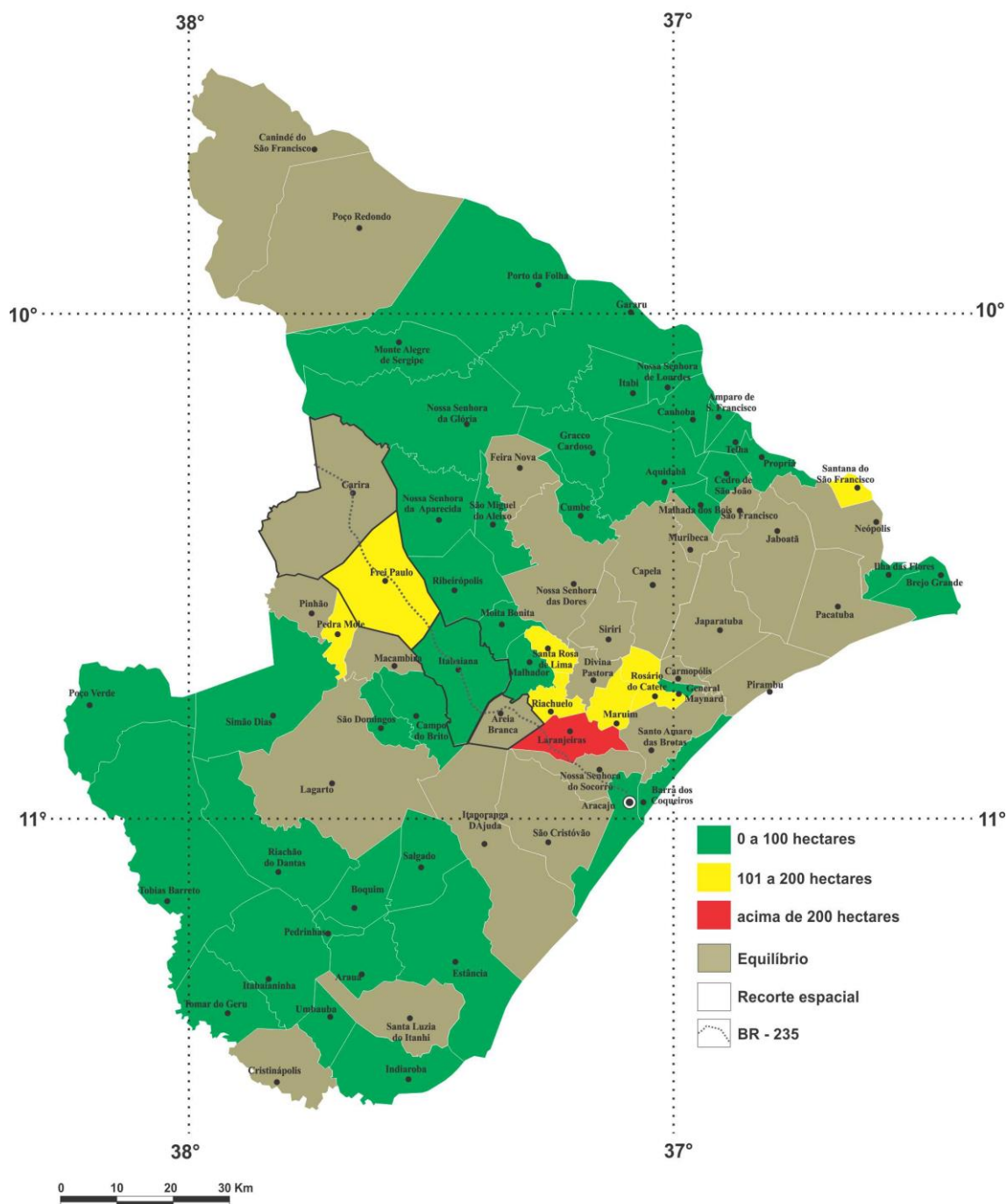


Organização: Renata Batista Alves
Digitalização: Hinaldo Lima
Fonte: INCRA - 2011

Mapa 04: Área dos Estabelecimentos agrícolas em 2011, Sergipe.



Mapa 05: Predomínio da área dos Estabelecimentos rurais em 2011, Sergipe.



Organização: Renata Batista Alves
 Digitalização: Hinaldo Lima
 Fonte: INCRA - 2011

O índice de Gini é muito utilizado para medir o nível de concentração de terras no Brasil, e em Sergipe esse coeficiente ainda encontra-se bastante concentrado, mesmo tendo uma leve redução entre os anos de 1992 a 2011. Se o coeficiente for 0 (zero), isto

indica que a terra do estado estudado está totalmente distribuída. Entretanto, quanto mais o coeficiente se aproximar do número 1 (um), tal fato indica que a concentração está alta, pois o número 1 representa o nível extremo de concentração da terra. Na tabela a seguir é possível perceber uma leve diminuição deste índice nos últimos anos.

Tabela 08: Sergipe - Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)

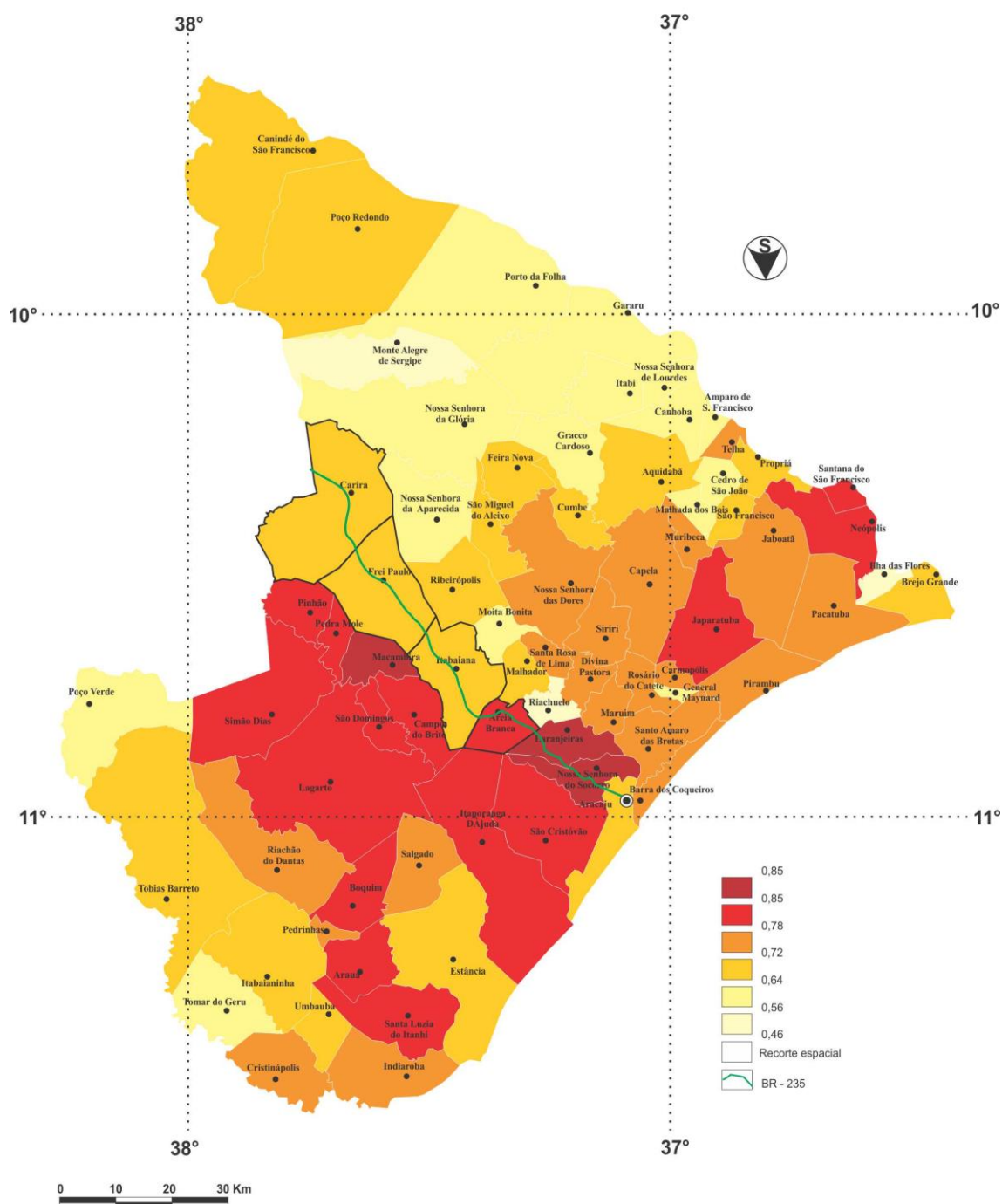
Ano	Índice de Gini
1992	0,787
1998	0,788
2003	0,773
2011	0,725

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); DATALUTA Sergipe 2010. www.laberur.ufs.br.
Org: Eraldo da Silva Ramos Filho.

O mapa a seguir também representa o índice de Gini de Sergipe, porém, de forma individualizada, demonstrando o exato coeficiente de cada um dos 75 municípios do estado de Sergipe. No mapa fica clara a concentração de terras em todos os municípios sergipenses, porém, em alguns a concentração é mais elevada e em poucos outros a concentração aparece levemente menor.

Os quatro municípios que fazem parte do recorte espacial desta pesquisa: Areia Branca (0,78), Itabaiana (0,64), Frei Paulo (0,64) e Carira (0,64) possuem um considerável teor de concentração fundiária, mesmo atingindo patamares inferiores ao índice nacional que é de 0,872. Todavia, Areia Branca se destaca como sendo o maior concentrador dentre eles. Este percentual está intimamente ligado à presença do agronegócio da cana de açúcar, que se perpetua nesta localidade desde o período colonial.

Mapa 06: Índice de Gini para o ano de 2011, Sergipe.



Como mostra o mapa acima, o Estado de Sergipe possui uma estrutura fundiária concentrada, que vem sendo ainda mais consolidada devido à expansão da produção de *commodities*. A expansão do capitalismo no campo desse estado se expressa com maior

intensidade nas atividades ligadas à agroindústria canavieira, citricultura, projetos de irrigação, expansão do milho e pecuária. Como já foi tratado, atualmente o milho transgênico vem tomando grande notoriedade no estado. Outro cultivo que sempre esteve presente no estado é o da cana-de-açúcar na região do Cotinguiba, onde está instalado o complexo agroindustrial canavieiro do Estado.

O complexo agroindustrial canavieiro é exemplo típico da expansão do capitalismo no campo. Seu impacto sobre sociedades camponesas provoca sérios transtornos. Proletariza parte importante da população, transformando o camponês em assalariado permanente e temporário, sobretudo nesta última categoria, conhecida como cortador de cana e também boia-fria. Altera a estrutura fundiária, geralmente aumentando o número e o tamanho dos latifúndios. Além desses problemas, o complexo agroindustrial canavieiro tem causado sérios danos à natureza, poluindo os cursos d'água, provocando mortandade de peixes, deixando na miséria populações inteiras de pescadores artesanais de águas interiores (SILVA; LOPES, 1996, p. 60).

Sergipe é também marcado fortemente pela presença da pecuária. Esta presença possui raízes desde o início da colonização do estado, pois foi através da pecuária que se teve o aceleração da conquista dos espaços, chegando ao sertão. Com isso, até os dias atuais há ainda na pecuária uma grande força econômica através do melhoramento genético, aumento da produção, políticas públicas voltadas para “inseminação artificial, adaptação de novas raças, melhoria de pastagens, ensilagem, crédito rural, etc.” (SILVA; LOPES, 1996, p. 61).

O avanço do capital no campo sergipano vem se expandindo de forma acelerada e concentrada, pois só beneficia o grande produtor com o incentivo a pecuária, a laranja, cana, milho e dentre outros. Por outro lado, aumenta o êxodo rural, a proletarianização dos camponeses e acarreta conflitos por terra no campo.

Em 1985, houve em Sergipe ocupações de terras mediadas pela Diocese de Propriá, já que estava na ordem do dia a discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). “A participação da Diocese na luta pela conquista de terras para os trabalhadores foi muito importante. Não só porque ela ajudava os acampados com alimentos, roupas, agasalhos, remédios, mas também pelo apoio moral e espiritual” (SILVA; LOPES, 1996, p. 81).

O estado de Sergipe possui faixas de módulos fiscais que se distribuem como sendo, 70 ha no sertão, de 20 a 70 ha na faixa do agreste, e de 10 a 45 ha na faixa litorânea. Porém, existem propriedades que não se encaixam em nenhum desses

módulos, porque são ainda menores do que 10 ha, como é o caso dos minifúndios. Este extrato representa 64,5% dos imóveis rurais e somente 8,83% da área total. Em contrapartida, os imóveis com mais de 1000 ha representam 0,14% em número de imóveis e controlam sozinhos 10,14% da área total. Esses dados denotam o caráter concentrador de terras do estado, como também evidenciam o processo de minifundização das mesmas (RAMOS FILHO, 2008). Isso significa afirmar que as propriedades pequenas de terras estão cada vez mais sendo fragmentadas e, portanto, diminuídas dentro do estado.

O fato de em Sergipe, como no Brasil, haver uma grande concentração de terras acaba desencadeando uma série de problemas para a sociedade local, como por exemplo o êxodo rural e a falta de trabalho no campo. É resposta a tais percalços que desde a década de 1970 a ocupação de terras tem sido a estratégia mestra para a permanência dos camponeses na terra, bem como é uma forma de ter acesso a mesma. Isto infere diretamente na criação e recriação camponesa no estado. De acordo com Ramos Filho (2008),

A condição de extrema subordinação às oligarquias locais somente passou a ser contestada e confrontada a partir da atuação da Diocese de Propriá, segmento progressista da Igreja Católica no estado. Seu papel foi fundamental no processo de mobilização, politização e organização do campesinato para a luta pela terra. [...] Todavia, com a morte do arcebispo Dom José Brandão de Castro, o espírito combativo da Diocese de Propriá cedeu lugar a uma postura conservadora. Antes desta mudança na Diocese, sua atuação fomentou a criação de outras organizações de defesa dos interesses do campesinato sergipano, seja no plano sindical ou dos movimentos sociais. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Sergipe, ainda em 1985, foi marcado por uma atuação conjunta com a referida Diocese (RAMOS FILHO, 2008, p. 41).

A luta pela terra em Sergipe está intimamente ligada com a atuação da igreja, inicialmente, e com a presença efetiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atuando em frente de massa a favor dos trabalhadores do campo. No entanto, foi na década de 1980 que o movimento se territorializou no estado promovendo grandes ações até os dias atuais. Vale endossar que juntamente com o MST existem outros movimentos atuando também, que são o Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Luta Camponesa (MLC).

Essa intensa e histórica luta pela terra em Sergipe, resultou até o ano de 2007 na conquista de,

162 assentamentos de reforma agrária; cuja área atinge um total de 142.442 ha, beneficiando 9.164 famílias desde a conquista do primeiro assentamento de reforma agrária, em 1982, o PA Santana do Frades até o ano de 2005 (INCRA-Sergipe, dados organizados pelo autor). Os assentamentos conquistados a partir do final da década de 80 resultaram, em sua maioria, das lutas dos trabalhadores organizados em torno do MST (RAMOS FILHO, 2008, p. 42).

Diante de toda luta travada pelos trabalhadores do campo, juntamente com a igreja, contra os latifundiários, a igreja obteve papel importante no desfecho da grande maioria dos casos de luta, desencadeando em um significativo acesso dos camponeses à terra.

Entretanto, no ano de 2001, no estado de Sergipe, a política da Reforma Agrária de Mercado eclode mediada pela ação do governador da época, Albano Franco, criando um novo meio de os camponeses terem acesso à terra de forma pontual, via da mercantilização da política da reforma agrária do estado. De acordo com Ramos Filho (2008),

Contudo, o governador Albano Franco, representante local da política neoliberal do PSDB em curso na esfera federal, introduziu, no ano 2001 em Sergipe, a reforma agrária de mercado (RAM). A partir de então, a recriação do campesinato, realizada por suas próprias lutas de resistência, deixou de ser a única forma de entrada na terra no período recente. Embora este governador mantivesse uma postura conciliadora diante dos conflitos fundiários, sua postura demonstrava uma tática ambígua; pois, por um lado, realizava a mediação de conflitos com os trabalhadores por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e, por outro, adotava a mercantilização da política fundiária no estado, instrumento que, na época, era questionado e combatido pelo conjunto das organizações camponesas (RAMOS FILHO, 2008, p. 42)

Tal fato denuncia a verdadeira intenção da realização desse tipo de reforma agrária conservadora. Esta não acarreta “prejuízo” aos grandes latifundiários do estado, ao passo que ainda os ajuda com a venda dos imóveis a altos preços.

As causas dessa situação na qual se encontra Sergipe, bem como o Brasil como um todo, são justificadas através do desenvolvimento contraditório, desigual e combinado da atuação do capital no campo e na cidade. Esse dissipa desigualdade, expropriação, exclusão e pobreza, aumentando o contingente de pobres que anseiam por terras no estado. A pressão exercida por uma parcela da sociedade para entrar na terra

aumenta a passos gradativos, uma vez que isto interfere diretamente na superação da miséria e da pobreza por parte dessas pessoas.

Dentro dessa realidade é que se encontra a agricultura de beira de estrada, como rebatimento da atual conjuntura no campo e das cidades de Sergipe. A atividade explicita o peso da terra enquanto meio de vida e, ao mesmo tempo, evidencia a resistência camponesa nestas faixas de terras.

2.2 – O uso das rodovias para a produção de alimentos

O Brasil é um país que possui dimensões continentais. Dentro dessa imensa dimensão de terra e água há incalculáveis conflitos por esses bens naturais, que dentro do atual sistema foram transformados em mercadorias e reserva de valor. A propriedade privada da terra, em consonância com a concentração fundiária, alavanca os conflitos no campo e na cidade. A terra tornou-se uma mercadoria de alto valor e encontra-se concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Em contrapartida, uma grande parcela da sociedade não possui terras e luta contra os anseios do capital que, por seu turno, se reveste no campo na figura dos grandes latifundiários e do agronegócio.

Mesmo diante da elevada concentração fundiária brasileira, “há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União” (OLIVEIRA, 2003, p. 127). Porém, grande parte desta elevada quantidade de terras devolutas já se encontra nas mãos de inúmeros grileiros, principalmente na região Norte do país. Muitos desses conseguem adquirir o título legal da propriedade. Já os camponeses não conseguem ter acesso as terras, ao passo que possuem uma forma diferenciada de se relacionar com a produção de alimentos, uma lógica que não é necessariamente a do mercado e do agronegócio, mas sim a lógica do trabalho para produção de alimento, que é ancorada no tripé: terra, trabalho e família.

Apesar da evidente disparidade entre as grandes propriedades e as pequenas propriedades, essas últimas produzem mais alimentos que fazem parte da cesta básica do país. Recebem menos incentivos do governo do que os grandes latifúndios, possuem menos terras e ainda conseguem produzir mais para saciar, em parte, as necessidades alimentares da população. Neste sentido, é dentro dessa expressiva contradição que o campesinato resiste e persiste.

Todo esse processo se expressa no preço dos alimentos no Brasil. Com a lógica maciça do agronegócio no campo, os preços dos alimentos que compõem a cesta básica⁸ brasileira aumentaram a passos galopantes, como podemos ver na tabela a seguir.

TABELA 09: Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica em 18 capitais Brasil – dezembro e ano de 2014⁹

Capital	Variação Anual (%)	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Brasília	13,79	2,68	329,66	49,49	100h 10m
Aracaju	13,34	1,65	245,70	36,89	74h 40m
Florianópolis	10,58	1,87	353,10	53,01	107h 18m
Goiânia	9,66	1,83	301,21	45,22	91h 32m
São Paulo	8,24	1,79	354,19	53,18	107h 38m
Rio de Janeiro	7,13	3,72	338,03	50,75	102h 43m
Porto Alegre	5,89	1,73	348,56	52,33	105h 55m
João Pessoa	5,10	2,65	272,02	40,84	82h 39m
Curitiba	4,82	- 1,07	315,84	47,42	95h 58m
Recife	4,26	4,35	286,39	43,00	87h 01m
Manaus	4,22	2,98	320,70	48,15	97h 27m
Belém	3,81	1,77	307,63	46,19	93h 29m
Vitória	3,66	0,55	333,15	50,02	101h 14m
Fortaleza	2,53	- 0,07	280,39	42,10	85h 12m
Campo	2,36	1,52	308,32	46,29	93h 41m

⁸ A cesta básica de alimentos registrou alta em abril em 17 das 18 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ([Dieese](http://www.dieese.org.br)) realiza o levantamento. Entre maio de 2014 e abril último, as 18 cidades pesquisadas acumularam alta no preço da cesta. As maiores elevações foram registradas em Aracaju (18,30%), Salvador (14,60%), Goiânia (11,74%) e João Pessoa (11,01%). Os menores aumentos aconteceram em Belo Horizonte. Dados disponíveis em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/preco-da-cesta-basica-sobe-em-17-de-18-capitais-em-abril.html>

⁹ Tabela retirada do endereço eletrônico:

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2014/201412cestabasica.pdf>. Acesso 01-06-2015.

Grande					
Belo Horizonte	1,22	2,10	316,06	47,45	96h 02m
Salvador	1,01	4,73	267,82	40,21	81h 23m
Natal	- 1,70	3,78	268,71	40,34	81h 39m

Fonte: Dieese. Dados referentes ao salário no valor de 724,00 R\$. 2014

A tabela acima citada mostra que, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com base no total apurado para a cesta básica mais cara que é a de São Paulo. Levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em dezembro do ano de 2014 o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.975,55 ou 4,11 vezes o mínimo em vigor na época, de R\$ 724,00. Atualmente o salário em vigor corresponde ao valor de R\$ 788, 00.

Desta forma, fica evidente que a cesta básica possui alto valor monetário. Em contrapartida, o salário mínimo está muito abaixo do valor estimado pelo departamento em questão. Tudo isso intensifica a luta por melhores condições de vida e acesso à terra no país.

O campesinato vai para onde houver a esperança de dias melhores, onde há a possibilidade de realizar a essência da terra, isto é, coloca-la a produzir alimentos. E essa esperança faz surgir novas formas de acesso à terra, em uma incansável busca por um pedaço de chão. Assim, o rural se torna tão presente e marcante na sociedade brasileira como um todo, que é perceptível até nas cidades onde as pessoas fazem plantações em seus pequenos quintais ou em frente as suas casas, ou como é o caso da agropecuária de beira de estrada. Com isso, o rural e o urbano se completam dentro de uma relação de interdependência.

Porém, dentro deste viés, há um debate sobre as palavras cidade-campo e urbano-rural. Segundo Spósito (2010), as palavras cidade-campo têm uma abrangência menor em relação as palavras urbano-rural, uma vez que as primeiras parecem possuir delimitações precisas tanto da cidade quanto do campo. Já os termos urbano-rural são mais abrangentes e se encaixam melhor nos processos atuais de expansão das cidades por via da urbanização acelerada.

Essa relação entre campo e cidade se intensifica, porque a divisão territorial do trabalho, estabelecida pelo desenvolvimento do modo de produção, coloca funções especiais para cada espaço, de modo que eles se inter-relacionem e se complementem. Ambos se transformam, se adequando às mudanças ou a eles resistindo. Porém, não é apenas no urbano que a lógica capitalista se perfaz. O processo de expansão incorpora os espaços rurais sem, contudo, torná-los urbano. Apropria-se de suas peculiaridades, ajustando-as aos seus fins (BAGLI, 2010, p. 96).

Cidade e campo não podem ser entendidos separadamente, pois há uma relação de interdependência entre ambos, visto que a luta no campo é feita também na cidade. A unidade contraditória cidade-campo é uma das contradições impostas pelo capital no seu processo de acumulação. O capital em um primeiro momento separa a cidade do campo, e com o advento da industrialização o capital une novamente campo-cidade. Tudo isso acontece por via da corrida do capital para conseguir se reproduzir e, conseqüentemente, ampliar-se. Cabe lembrar que esta unidade contraditória não elimina suas diferenças, ao contrário, aprofunda-as tornando cada um mais específico, porém, cada vez mais portador da característica geral de ambos (OLIVEIRA, 1991).

Com a expansão do urbano, áreas distantes dos centros urbanos acabam sendo incorporadas como bairros, por exemplo, que trazem sua dinâmica rural. “Embora estando “dentro” daquilo considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias” (BAGLI, 2010, p. 99). Tais espaços são observados na agropecuária de beira de estrada, onde plantações de alimentos são cultivadas em frente às casas na BR 235, dentro de um perímetro urbano do município de Areia Branca. São áreas destinadas ao urbano, mas que resistem e permanecem atreladas à lógica rural.

O urbano atrai e concentra pessoas, seja pelos processos migratórios, seja pela expansão do capital. Porém, o mesmo concentra e não oferece oportunidades para todos. Com isso, várias são as formas de luta pela sobrevivência e reinserção social construídas pelas pessoas/famílias. A agropecuária de beira de estrada é um forte exemplo de tal processo, pois os trabalhadores tentam manter o vínculo com a terra mesmo de forma marginalizada e precária. “Todavia, a velocidade de expulsão é deveras superior à velocidade de reincorporação, via luta pela terra, dos expulsos à realidade de origem. É por tais condições que outras formas de reinserção são construídas cotidianamente” (BAGLI, 2010, p. 101).

Na agropecuária de beira de estrada, os trabalhadores camponeses utilizam as margens da rodovia para tentar recriar sua realidade de originária (o campo). Para Bagli (2010), tratando de agricultura urbana, aqueles que não conseguem retornar à realidade de origem constroem formas de recriar essa realidade dentro dos limites urbanos, utilizando terrenos baldios, fundos de vale ou parte do lote para cultivar alimentos. Assim, a existência de currais, estábulos, granjas, chácaras demonstram a permanência de atividades rurais não apenas como fonte de renda para alguns, mas também como manutenção de hábitos peculiares de alguns moradores.

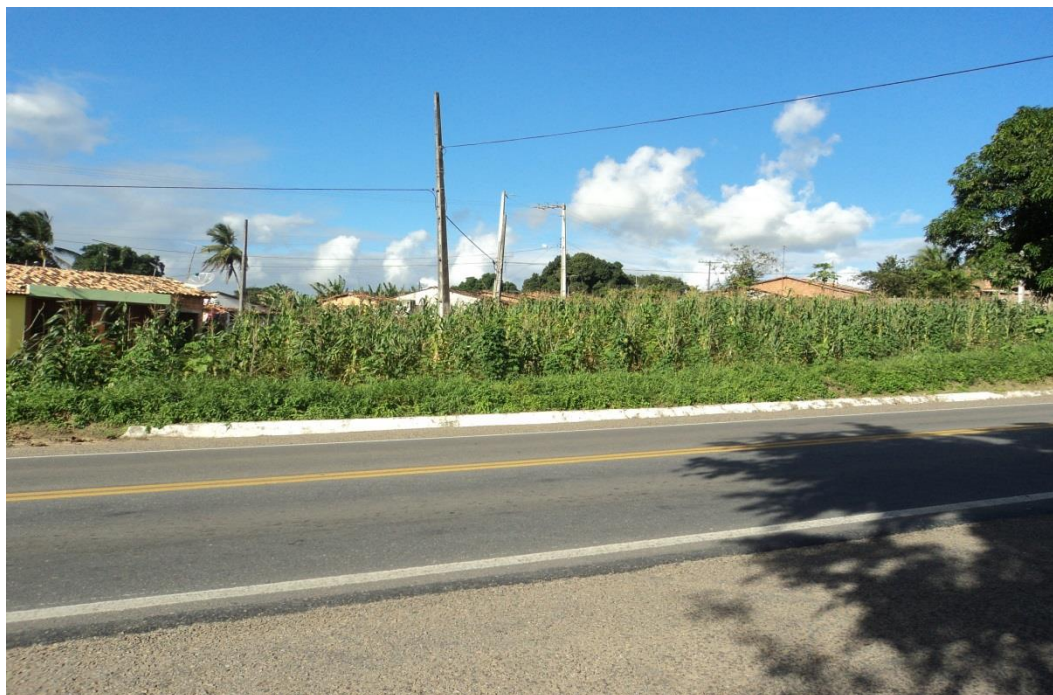
A agropecuária de beira de estrada é uma atividade desenvolvida nas margens das rodovias, numa faixa chamada institucionalmente de Faixa de Domínio da União, que compreende desde o término do acostamento asfaltado chegando até as cercas das propriedades privadas. Essa faixa varia entre 30 a 50 metros e é delimitada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT). O uso e a ocupação das faixas de domínio pelos camponeses refletem a forte concentração fundiária do estado de Sergipe. A falta de terras evidenciada na prática do plantio, pastoreio e extração do capim ao longo da BR 235 é o amálgama dessa problemática.

Os camponeses da beira de estrada constituem uma imensa diversidade de trabalhadores com diferentes ocupações laborais para além do trabalho desenvolvido às margens da rodovia. Trata-se de uma população que reproduz a condição camponesa na beira da estrada. E a heterogeneidade desses sujeitos sociais é a principal marca dessa população que trabalha na beira da estrada.

Vale ressaltar que nem sempre eles se reconhecem como camponeses e sempre se autodenominam como agricultor, sitiante, lavrador, roceiro, dentre outros.

Esta atividade desenvolvida às margens da BR 235 data aproximadamente de 30 a 40 anos. Como a falta de terra constitui a força motriz dessa atividade, foi possível identificar em campo pontos e áreas de produção ao longo da rodovia e “quintais produtivos” nos pontos mais próximos as áreas urbanas. No caso dos quintais, estes ficam ao fundo das casas que margeiam a BR 235, pois em alguns dos seus trechos existem casas distribuídas paralelamente às margens da rodovia. Eles são utilizados para o cultivo de produtos para a subsistência da família onde pode existir um pequeno excedente que é vendido, também como pequenos currais improvisados para criação animal.

Figura 01: Produção de milho em frente às casas na BR 235 em Areia Branca-SE



Fonte: Pesquisa de campo no município de Areia Branca- Sergipe. 26-06-2011
Foto: ALVES, Renata Batista.

Figura 02: Posicionamento das plantações em frente às casas na BR 235 em Areia Branca



Fonte: Pesquisa de campo no município de Areia Branca- Sergipe. 26-06-2011
Foto: ALVES, Renata Batista.

A pobreza também constitui um fator bastante significativo e que intensifica a busca por terras marginais ao longo das rodovias. No campo a pobreza é mais agudizada tomando como referência a expropriação massiva dos camponeses, pois esses são expulsos de suas terras pela forte pressão do capital e acabam ficando sem o seu principal meio de trabalho, que é a terra. Com isso, muitos desses partem para a cidade em busca de alguma ocupação e outros resistem no campo mesmo que sejam tornando-se assalariados para os grandes complexos agroindustriais e/ou grandes latifúndios, muitas vezes, os mesmo que os expropriou. Os que partem para a cidade precisam se empregar em alguma atividade para sobreviver, nessa busca incessante, se proletarizam, mas não deixam o sonho de voltar para a terra. Desse modo, a terra representa a vida dos camponeses, pois sem ela os possíveis sonhos se esfacelam. A terra só tem serventia se for utilizada, explorada, cultivada, como afirma Oliveira:

Mas, a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos (OLIVEIRA, 2003, p. 153).

Fica incutido nesses sujeitos o sonho e a esperança de retornar a terra em algum momento da sua vida, é como se fosse uma realização de vida, um desejo que fica guardado dentro de si.

Os expropriados das suas terras, aposentados, assalariados do campo ou da cidade e também ambulantes compõem a diversidade de sujeitos que dão vida aos “acostamentos vivos” da BR 235, paralelamente situados após o término do asfalto e tendo como limite as cercas das propriedades privadas. Esse conjunto complexo de trabalhadores tem guardado dentro de si o sentimento de pertencimento à terra que, muitas vezes, foi adquirido em situações pretéritas, nas quais eles mesmos, ou suas famílias, viviam e trabalhavam na terra.

Com isso, trazendo essa diversidade de sujeitos para uma análise mais esmiuçada é possível homogeneizá-los no sentido deles terem o mesmo propósito e serem vítimas da gritante má distribuição de terras presente em Sergipe e no Brasil como um todo. Desta forma, são caracterizados como sendo um conjunto de camponeses que resiste aos anseios do capital, mesmo sendo de forma tão precarizada.

A finalidade da ocupação das faixas de domínio é a de produzir para subsistência da família e dos respectivos animais, bem como a venda do pequeno excedente produzido. A pecuária praticada nas Faixas de Domínio da União é fortemente atrelada ao extrativismo também praticado, uma vez que o capim é extraído para alimentar seus respectivos animais, tais como as vacas, bois e cavalos.

Figura 03: Pastoreio de animais na BR 235 em Areia Branca-SE



Fonte: Pesquisa de campo no município de Areia Branca- Sergipe. 26-06-2011
Foto: ALVES, Renata Batista.

Figura 04: Coleta de capim na BR 235 em Frei Paulo-SE



Fonte: Pesquisa de campo no município de Frei Paulo- Sergipe. 11-12-2013

Foto: ALVES, Renata Batista.

O trabalho é desenvolvido pelo chefe da casa juntamente com a família. É possível identificar dois pontos importantes do tripé que sustenta o camponês, são eles a família e o trabalho. Da terra (da União), eles têm o seu uso, porém, não têm sua posse.

A atividade em questão está intimamente ligada com a forte presença do agronegócio no estado de Sergipe. Um fato curioso é que a presença dos cultivos se dá nos trechos onde há maior incidência do agronegócio, contrastando as paisagens de terra de negócio e terra de trabalho. Em alguns trechos da BR 235 é possível ver o contraste evidente do agronegócio da cana-de-açúcar e do milho com a produção de alimentos na “beira da estrada” que compõe a alimentação básica da sociedade. Tem momentos em que o cultivo da cana cessa com o fim da propriedade que é determinado pelas cercas, e logo em seguida têm-se as plantações camponesas com cultivos alimentares básicos, tais como milho, feijão, mandioca, palma, dentre outros.

Figura 05: Contraste da paisagem do agronegócio do milho com o cultivo da palma nas margens da BR 235. (Frei Paulo)



Fonte: Pesquisa de campo nos municípios de Areia Branca e Frei Paulo. 11-12-2013

Foto: AVES, Renata Batista.

Figura 06: Contraste da paisagem do agronegócio da cana-de-açúcar com o cultivo da mandioca nas margens da BR 235*. (Areia Branca)



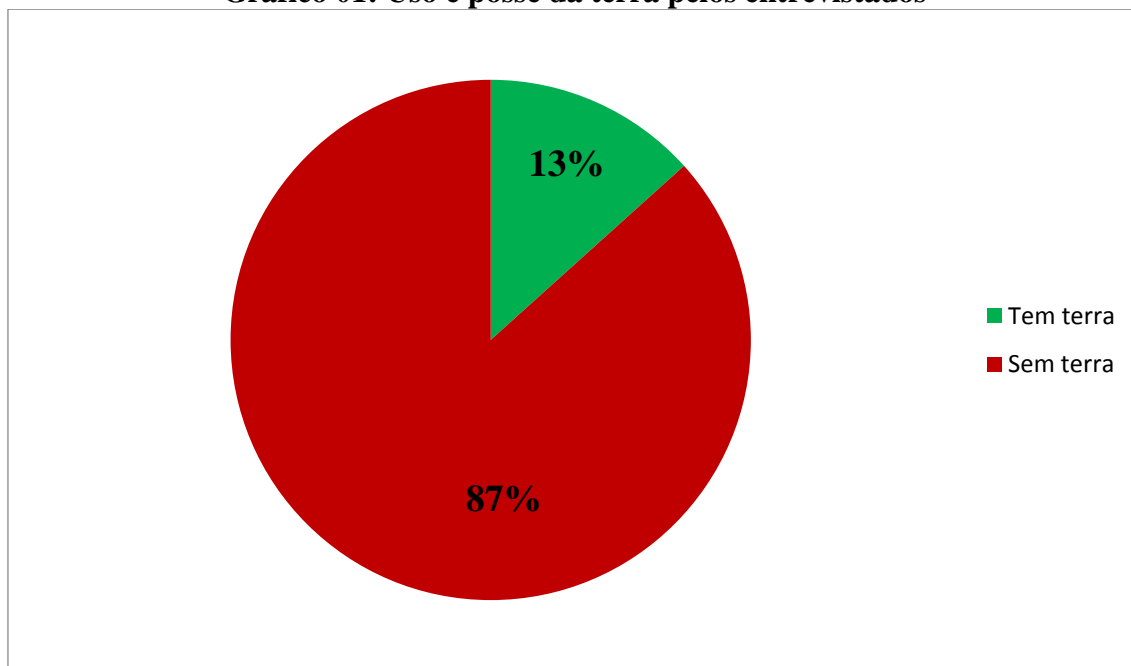
Fonte*: Foto retirada a partir do asfalto da Rodovia Federal 235. Pesquisa de campo nos municípios de Areia Branca e Frei Paulo. 26-08-2014

Foto: AVES, Renata Batista.

Em alguns trechos da rodovia em questão é possível identificar o avanço dos grandes latifúndios do agronegócio nas terras públicas da faixa de domínio. Além de possuírem imensas extensões de terras, ainda se utilizam dos 30 a 40 metros das faixas para aumentar a produção, causando um grande desconforto e, em alguns casos, conflitos com os camponeses que plantam nessas faixas. Os latifundiários se sentem, também, donos dessas terras por estarem alocadas em frente as suas propriedades e acabam expulsando os camponeses sem terra da beira da estrada. Com isso, os grandes fazendeiros conseguem ampliar a sua produção de forma considerável utilizando essas terras públicas.

Com a aplicação de 30 questionários nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira foi possível fazer uma análise detalhada das características marcantes dos camponeses da beira da estrada. E a principal delas é a falta de terra.

Gráfico 01: Uso e posse da terra pelos entrevistados



Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo nas margens da BR 235/SE

A falta de terras é expressivamente identificada no gráfico acima, no qual 87% do total dos entrevistados afirmam não possuir terras. Este percentual explica por si só o porquê desses camponeses estarem ocupando as faixas de domínio para plantar e colher seu próprio alimento. A falta de terras e a ocupação das margens das rodovias reproduz

um apelo enfático do clamor pela realização de uma reforma agrária no Brasil, e ao mesmo tempo, uma reivindicação por um país mais justo e igualitário.

Vale a pena frisar que a resistência da beira da estrada é diferente da resistência dos movimentos sociais, pois na agropecuária de beira de estrada não há organização política por parte dos sujeitos que a ocupam, já a resistência exercida pelos movimentos sociais é feita através de organização política. Em todas as entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo, nenhum camponês afirmou participar de algum tipo de movimento social. A luta deles é local e sem organização de cunho político, mas é interpretada nessa pesquisa como um exemplo de resistência às formas injustas da sociedade.

A ocupação é feita por: trabalhadores da cana-de-açúcar (quando estão fora do período de colheita); camponeses expropriados após a instalação da Usina Pinheiro¹⁰, situada próximo ao município de Areia Branca; vendedores ambulantes que vivem da venda de frutas dos pequenos sítios que possuem e ainda necessitam utilizar as margens de terra da rodovia para ampliar a sua renda; desempregados; boias-frias; e aposentados. Esse conjunto complexo de trabalhadores compõe a diversidade do campesinato brasileiro, visto que o camponês brasileiro não pode ser representado por um conceito fixo e acabado, uma vez que está sempre em constante movimento, seja na sua própria vida ou na história.

Através de relatos obtidos em campo, precisamente no município de Areia Branca, foi possível elucidar o porquê de muitos trabalhadores estarem produzindo na “beira da estrada”. Foi relatado que antes os fazendeiros deixavam plantar em suas terras cultivos alimentares, porém, com o arrendamento das terras para a Usina, os arrendatários não permitiram mais a presença dos camponeses nas terras e com isso tiveram que se retirar das mesmas. Como não possuíam terra, eles lançaram mão do uso e ocupação das margens da BR 235, como bem mostra a figura 07. Os trabalhadores se submetem a constantes perigos e vulnerabilidades, pois a qualquer momento podem ser

¹⁰ Vale a pena ressaltar que a Usina acima mencionada destaca em seu site o compromisso com o meio ambiente e com a comunidade, algo muito bem forjado e mascarado, pois o seu lucro vem da intensa exploração do trabalho dos cortadores de cana. A missão da Usina é “*Missão: trabalhar em equipe com austeridade e eficiência, satisfazendo os clientes e fornecedores, respeitando a comunidade e o meio ambiente. Visão: produzir cana, açúcar, álcool e energia com custos competitivos e lucros razoáveis*”. Essas informações contidas no site da Usina demonstram a contradição existente entre o que está escrito e o que acontece de fato, que é a intensa exploração do trabalho e da natureza. [HTTP://www.usip.com.br/Institucional.aspx](http://www.usip.com.br/Institucional.aspx). Acesso no dia 06-08-2013

interceptados e verem suas plantações retiradas pelos órgãos gestores das rodovias, DNIT ou Polícia Rodoviária Federal (PRF). Porém, como foi constatado nas entrevistas, a necessidade de adquirir alimentos para a família é o apelo mais forte que se pode ter e que encoraja esses trabalhadores para o cultivo nas terras adjacentes às rodovias.

Figura 07: Trabalhador adubando a plantação de milho.



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Areia Branca. 14-05-2011

Foto: ALVES, Renata Batista.

A Usina Pinheiro concentra grande quantidade de terras com o plantio da monocultura da cana. Está sob o controle da oligarquia açucareira de Sergipe composta pelo grupo da família Franco que, de acordo com informações obtidas¹¹, sua constituição vem da junção do Engenho São José com outros engenhos da região por Albano do Prado Pimentel Franco, conforme relata seu inventário datado de 1928. Ainda segundo o site da própria Usina, “na safra de 2010/2011 a usina passa a oferecer ao mercado a energia elétrica obtida do processamento da biomassa da cana-de-açúcar. Assumindo o compromisso de continuar produzindo açúcar, álcool, melaço e agora

¹¹ Texto retirado do site: <[HTTP://www.usip.com.br/Institucional.aspx](http://www.usip.com.br/Institucional.aspx)>. Acesso em: 06 ago. 2013.

energia com custos competitivos, trabalhando em equipe com austeridade e eficiência, para melhor atender a clientes e fornecedores, preservando o meio ambiente, a partir das nascentes do Rio Cotinguiba e estabelecendo uma boa convivência social com a comunidade de Laranjeiras e dos municípios que formam a área de atuação e influência da Usina São José do Pinheiro”.

Vale a pena frisar que, dentre os quatro municípios estudados nesta pesquisa, somente em Areia Branca e em Itabaiana há presença de casas margeando a BR, com isso, se constatou a presença dos “quintais produtivos”, também, somente nestas localidades. Já em Carira e Frei Paulo não foi encontrado casas as margens da rodovia. Em Itabaiana, existem poucas casas com plantação em frente à rodovia, na beira da estrada, e estes cultivos se concentram em um único trecho que pode ser visualizado nas fotos abaixo. Nos municípios de Frei Paulo e Carira as plantações são isoladas e não tem casas margeando a BR, com isso a dificuldades de encontrar os trabalhadores camponeses nessas localidades foi mais difícil, uma vez que, as suas respectivas moradias ficam distantes do seu trecho de terras na beira da estrada.

Figura 08: Plantações em Itabaiana as margens da BR 235-SE



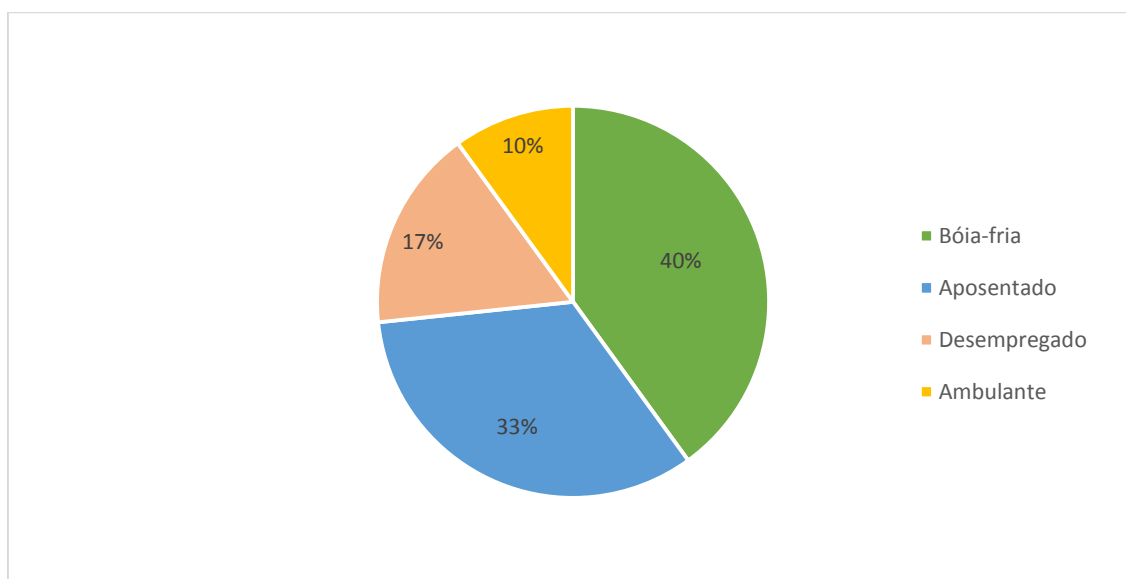
Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Itabaiana. 20-05-2015
Foto: ALVES, Renata Batista.

Figura 09: Cultivo de feijão nas margens da BR 235 em Itabaiana-SE



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Itabaiana. 20-05-2015.
Foto: ALVES, Renata Batista.

A diversidade de produtores de beira de estrada, nessa pesquisa reconhecidos como camponeses, possibilitou a elaboração de um gráfico. Com base nas 30 entrevistas realizadas, o gráfico 02 revela a diversidade de trabalhadores que compõem o mundo do trabalho, especificamente no que diz respeito à caracterização dos trabalhadores a margem da BR 235 em Sergipe.

Gráfico 02: Caracterização dos trabalhadores da “beira de estrada”

Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo as margens da BR 235/SE

Na prática da agricultura nas faixas de domínio da União há uma forte presença de boia-fria. Dentro desse conjunto de trabalhadores, estão os diaristas rurais que trabalham no período da colheita do milho em Carira e Frei Paulo, e os cortadores de cana que trabalham no município de Areia Branca. Esses sujeitos, como não têm terra e não tem trabalho fixo dividem o tempo trabalhando como boia-fria nas grandes propriedades e no período da colheita do milho. No caso dos cortadores de cana, o plantio na beira da estrada ocorre no período que eles estão sem cortar cana (entressafra), ou ainda, muitos que residem na própria cidade de Areia Branca plantam ininterruptamente, pois os mesmos trabalham nas usinas de açúcar próximas da região, facilitando a dupla atividade. São seres superexplorados com histórias de vida sofridas, mas que afirmam não ter alternativa, a não ser a de se submeterem ao corte da cana para obter alguma renda para a própria sobrevivência.

Os entrevistados afirmaram que no período em que ficam parados recebem um auxílio do programa do governo chamado Mão Amiga, do qual recebem quatro parcelas de R\$ 170,00. No período em que não estão cortando cana, eles procuram algum outro trabalho para obter renda ou para obter alimentos para a família, como é o caso da prática de agricultura na “beira da estrada”. Esta realidade é bem alocado por Thomaz Júnior (2004b) quando afirma,

A fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constantemente e intensamente

o desenho societal da classe trabalhadora, extrapolando, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada cortador de cana; servente de pedreiro na construção civil; metalúrgico e, em outros tempos (temporada), ser ocupante de terra, saqueiro, camelô, isqueiro etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2004b, p. 73).

Os boias-frias são altamente explorados na colheita do milho e no corte da cana, e ainda recorrem à produção na beira da estrada para ajudar no sustento da família. Os que trabalham na colheita do milho não possuem vínculo empregatício, uma vez que dependem da época da colheita do referido cultivo. Em uma das falas dos entrevistados, este processo ficou claro quando eles afirmam:

“No verão eu trabalho para o povo quebrando milho”.
(Entrevistado, M., C., 2014)

“Trabalho quebrando milho nas roças do povo. A diária sai a 35 reais em média, porque a gente é pago por produção, quanto mais quebrar milho e encher os sacos, mais ganha”.
(Entrevistado, J., M., 2014)

Outro grupo significativo nas margens da BR 235 são os aposentados. Nos depoimentos coletados, de forma geral, ficou evidente que nessa atividade eles plantam seus cultivos e cimentam a ligação com a terra que sempre tiveram desde a infância. E, mesmo estando aposentados, não deixam de lado o sentimento de pertencimento à terra. Eles se sentem úteis em poder plantar nessas terras e alimentar sua família. É uma realização de vida evidenciada nos interstícios da beira da estrada, ao passo que complementa a aposentadoria recebida.

Do total dos entrevistados, 17% são desempregados que plantam na terra da União para ter algum alimento ou alguma renda, no caso da venda da produção. Tal fato é reconhecido nessa pesquisa como um exemplo claro do desemprego estrutural sofrido pela população brasileira e mundial. O capital intensifica seu nível de exploração ao mesmo tempo em que desemprega milhares de pessoas.

Os outros 10% são representados pela figura do ambulante, dando notoriedade ao trabalho informal presente na agropecuária de beira de estrada. São eles que fazem de tudo para obter algum tipo de renda, mesclam diversos produtos em suas barracas que ficam situadas as margens da BR. Vendem frutas típicas da região, bem como outros produtos (refrigerantes, água e etc.) e, como complemento, utilizam as terras às margens da rodovia para plantar produtos de subsistência, como milho e macaxeira.

A intocabilidade da questão agrária brasileira proporcionada pelos grandes latifundiários que, por sua vez, provocam e intensificam a concentração fundiária no país, configura-se como um dos pilares inalterados do sistema agrário brasileiro. E a inalterabilidade desse sistema regido por leis que não beneficiam o pequeno produtor, acaba acirrando a disputa por terras no país e, conseqüentemente, gerando conflitos.

Tanto a ocupação quanto o uso das margens de rodovias ocorrem há muitos anos em Sergipe, como salienta Mitidiero Júnior,

A agricultura desenvolvida na faixa adjacente da BR 235-SE existe há muitos anos. Um dos entrevistados afirmou plantar na beira dessa rodovia por mais de 30 anos, outros dois entrevistados contabilizaram mais de 20 anos plantando anualmente na rodovia. Essa constatação pode indicar que a historicidade da concentração fundiária sergipana produz resultados como o estudado nessa pesquisa, desde muito tempo. A agricultura de beira de estrada, portanto, não é atividade nova (MITIDIERO JÚNIOR, 2013, p. 52).

Nas margens das rodovias não acontecem conflitos entre os camponeses produtores quanto à utilização do espaço. Eles compartilham e dividem verbalmente as terras e demarcam o limite de cada “lote” com um trecho sem cultivos de aproximadamente meio metro de largura. Vale endossar que os cultivos plantados têm que acompanhar as declividades dos terrenos bem como a linearidade da pista, uma vez que nem todos os trechos da rodovia são propícios para a produção de alimentos.

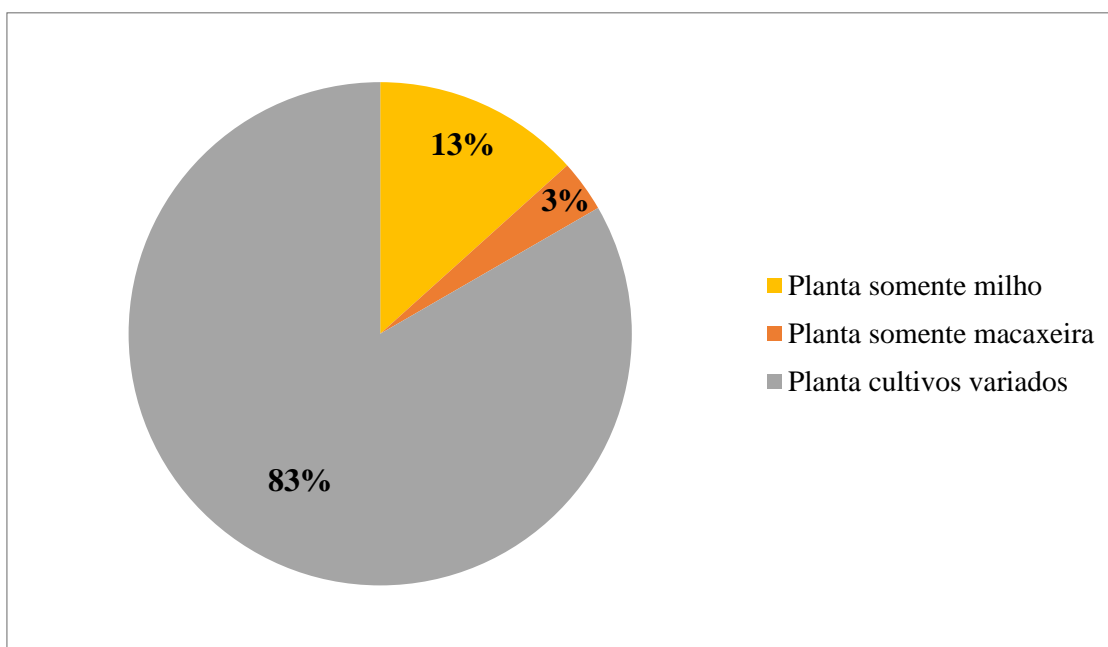
De acordo com Mitidiero Júnior (2013), a escolha da área e da extensão da área plantada se dá pela tradição, quem plantou um ano na beira de estrada acaba plantando no ano seguinte, sendo que as áreas que não possuem nenhuma plantação, são, em tese, área livre para ocupar produtivamente. As áreas de plantio geralmente estão distantes da morada daquele que plantou, mas também pode estar bem em frente das moradias, quando estas estão margeando a rodovia.

Os cultivos são predominantemente de subsistência (milho, feijão, fava, macaxeira, frutas, abóbora e palma) para consumo próprio e uma pequena parte para venda, como também para doação entre amigos e/ou parentes dos mesmos.

O gráfico 03 revela que há uma diversidade de cultivos nas faixas de domínio da União. 82% cultivam produtos variados e o restante cultiva somente a macaxeira ou somente o milho. São alimentos de subsistência típicos dos hábitos alimentares da região. A forte presença do milho, feijão e da macaxeira demonstra a culinária sergipana e nordestina, pois são três alimentos que não faltam no prato das famílias.

Os cultivos desenvolvidos nas faixas de domínio dependem primordialmente do ciclo da natureza. Por isso é que eles afirmam que plantam quando chove. Essa prática acompanha o ciclo chuvoso do estado, uma vez que o predomínio da ocorrência de chuva no estado concentra-se nos meses de junho, julho e agosto. São os meses mais chuvosos e é a partir do início do mês de junho que os camponeses começam a arar a terra, fazendo toda a preparação para o plantio dos cultivos. São etapas feitas e concluídas como o plantar e colher, baseadas na precipitação pluviométrica presente no estado. Neste caso é o ciclo da natureza que determina os meses do plantio, bem como os meses da colheita.

Gráfico 03: Produtos cultivados pelos trabalhadores das margens da BR 235/SE



Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo as margens da BR 235/SE.

O gráfico acima evidencia uma característica bastante peculiar da cultura camponesa que é policultura, produzindo alimentos variados que fazem parte do hábito alimentar nordestino e brasileiro.

O que foi significativamente constatado na pesquisa é o caráter de amizade e solidariedade que eles têm uns com os outros, pois muitos afirmaram que a produção alcançada por esses cultivos, uma parte é para a subsistência e a outra parte é para doação ou partição entre amigos e parentes. De acordo com Woortmann, para definir as sociedades camponesas:

A reciprocidade não é um princípio de aplicação generalizada. Reciprocidade e generosidade são dois princípios que caminham juntos e se expressam num *idiom of amilly* (FORTES, 1970) que pode ser codificado pelo parentesco, como é o caso do Sítio. É no interior do Sítio, espaço de relações entre famílias pensadas como iguais, que não se *neguceia*. Pela mesma lógica, o parente não pode ser *alugado* (WOORTMANN, 1990, p. 59).

Como os cultivos dos referidos produtos são concentrados no período de maior incidência de chuvas no estado de Sergipe, entre junho e agosto, tal fato dá um caráter de sazonalidade das plantações. Dado as condições do lugar da produção, não há sistema de irrigação, o que torna essas culturas totalmente dependentes dos períodos de chuva.

Na parte mais próxima ao litoral (Zona da Mata), o período de chuvas pode corresponder aos meses de maio até setembro, concentrando-se nos meses de junho, julho e agosto. É nesse período que as plantações ocorrem. Na medida em que chove no estado, o trabalho com a terra e os plantios na beira da estrada começa a aparecer (MITIDIERO JÚNIOR, 2013).

Cabe ressaltar que os trabalhadores relataram que, geralmente, eles plantam no dia de São José para colher no dia de São João, com isso fica evidenciado o caráter religioso e a tradição dos trabalhadores rurais, pois todo ano nessa época os plantios ocorrem com bastante nitidez. Segundo Woortmann,

O apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990, p. 17).

Figura 10: Cultivo de milho na BR 235/SE em Frei Paulo



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Frei Paulo 12-10-2013

Foto: ALVES, Renata Batista.

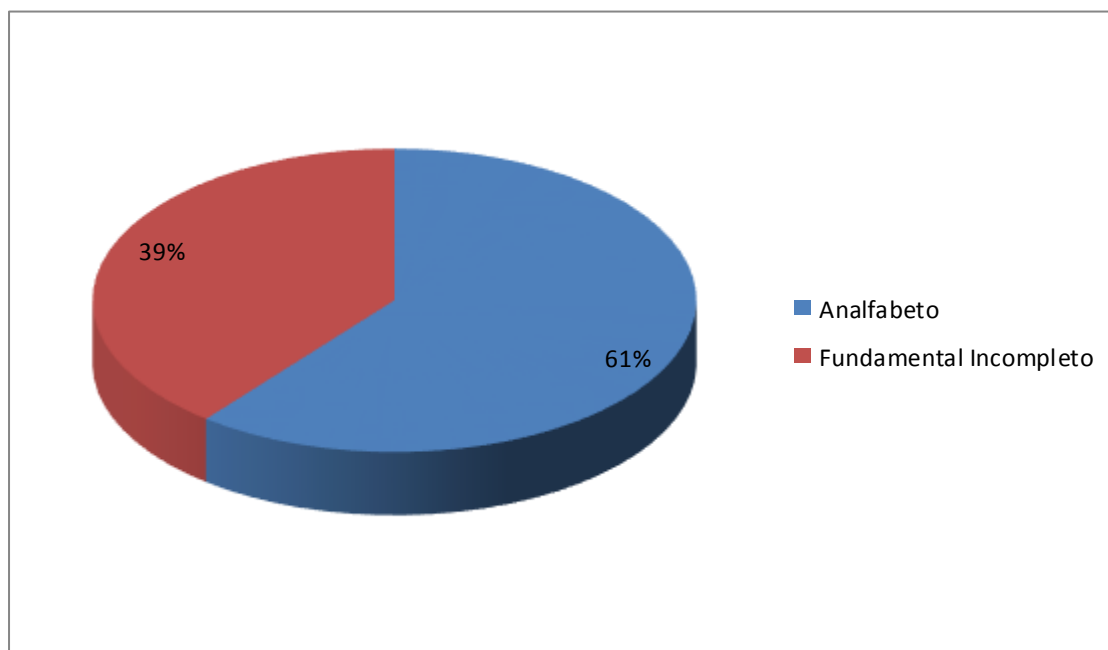
No trabalho familiar, o excedente se torna mercadoria eventualmente, a depender das necessidades de subsistência da família (MARTINS, 1995). Vale a pena endossar que nem sempre o excedente produzido pelos camponeses é destinado ao mercado para venda. Esse excedente só chega ao mercado a depender das necessidades da família. Assim sendo, muitas vezes, é destinado para os parentes, bem como amigos e vizinhos, pois o sentimento de solidariedade camponesa é um dos sustentáculos da sua forma de ser. E ao efetivar tal ato, não tem “capital” que compre ou usurpe essa forma de ser da família camponesa.

Nas entrevistas realizadas nota-se, como já foi explicitado, que este conjunto complexo de trabalhadores da “beira de estrada” não participa de movimento social ou mesmo de qualquer associação, alguns têm vínculo apenas com o sindicato rural para que assim consigam uma aposentadoria.

A maioria dos entrevistados não sabe ler/escrever, pois muitos, desde cedo, têm relação com o uso da terra e não tiveram oportunidade de estudar. O baixo nível de escolaridade revela a falta de políticas públicas e o descaso para com a população rural. Níveis baixos de escolaridade no campo têm se perpetuado desde muito tempo: é uma variável que pouco muda. Outro fato que explica essa realidade é o trabalho precoce no

campo, as crianças começam a trabalhar muito cedo e acabam, muitas vezes, não tendo escolha entre a escola e o trabalho. Tal fato revela o alto índice de analfabetos no campo.

Gráfico 04: Escolaridade dos entrevistados



Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo as margens da BR 235/SE.

A busca por terra para ter acesso a esse bem tão precioso da natureza e que nos alimenta faz emergir inúmeros conflitos no campo. Variadas são as formas de uso e ocupação da terra no país, e a agropecuária de beira de estrada configura-se enquanto uma dessas formas de ter acesso à terra. As faixas de domínio da União, que nada mais são do que uma faixa de segurança das rodovias, tornam-se *acostamentos vivos*, ao ponto que passam a ter como uma segunda função: a de produzir alimentos.

O processo de compra e venda das terras da beira da estrada foi uma realidade encontrada depois de dois anos de pesquisa. A compra dessas terras no “boca a boca” torna-se um fato não isolado entre os produtores dessas áreas, visto que tal fato foi explanado por boa parte dos entrevistados. A descrição e análise desse processo está exposto no capítulo três desta referida pesquisa.

Vale frisar que a procura por estas terras é grande, visto que apesar da rodovia ser ampla, nem todos os trechos são propícios ao plantio, pastoreio e extração de capim. Pois na rodovia há trechos que apresentam terrenos íngremes ou com grotas, o que acaba não favorecendo o uso e ocupação da área.

Figura 11: Plantação de feijão na beira da estrada na BR 235/SE em Carira



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Carira 11-12-2013.

Foto: ALVES, Renata Batista.

Em meios aos questionamentos, uma pergunta expressou a satisfação dos camponeses entrevistados em plantar nessas faixas de terras. Quando foram indagados sobre a importância do seu trabalho e se algum dia eles tivessem que deixar de plantar, o que aconteceria? Nas falas foi possível identificar o ser camponês incutido em cada um dos entrevistados, pois plantam não só por causa do excedente gerado para a venda, mas porque, acima de tudo, se sentem realizados com o seu trabalho.

“Fico sem plantar porque não tenho terra. Não posso arrendar porque é caro. Aqui, graças a Deus, é meu agasalho”. (Entrevistado, S., 2014)

“Não tenho terra, aí procuro o beicinho de pista. Antigamente os fazendeiros dava, mas agora não. [...] Ave Maria para mim é mil maravilha plantar aqui. É o maior prazer do mundo”. (Entrevistado, E., 2014)

“Eu acho bom plantar lá, no tempo de roça a gente vem carregadinho com nossa comida, é uma maravilha”. (Entrevistado, J., I., 2014)

Estas áreas apropriadas nas faixas de domínio das rodovias desempenham importante papel na reprodução da população envolvida dentro do recorte espacial

estudado. E pelo fato de essas terras serem essenciais para a reprodução desse sujeito reconhecido como camponês, não concebo a forma de apropriação camponesa nas terras da rodovia em estudo como uma negação ao modo capitalista de produção, mas como uma estratégia na/para produção/reprodução desses sujeitos dentro do sistema capitalista.

Essa prática agropecuária de produzir nas terras das faixas de domínio é comum nas rodovias do estado de Sergipe e em outros estados do Brasil, como Alagoas, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, dentre outros. Em São Paulo, na rodovia estadual SP 425, também é visível a presença dessa atividade produtiva, por se tratar de um estado concentrador de terras, assim como os outros acima citados. A foto abaixo mostra a agricultura de beira de estrada em São Paulo. Nesse exemplo aparece um diferenciador não encontrado nos casos estudados em Sergipe, que é a ocorrência de irrigação. Os camponeses “puxam” a água pelo cano de irrigação e com isso conseguem plantar durante boa parte do ano nesta localidade. A água utilizada vem de um açude que fica próximo à rodovia em questão. A plantação é composta por café (cultura permanente) e quiabo, os dois cultivos são plantados consorciados.

Figura 12: Plantação de café consorciado com quiabo na Rodovia Estadual SP-425



Foto: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio (14 de outubro de 2014).

Figura 13: Plantação de café consorciado com quiabo (irrigada) na Rodovia Estadual SP-425



Foto: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio (14 de outubro de 2014).

A atividade em análise denuncia a concentração de terras vivenciadas em vários estados do país. Podemos criar como hipótese a afirmação de que essa atividade vem se espalhando pelo país devido à falta de acesso à terra por parte dos trabalhadores. E esse vem sendo um novo meio de conseguir “entrar” na terra nem que seja se apropriando de pequenas faixas ao longo das rodovias do Brasil.

Cabe ao DNIT a regulamentação das condições gerais de ocupação desses espaços. Entretanto, a pesquisa revela que o referido órgão apenas chama atenção para as barracas montadas na margem da rodovia, a fim de evitar problemas no fluxo dos veículos. Em alguns trechos, a presença das barracas bem próximas às margens da BR é bem visível, pois segundo uma entrevistada, o DNIT especificou que as barracas poderiam continuar no local, mas que deveriam atender as exigências do órgão que é o recuo de sete metros.

Figura 14: Barracas alocadas as margens da BR 235/SE Areia Branca



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Areia Branca 26-06-2011.

Foto: ALVES, Renata Batista.

O manual de procedimentos para permissão especial de uso das Faixas de Domínio determina normas, critérios e procedimentos para o uso dessas faixas e de outros bens públicos sob jurisdição do DNIT, bem como os procedimentos administrativos visando a implantação de equipamentos para serviços de terceiros, públicos ou privados, alheios a destinação originária (MITIDIERO JÚNIOR, 2013).

Segundo esse manual, define-se como faixa de domínio a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa de recuo.

As mudanças nos espaços rurais e urbanos são reflexos das mudanças no mundo do trabalho. É essa a dimensão observada nas margens da BR 235 em Sergipe, onde se mesclam atividades de cunho camponês, vinculadas com a roça por uma heterogeneidade de trabalhadores, assalariados ou não, desempregados ou posseiros, formais e informais na busca pela sobrevivência. As margens de rodovias ou “beira de estrada” que aparentemente são “supérfluas” refletem neste espaço geográfico uma heterogeneidade de trabalhadores.

Entende-se que o processo de ocupação e uso dos espaços marginais das rodovias revela a busca de sobrevivência de um conjunto complexo de trabalhadores nos espaços públicos. São expropriados da terra; camponeses que encontram nesses espaços a possibilidade de sustento da família; são desempregados que encontram no uso da terra a possibilidade de plantio de alimentos para consumo; são trabalhadores de cana-de-açúcar que dividem o mundo da superexploração do trabalho no canavial com a possibilidade do uso dessas terras nos períodos entressafra.

As roças observadas, os cultivos de subsistência, a extração de capim e os animais que pastoreiam nas margens das rodovias mostram o peso que a terra tem enquanto meio de produção. A ocupação e uso das margens de rodovias é uma dimensão observada no campo brasileiro e sergipano em que se constata a necessidade de acesso à terra como melhoria de condição de vida, ao desemprego e à ausência de condição digna de sobrevivência.

A agricultura de beira de estrada é uma expressão que emana da sociedade do capital e expressa resistência alocada nas “margens produtivas” das rodovias, enriquecendo e fortalecendo a temática que envolve a questão agrária brasileira.

2.2.1- Caracterização do município de Areia Branca

O município de Areia Branca integra a mesorregião do Agreste Sergipano. Possui como limites ao norte os municípios de Riachuelo e Malhador, ao sul com Itaporanga d' Ajuda, ao leste com Laranjeiras e a oeste com Itabaiana. Sua dimensão territorial corresponde a 128 km quadrados, e o município em questão possui 13 povoados alocados na zona rural, sendo eles: Areias, Boqueirão, Cajueiro, Canjinha, Caroba, Chico Gomes, Colônia São Paulo, Guidinha, Junco, Manilha, Pedrinhas, Rio das Pedras e Serra Comprida.

O acesso entre os povoados e a sede municipal é feito por meio da rodovia BR - 235 e estradas vicinais através de transportes particulares, com destaque para a motocicleta. Também são utilizados os automóveis e a depender da distância e do poder aquisitivo a condução é movida por tração animal, a exemplo das carroças. O transporte coletivo é bastante utilizado, mas apresenta oferta precária, pois durante a semana o seu uso se restringe ao transporte estudantil, o qual a população aproveita para ir à sede municipal. A oferta se amplia aos domingos, dia da feira na cidade, havendo uma

convergência da população rural para a cidade, utilizando os mais variados meios de transportes, como ônibus, vans, caminhões, além dos citados anteriormente (SANTIAGO, 2011).

No município de Areia Branca os solos argissolos vermelho amarelo, que possuem características de textura média argilosa, e o solo neossolo quartzarênico favorecem as atividades agropecuárias e o extrativismo na região. (SANTIAGO, 2011)

Dois recursos minerais são intensamente explorados no município. O primeiro é a argila, aproveitada nas cerâmicas e olarias presentes nas intermediações de Areia Branca e Itabaiana para a fabricação de tijolos e telhas que abastecem o mercado interno e são exportadas para outros estados, sobretudo Alagoas. O segundo, a areia é retirada para abastecer o mercado da construção civil, principalmente de Aracaju. Este uso intenso em obras da capital deve-se ao baixo teor de sais (SANTIAGO, 2011).

Areia Branca é banhada por duas importantes bacias hidrográficas que cortam o estado de Sergipe: a bacia do Rio Sergipe, ocupando uma área de 48,71 km² do município, com os seguintes afluentes: Rio Vermelho, Olhos d'Água, Verde, Cotinguiba, Negro e Jacarecica; e a bacia do Rio Vaza Barris que atravessa uma área de 79,89 km², o que corresponde a 64,41% da área municipal. A localização de Areia Branca, no Agreste Sergipano, contribui para a presença de uma cobertura vegetal bastante heterogênea, com destaque para os campos, cerrado, caatinga, restinga e mata atlântica (SANTIAGO, 2011).

O município apresenta clima tropical subúmido, com médias térmicas em torno de 24° e 26° C. A pluviosidade média varia entre 1.000 e 1200 mm anuais, com maior concentração de chuvas entre os meses de março a setembro, período em que as médias térmicas decrescem. O período de estiagem varia entre quatro e cinco meses e ocorre normalmente entre o final da primavera e o verão. A ausência de um longo período de seca contribui para o desenvolvimento das atividades agrícolas (SANTIAGO, 2011).

No município, sempre predominou a população rural, porém, com um progressivo crescimento da população urbana. No período entre 1970 e 1980 ocorreu a maior variação da população (+67,8%), sendo que a população rural apresentou um acréscimo de 80,63%, enquanto a urbana variou em apenas 31,71%. Na década seguinte o crescimento da população urbana foi bem mais acentuado, alcançando 194,93%. O crescimento populacional de Areia Branca entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo na área rural, onde a população praticamente dobrou, deve-se à fundação do Presídio Estadual, construído em 1979 e inaugurado no ano seguinte, além de outros fatores que

contribuíram nas décadas seguintes como a implantação da Colônia São Paulo, em 1986, e da expectativa para a implantação do Perímetro Irrigado Jacarecica II que só entrou em funcionamento em 1996 (SANTIAGO, 2011).

De acordo com o IBGE, em 2007, 69% do PIB estava concentrado no setor de serviços. Dentro deste setor, verifica-se que a proeminência é dos serviços públicos. O outro setor que apresenta percentuais relevantes é a agropecuária com 23%. A indústria contribui apenas com 8% do PIB municipal. Essa realidade se evidencia na maioria dos centros locais e ocorre, sobretudo, pela escassez de funções urbanas privadas, isto é, capazes de movimentar a economia, atraindo fluxos e, consequentemente, gerando postos de trabalho que dinamizam o lugar (SANTIAGO, 2011).

O setor primário se destaca na economia municipal, favorecido pelas condições geoambientais e pela própria situação sócio-histórica. Essa se justifica por estar entre duas áreas com diferentes tendências agrícolas. A primeira é a Cotinguiba, área caracterizada pelos latifúndios produtores da monocultura canavieira, desde o início da colonização sergipana. A segunda é o Agreste de Itabaiana, onde prevalecem as pequenas propriedades policultoras administradas por agricultores familiares.

Os cultivos alimentícios são produzidos nas pequenas propriedades, com uma área média entre quatro e cinco hectares. O tamanho pequeno dessas propriedades rurais trás muitas implicações, como a venda da mão de obra por esse minifundiário em outras propriedades maiores; a inserção em atividades fora do campo e a total expropriação dos meios de produção, conduzindo-o à migração campo/cidade. Todas essas alternativas não repercutem apenas na estabilidade financeira da família, mas, sobretudo, no modo de vida e sociabilidades que ocorrem no campo (SANTIAGO, 2011).

A produção agrícola municipal se destaca através do cultivo da cana-de-açúcar, que ocupa a maior área plantada do município, com 630 hectares, nas proximidades dos municípios de Laranjeiras e Riachuelo. Dentre os cultivos alimentícios, a mandioca ocupa a maior área plantada, com 300 hectares com produção de 3.000 toneladas. O destaque desse cultivo em área e quantidade está atrelado a: fatores histórico-culturais, em âmbito nacional desde o Brasil pré-colonial; às facilidades de adaptação ao clima local; e à variedade de derivados da mandioca, principalmente a farinha, base da alimentação, principalmente das famílias mais pobres.

Todas estas características acima elencadas a respeito do município de Areia Branca, confirmam que a população rural é maior que a urbana, e que a cidade carece de

empregos para a população. Tal fato proporciona a migração pendular para trabalhar em outras cidades, sobretudo na capital sergipana.

O peso que o cultivo da cana-de-açúcar tem no município explica a grande quantidade de trabalhadores cortadores de cana que reside nesta localidade. E o forte cultivo da mandioca também evidencia o peso da população rural que reside no município. Estas singularidades de Areia Branca são refletidas na agropecuária de beira de estrada que se faz muito presente neste território. A falta de terras para uma população sem terra, a falta de emprego diante das entressafras da produção canavieira e a minifundiarização das terras fazem com que os trabalhadores ocupem as faixas de domínio para produzir alimentos, visando alimentar a família e auferir alguma renda.

2.2.2- Caracterização do município de Itabaiana

O município de Itabaiana faz parte do recorte espacial da pesquisa em questão. Itabaiana situa-se no agreste do estado de Sergipe. Sua posição geográfica favorece ao escoamento da produção de frutas e verduras, já que a cidade é conhecida pelo seu forte comércio atacadista de hortifrutigranjeiros, possuindo uma das maiores feiras de alimentos do Nordeste.

Por ser localizada no agreste do estado, Itabaiana sofre influência tanto do clima úmido do litoral quanto do clima semiárido do sertão e, com isso, possui um clima tropical seco e úmido. A sua geomorfologia localiza-se no pediplano sertanejo. O solo do tipo planossolo solódico predomina na maior parte do município de Itabaiana, havendo a presença também do podzólico vermelho amarelo. (IBGE, 2010)

A demografia do município de Itabaiana vem crescendo nos últimos trinta e sete anos, segundo o IBGE. Tal fato é constatado na década de 1970 quando a população contabilizava 41.640 habitantes, sendo 25.207 rurais (60,54% do total) e 16.433 urbanos (39,43%). Na última estimativa populacional (2007), a população absoluta alcançou 83.167 habitantes, sendo que 62.777 eram de população urbana e 20.384 eram de população rural. Sendo assim, o crescimento total no intervalo de 1970 a 2007, foi de 99,73%. Enquanto o crescimento urbano foi de 282%, o rural diminuiu em 19,13% (CARVALHO, 2010).

O setor do comércio e a prestação de serviços atualmente têm superado em importância a produção agrícola do município. A feira da cidade contribui bastante para o alavancamento do setor comercial do município, pois a mesma acontece duas vezes na

semana (quarta-feira e sábado) trazendo consigo um elevado contingente populacional proveniente de várias cidades circunvizinhas e até mesmo de Aracaju.

O município de Itabaiana concentra sua função no setor comercial e de serviços. Esses setores concentram 80,32% das empresas e 65,85% dos empregados, enquanto o setor agropecuário responde por 7,29% das empresas e 3,94% dos empregos municipais. Apesar disso, as atividades agrícolas ainda mantêm sua importância, pois o município continua ligado a esta atividade. Tal fato explica a relação campo-cidade existente no município estabelecida pela produção, comercialização e distribuição dos mais variados produtos, sejam eles na esfera local, estadual, regional ou nacional (CARVALHO, 2010).

Desta forma, o município possui grande força econômica concentrada na prestação de serviços. As propriedades rurais são, em sua grande maioria, pequenas e produzem hortaliças, mandioca, entre outros produtos. A terra não está altamente concentrada, uma vez que é considerada pequena propriedade em Itabaiana aquela que possui até quatro módulos fiscais, sendo o módulo fiscal do município de 35 hectares. Sendo assim, é considerada pequena propriedade aquela que possui até 140 hectares.

Vale a pena frisar que a agropecuária de beira de estrada acontece de forma mais tímida em Itabaiana do que nos outros três municípios que fazem parte do recorte espacial desta pesquisa. A forte presença da pequena propriedade é uma das possíveis respostas para a pouca ocorrência da agropecuária de beira de estrada nas faixas de domínio da União nesta localidade. Esta atividade encontra-se de forma mais acentuada nas localidades próximas ao agronegócio e, conseqüentemente, da forte presença da concentração fundiária no estado.

2.2.3- Caracterização do Município de Frei Paulo

O município de Frei Paulo está situado na região oeste do estado de Sergipe, ocupando uma área de 406,8 km². Limita-se a norte com os municípios de Carira e Nossa Senhora Aparecida, a leste com Ribeirópolis e Itabaiana, a sul com Macambira e a oeste com Pedra Mole e Pinhão.

A população total é de 11.962 habitantes, sendo 6.358 residentes na área urbana e 5.604 na zona rural, com uma densidade demográfica de 29,41 hab./km² (CENSO IBGE, 2010). As principais atividades econômicas estão relacionadas à agricultura, à pecuária e à avicultura. A agricultura produz principalmente milho, mandioca e feijão.

Os rebanhos têm como principais efetivos os bovinos, ovinos e suínos, e a avicultura. O comércio indica um decréscimo no número de estabelecimentos e de pessoas ocupadas, enquanto a indústria permanece estável.

A área municipal está inserida no polígono das secas, apresentando um clima do tipo megatérmico semiárido, temperatura média anual de 24,5°C, precipitação pluviométrica média no ano de 832,4 mm, com período chuvoso de março a agosto. (IBGE, 2010)

O relevo é de superfície pediplanada e dissecada em forma de colinas e tabuleiros, com aprofundamento de drenagem muito fraca. Os solos são dos tipos podzólico vermelho-amarelo equivalente eutrófico e eutrófico eutrófico, cobertos por uma vegetação de Capoeira e Caatinga. (IBGE, 2010)

O município está incluído nas Bacias Hidrográficas do Rio Vaza-Barris e do Rio Sergipe e tem como principal corpo d'água o Rio Salgado. O principal reservatório de água é a barragem Alagadiço, que represa o riacho Campinas e o Coité.

Diante das características expostas sobre o referido município, fica evidente que o peso econômico de Frei Paulo advém da agropecuária, com a presença do milho e a pecuária. Estas duas atividades preconizam a concentração de terras, pois são produzidas para fora do estado de Sergipe. O milho, em sua grande maioria, é transgênico e é destinado para abastecer granjas em outros estados. Com isso, a população carece de terras para plantar seus cultivos de subsistência, recorrendo às margens da rodovia 235 que corta o município. Produzem seus alimentos e vendem em feiras locais como forma de auferir renda para a família, que é pobre e sem terra.

2.2.4- Caracterização do município de Carira/SE

O município de Carira faz parte da mesorregião do Sertão sergipano, com população de 20.000 habitantes, sendo que a população urbana 10.263 hab. e a população rural corresponde a 9.051 hab. Esse dado, como no município de Frei Paulo, demonstra o peso que o campo possui para o município, pois muitas pessoas estão alocadas no campo desenvolvendo atividades como a pecuária e o plantio do milho e do feijão. O seu território tem uma dimensão de 769 km² e é situado a uma altitude de 351 metros. O solo é predominantemente podzólico vermelho amarelo e são solos rasos e pedregosos.

Os estabelecimentos rurais carirenses correspondem a 1.781 e a área destes contabiliza 66.630 ha de terras do município. Um fato interessante é que o número arrendatários é de 1.530¹², o que evidencia a forte presença do arrendamento na região.

As atividades econômicas são típicas do sertão e concentram-se na criação de bovinos, plantio do milho e do feijão. Para a população de bovinos contabiliza-se 38.950 cabeças, para a área plantada com milho 35.000 ha e para a área plantada com feijão 3.000 ha. Os números mostram que a plantação do milho está muito mais além da plantação do feijão. Segundo informações obtidas na Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) de Carira, antes o que predominava era a plantação de feijão e a criação de bovinos, porém, com a forte inserção do agronegócio do milho houve uma inversão do fato.

Ainda segundo dados da EMDAGRO, a grande maioria das propriedades são pequenas e não passam de 50 hectares. Porém, existe a presença marcante da grande propriedade que varia de 500 a 1000 hectares. Na pequena propriedade o que predominam são o milho e a pecuária leiteira e, na grande, o milho e a pecuária de corte.

Antes da entrada maciça do milho transgênico em Carira, o cultivo que predominava no município era o de algodão que sofreu uma grande queda devido uma praga nas plantações. Assim, o milho transgênico começa a se espalhar fortemente no município por dar um retorno rápido. Por ser, em sua maioria, milho transgênico, esse cultivo ganha expressividade e se expande por todo o município. Com isso, o retorno econômico foi o pilar para o avanço da produção do milho. Porém, o lado negativo do agronegócio do milho aflora a todo momento com o uso demasiado de agrotóxicos e a falta de equipamentos e manejo adequados para o uso desses pesticidas. A poluição dos rios é devastadora, bem como da fauna e da flora. Desde 2010 é utilizado aviões para combater uma praga que assolou a produção do milho. Essa prática, evidentemente contribui para a poluição dos corpos de água do município.

¹² Informações fornecidas em uma visita à EMDAGRO de Carira-Sergipe (2014).

2.3 – Funcionalidade das Faixas de Domínio da União de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Todo Estado-Nação é regido por normas e leis às quais todos os cidadãos devem obedecer dentro dos parâmetros estabelecidos, sendo a Constituição Federal (1988) a lei máxima do nosso país. Nela está expresso todo arcabouço jurídico para a sociedade utilizar o seu território. Nesse sentido, em se tratando do uso e ocupação das faixas de domínio da União não é diferente, há normas a serem seguidas quanto a sua gestão e uso que, por sua vez, é gerido pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte).

A faixa de domínio é definida segundo o Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso (2008), de acordo com o DNIT, como sendo,

A base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa de recuo (BRASIL, 2008, p. 9).

Todo procedimento que envolva o acesso a faixas de domínio das rodovias federais deve obedecer às normas do DNIT. Os procedimentos são feitos através de várias etapas expressas no manual do referido órgão e deve seguir o fluxograma do Sistema de Procedimentos de Concessão de Acesso, para que haja segurança e fluidez no trânsito.

As leis que regem as normas das rodovias federais estão sob tutela do DNIT e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O DNIT dispõe de manuais que descrevem detalhadamente as normas a serem seguidas pela sociedade como um todo, no que diz respeito ao uso e ocupação das faixas de domínio. A PRF utiliza o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para normatizar e gerir a segurança das rodovias federais e o bom funcionamento dos fluxos automobilísticos. De acordo com esse código:

Art. 50 fica declarado que, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Lei 9.503, de 23/09/1997, p. 20).

A principal funcionalidade das faixas de domínio é a de estarem desocupadas, pois são também denominadas como uma faixa de segurança, ocupadas em casos de acidentes, e também possibilita um distanciamento entre o acostamento e as cercas das propriedades privadas alocadas às margens das rodovias. Nesse sentido, mediante o Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso, estabelecido pelo DNIT, fica instituído que é permitido o uso e a ocupação das faixas de domínio com suas respectivas instalações de,

3.1 -Tubulação de petróleo e seus derivados. **3.2** - Tubulação de gás;
3.3 - Transmissão de dados: • telefonia; • fibra óptica; • tv a cabo; • infovia; • armários outdoor; **3.4** - Energia elétrica: • alta tensão; • baixa tensão; • captadores/coletores • energia solar; • subestações; • transformadores; **3.5** – Água e Esgoto: • tubulação de água bruta; • tubulação de água tratada; • tubulação de esgoto sanitário; • tubulação de esgoto industrial; **3.6** – Acessos: • comercial; • particular; • público; **3.7** - Outros a critério do DNIT: • postos de fiscalização; • postos de vigilância; • abrigos de passageiros e pontos de parada de ônibus; • telefones públicos; • correias transportadoras; • painéis e placas destinadas a publicidade (BRASIL, 2008, p. 13).

Quando as faixas de domínio são ocupadas com a permissão do DNIT é gerado um Contrato de Permissão Especial de Uso – (CPEU) firmado entre o órgão gestor e a permissionária¹³. Esse contrato pode ser remunerado ou não e tem prazo determinado para ser suspenso. O DNIT tem pleno poder para extingui-lo a qualquer tempo sem que caiba à permissionária nenhum tipo de indenização. Vale a pena ressaltar que o referido contrato não induz a nenhum direito de posse sobre essas terras adjacentes a pista de rolamento.

O acesso às faixas de domínio e bens públicos aos interessados na sua ocupação deverá ser de forma não discriminatória e equitativa.

4.1 - A Permissão Especial de Uso, mediante remuneração ou não, será conferida por prazo determinado, a título precário, a todos os interessados na forma deste Manual.

4.2 - O uso contratado das faixas de domínio não induz a nenhum direito de posse ou servidão, podendo o Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU ser cancelado a qualquer tempo sem que caiba à Permissionária qualquer indenização, reembolso, compensação ou outra verba ou valor, seja de que natureza for.

¹³ De acordo com o Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso, estabelecido pelo DNIT, o Termo Permissionária é designado ao responsável pelo licenciamento da operação de suas instalações junto aos entes da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, respondendo às intimações, notificações ou anotações emanadas dos Poderes Públicos.

4.3 - O Interessado arcará com todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto da permissão, inclusive obras de implantação, manutenção e conservação, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato.

4.4 - A critério exclusivo do DNIT, no caso de rescisão do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, a Permissionária deverá devolver a área livre e desimpedida, no prazo determinado em contrato e nas mesmas condições em que a recebeu.

4.5 - O Interessado deverá apresentar para aprovação do DNIT, o projeto básico referente a ocupação das faixas de domínio da via de transporte e outros bens públicos, aprovados pelo órgão regulador da atividade do Interessado ou da Permissionária, obedecendo as Normas Técnicas do DNIT e Instruções de Serviço pertinentes e, as condições estabelecidas neste Manual.

4.6 - A Permissionária se responsabilizará contratualmente por quaisquer danos e prejuízos materiais ou morais que por si ou seus prepostos venha a causar às rodovias federais ou outros bens públicos, ao DNIT, a terceiros e ao meio ambiente, durante a ocupação.

4.7 - Caso ocorra a sucessão administrativa, civil ou comercial, o Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU será aditado entre as partes.

4.8 - O DNIT poderá suspender, a qualquer tempo, os serviços ou obras que estejam ameaçando a segurança dos usuários da via de transportes e áreas lindeiras (BRASIL, 2008, p. 16).

Para ter a concessão do DNIT, a permissionária, seja pessoa física ou pessoa jurídica, deverá pagar todas as taxas exigidas pelo órgão gestor e, posteriormente, com a rescisão do contrato, deverá deixar as faixas de domínio limpas e com boa visibilidade.

Desta forma, a respeito das taxas a serem pagas pela permissionária, o manual em questão descreve e estabelece critérios rigorosos para tais fins. O valor da remuneração anual pela utilização das faixas de domínio das rodovias federais é calculado de acordo com a fórmula aprovada em Reunião do Conselho de Administração do DNIT, e deve ser recolhido pelo interessado por meio de Guia de Recolhimento da União – (GRU), emitida pelo DNIT.

A fórmula é $V = K \times (PRC \times Vm^2 + Cm^2) \times A$, sendo que V= valor anual a ser pago pelo uso da faixa de domínio (em reais); PRC= percentual de 12% a.a do capital empregado na formação da faixa de domínio. PRC= 0,12; Vm^2 = valor despendido para a constituição do metro quadrado na faixa de domínio. Vm^2 = R\$ 33,75/m²; Cm^2 = R\$ 0,59/m²; A= área da faixa de domínio a ser ocupada pela empresa com largura mínima de 50cm, A= 0,5 m x 1000m. A = 500m². O cálculo deverá levar em consideração esta variação: $V = (0,12 \times 33,75 + 0,59) \times 500$, com isso, $V = R\$ 2.320,00/Km/ano$ (BRASIL, 2008, p. 32).

Os casos em que a ocupação é menor que 50 cm de largura, compreende a instalação de outdoor, postes com rede elétrica, dentre outros. De acordo com a tabela a seguir, o estado de Sergipe posiciona-se na classe 1, com valor da faixa com fator $k=1.160,00$ pago anualmente pela permissionária.

Tabela 10: Aplicação do fator K na fórmula

Classe	Estado	Fator K	Valor da Faixa com valor K
1	MA, PI, CE, RN, PB, AL, <u>SE</u> , AC, RR, PA e TO	<u>0,5</u>	<u>R\$ 1.160,00</u>
2	RO, AP, PE, e BA	0,6	R\$ 1.392,00
3	MS, MT, GO e ES	0,7	R\$ 1.624,00
4	AM, MG e PR	0,8	R\$ 1.856,00
5	RS, SC e RJ	0,9	R\$ 2.088,00
6	SP e DF	1,0	R\$ 2.320,00

Fonte: Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso 2008. Adaptado por Alves (2008).

Todo esse arcabouço de leis, normas e procedimentos estabelecidos tanto pelo DNIT quanto pelo Código de Trânsito Brasileiro dá suporte para a legislação das faixas de domínio das rodovias federais. Nesse bojo, através de uma análise detalhada dessas leis, percebe-se a inexistência de legislação no que diz respeito às práticas agropecuárias desenvolvidas nessas faixas, pois é uma ocupação ilegal de terras públicas. De acordo com o manual do órgão gestor das rodovias, fica explícita a proibição do uso e ocupação das margens das BR sem a plena autorização e fiscalização destes. Desta forma, a prática agropecuária e extrativista às margens das rodovias é terminantemente proibida segundo as leis vigentes. Além de ser bastante perigosa, principalmente devido ao fluxo intenso de automóveis e também por se tratar de uma faixa de seguranças, sua função é estar desocupada para fins fixados nas normas vigentes.

A realidade encontrada nas faixas de domínio explicita a falta de terras dos ocupantes, bem como a forte concentração de terras presente no estado. Tal fato faz transparecer o forte apelo pela realização da reforma agrária no país para que não seja mais preciso produzir perigosamente nestas faixas de terras.

Em entrevista realizada com o chefe imediato do DNIT de Sergipe, ele afirmou ser proibida qualquer prática agropecuária nas faixas de domínio. O mesmo explicitou

que essas faixas não são liberadas para plantio, pastoreio e nem extrativismo, mas por se tratarem de plantas de baixo porte como macaxeira, feijão e milho, o órgão acaba “fingindo não ver” essas práticas nas margens da BR 235.

Em meio o relato dado pelo chefe do DNIT, foi-nos informado que em alguns pontos da BR 235 as faixas de domínio variam de largura entre 30 e 35 metros. E que essas terras vêm sendo disputadas pelos grandes latifundiários do Estado, travando um impasse com o DNIT. Além disso, se comprovou os relatos dos produtores de beira de estrada a respeito das suas relações conflituosas com os grandes proprietários de terra. Os latifundiários “implicam” com a presença dos camponeses de beira de estrada, quando esses começam a plantar entre as proximidades da cerca das propriedades e as margens da BR. Há uma disputa, principalmente no interior do estado, compreendendo os municípios de Frei Paulo e Carira. O chefe do DNIT relatou que “os fazendeiros não querem que eles [camponeses] plantem nas margens da rodovia”¹⁴ e, pelo fato de ter conhecimento da pobreza e necessidade dessa população que planta na beira de estrada, afirmou que: “eu faço vista grossa, se tratando de pessoas pobres, eu ajudo”. A frase acima evidencia o fato de essa prática agropecuária ser proibida, porém, como se trata de pessoas pobres e sem terra, o DNIT nunca pediu a retirada das mesmas, mas o entrevistado deixa claro que: “quando o DNIT precisar da área, pega e não indeniza”.

Mesmo diante de todo aparato de leis referente ao uso restrito da “beira de estrada”, os grandes latifundiários se sentem no direito de expulsar os pequenos camponeses alocados nas faixas de domínio, mesmo se tratando de terra pública. Além da expulsão, os fazendeiros estão utilizando-se dos 30 a 35 metros que a faixa disponibiliza para segurança das rodovias, estendendo suas plantações para além das cercas. Com isso, acabam aumentando sua produtividade, alavancando mais lucro no processo produtivo.

Desse modo, o DNIT informou que já está tendo problemas com os latifundiários por conta dessa prática abusiva e os mesmos se recusam a tirar suas plantações, ao mesmo tempo em que expulsa os pequenos camponeses dessas faixas. É notório o uso do “poder” das oligarquias latifundiárias do estado, pois se trata de grandes proprietários de terras que cultivam milho e cana-de-açúcar.

¹⁴ Informações fornecidas chefe do DNIT, em entrevista realizada no dia 27-02-2012.

Diante desta problemática, mediante pesquisas em sites da internet, foi possível encontrar projetos de lei¹⁵ que dizem respeito à permissão do uso das faixas de domínio para a agricultura. Porém, nenhum deles foi aprovado, como podemos ver no parecer a seguir concedido pelo Deputado Federal Adão Preto ao Projeto de Lei nº 1.712 de 1999.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.712, DE 1999 (APENSOS os PL Nº 2.104, DE 1999, e Nº 3.083, DE 2000)

Dispõe sobre a utilização das faixas de terras agricultáveis que margeiam as rodovias federais para plantio de culturas de subsistência e de aproveitamento agroindustrial.

Autor: Deputado VIVALDO BARBOSA

Relator: Deputado ADÃO PRETTO

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Vival Barbosa, “*dispõe sobre a utilização das faixas de terras agricultáveis que margeiam as rodovias federais para plantio de culturas de subsistência e de aproveitamento agroindustrial*”. A proposta consiste na concessão, pelo Poder Público, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, a título provisório, de permissão para o cultivo das lavouras anteriormente referidas nas faixas de terra que margeiam as rodovias federais. Poderiam beneficiar-se de tal permissão famílias que reconhecidamente se dediquem à agricultura, não sejam proprietárias de lotes rurais e estejam cadastradas junto ao DNER.

Apensos, encontram-se os seguintes projetos de lei:

• **PL nº 2.104, de 1999**, de autoria do Deputado João Magno, que “*dispõe sobre a utilidade das faixas de domínio das rodovias federais*”. Trata-se de uma variação da proposta anterior, que prevê que as faixas de domínio das rodovias federais poderão ser utilizadas por trabalhadores rurais para o cultivo de lavouras (mencionam-se especificamente “cereais”) de ciclo anual;

• **PL nº 3.083, de 2000**, de autoria do Deputado Bispo Rodrigues, que “*dispõe sobre o florestamento das faixas de domínio das rodovias federais*”. Trata-se de uma proposta alternativa, que autoriza o Poder Executivo a outorgar a particulares as áreas de domínio da União que margeiam as rodovias federais, para o plantio de espécies arbustivas e arbóreas, mediante contrato de concessão de uso, a título gratuito.

¹⁵ Disponíveis em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/173194.pdf>>; <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/202351/default.aspx>>; <<http://www.al.to.gov.br/arquivo/15189/visualizar>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

Assim, os potenciais beneficiários da concessão de que se cuida variam segundo cada uma das três proposições sob consideração. A primeira propõe sejam as “famílias (marido e mulher) que reconhecidamente se dediquem às atividades agrícolas, não sejam proprietárias de lotes rurais e estejam cadastradas nas delegacias regionais e postos do DNER”. A segunda refere-se a “trabalhadores rurais”, especificando que estes deverão cultivar a faixa de domínio das rodovias “por conta própria, sem qualquer vínculo empregatício com entidade pública ou privada”. A terceira refere-se a “particular”, estabelecendo preferência aos proprietários de glebas contínuas às áreas de domínio da União a serem outorgadas (no caso, para o cultivo de espécies arbustivas e arbóreas).

Na sequência estabelecida no despacho de distribuição, os projetos de lei — que tramitam ao amparo do art. 24, II, do Regimento Interno — deverão ser apreciados por esta Comissão de Agricultura e Política Rural; pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, quanto aos aspectos estabelecidos no art. 54 do RICD, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Decorridos os prazos regimentais, na presente legislatura e na anterior, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas às proposições.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR:

Procedendo ao exame, quanto ao mérito, dos PL nº 1.712, de 1999; nº 2.104, de 1999; e nº 3.083, de 2000; verificamos que têm em comum a proposta de se autorizar a concessão de uso das faixas de domínio da União que margeiam as rodovias federais, para a prática de agricultura ou silvicultura; órgão do Poder Executivo deverá incumbir-se dessa tarefa.

O PL nº 1.712, de 1999, atribui explicitamente ao “Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, organismo vinculado ao Ministério dos Transportes”, a competência para conceder permissão de uso das faixas marginais das rodovias. Desconsiderando a questão relativa à competência constitucional para a iniciativa de proposição com esse teor — aspecto que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação oportunamente examinará — parece-nos conveniente assinalar que o DNER encontra-se em extinção, por força da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT é o órgão sucessor do DNER.

Ao analisarmos essas proposições, parece-nos fundamental esclarecer do que se trata exatamente a área em questão: a **faixa de domínio** de uma rodovia compreende ela própria e as áreas adjacentes legalmente delimitadas, de propriedade ou sob domínio do órgão rodoviário e sobre a qual se estende sua jurisdição. A largura dessa faixa de domínio pode variar em função de diversos fatores, tais como a topografia local e o custo de desapropriação da terra.

A faixa de domínio tem várias funções importantes, tais como: garantir a segurança dos usuários da rodovia (área livre, sem a presença de construções, animais ou outros obstáculos); fornecer cascalho para o nivelamento do terreno, quando necessário; receber as águas pluviais drenadas do leito da estrada; ser utilizada na eventual duplicação da pista; servir como alternativa para o escoamento do fluxo de veículos, em casos de emergência; etc.

O cultivo de espécies herbáceas, arbustivas ou arbóreas nessas estreitas faixas de terra não traria benefícios significativos à agricultura ou à economia brasileiras, mas elevaria o potencial de risco de acidentes rodoviários, em consequência da presença de trabalhadores rurais nas proximidades das rodovias; do trânsito de máquinas agrícolas nas estradas e acostamentos; da redução de visibilidade dos motoristas nas curvas e trechos sinuosos; ou da presença de barreiras físicas (no caso da silvicultura) que agravariam os danos aos veículos e os ferimentos a seus ocupantes, no caso de acidente.

Ainda, a remoção da vegetação natural e a movimentação do solo ao longo de uma estreita e longa faixa de terreno — que, por este exato motivo, dificultaria a adoção de medidas conservacionistas — tenderia a desencadear processos erosivos, nos trechos declivosos ou de solo mais suscetível à erosão, acarretando danos não apenas às rodovias, mas também às propriedades contíguas.

Cumpramos observar que, se já não ocorre de forma disseminada o cultivo de essências florestais nas faixas de domínio das rodovias, proposto pelo PL nº 3.083/2000, a restrição certamente é devida a problemas de segurança que contraíndicam essa prática, posto que a matéria já é regulada há muitos anos pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 — a Lei Agrícola —, cujo art. 98 estabelece:

“Art. 98. É o Poder Executivo autorizado a outorgar concessões remuneradas de uso pelo prazo máximo de até vinte e cinco anos, sobre as faixas de domínio das rodovias federais, para fins exclusivos de implantação de reflorestamentos.”

Discordamos dos autores dos projetos de lei sob análise, quando se referem aos possíveis benefícios sociais que decorreriam do cultivo, por agricultores familiares ou trabalhadores rurais, das faixas de terra que margeiam as rodovias federais. Entendemos que soluções paliativas como esta tendem apenas a desviar a visão que governo e sociedade precisam ter de graves problemas nacionais, como a fome, o desemprego e a concentração fundiária, cuja solução efetiva somente ocorrerá quando se implantar em nosso País um amplo programa de **reforma agrária**, com resultados concretos e significativos, em termos de número de assentamentos, aplicação de recursos em infraestrutura, apoio aos assentados, etc.

Com base no exposto, voto pela **rejeição** dos Projetos de Lei nº 1.712, de 1999; nº 2.104, de 1999; e nº 3.083, de 2000.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2003.

Deputado ADÃO PRETTO
Relator

2003_4656_Adão Pretto

Como podemos constatar, o aproveitamento da faixa de domínio das rodovias pela agropecuária é proibido por lei, não havendo brechas na legislação. O que faz, tanto da ocupação dessas áreas por grandes proprietários rurais como da produção de alimentos por uma população pobre e sem terra, uma ilegalidade. Entretanto, os

significados desse tipo de ocupação são distintos. Enquanto os grandes fazendeiros visam ampliar sua área para auferir lucros ampliados, os camponeses visam a produção para sua subsistência. Além disso, a ocupação da beira da estrada pelos camponeses mostra o caráter resistente que esse sujeito social tem diante da não realização da reforma agrária e demais políticas públicas, enquanto a ocupação pelos grandes fazendeiros mostra, mais uma vez, a perpetuação do poder de domínio territorial dessa oligarquia.

CAPÍTULO 3 - RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGROPECUÁRIA DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO: BR 235/SE

3.1- Resistência camponesa nos “acostamentos vivos” da BR 235 em Sergipe

A questão central que envolve o campo brasileiro hoje é a institucionalização da propriedade privada da terra. Com isso, permite-se o capital pressionar os trabalhadores do campo objetivando extrair, cada vez mais, o trabalho excedente.

A propriedade privada da terra no Brasil é sinônimo de poder. Quanto mais se tem terra, mais se tem poder. Esta realidade enfraquece e dificulta o acesso a este bem tão disputado por parte de sujeitos sociais sem terra, consequentemente, dos desprovidos de capital.

A funcionalidade da propriedade fundiária como instrumento singular de acumulação pela via rentista se confirma não apenas porque o processo de valorização próprio da dinâmica populacional supõe necessidades crescentes de alimentos e mesmo de base física para instalação de moradias, indústrias, serviços etc., mas, sobretudo, porque a propriedade da terra é o que franqueia o acesso privilegiado aos cofres do Estado, dito de outro modo, ao fundo público (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 85).

Esta problemática, que perdura desde o período colonial com a concentração de terras nas mãos de uma minoria oligarca, vem sendo ainda mais intensificada com o agronegócio, pois essa oligarquia rural (e o capital) tem o Estado a seu inteiro favor, subjugando o fruto do trabalho assalariado e camponês, garantindo as condições dessa sujeição.

No período colonial brasileiro as terras que os camponeses conseguiam ter “acesso” já possuíam “dono”, mas, mesmo assim, estes plantavam até o momento em que o fazendeiro permitisse. “Não era raro o fazendeiro encontrar no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados” (MARTINS 1995, p. 63).

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar

principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariados (MARTINS, 1995, p. 66).

O processo de expansão do capital no campo sustenta-se na expropriação dos camponeses e proletarização dos mesmos. Todavia, essa expansão nem sempre consegue proletarizar todos os camponeses, pois muitos resistem e ocupam novas terras, contrariando as leis do capital que os pressiona continuamente.

Essa expropriação que os camponeses vêm sofrendo no campo brasileiro aguça também a resistência dos mesmos. É esta resistência que alimenta a luta pela terra, que nada mais é do que a luta contra os anseios do capital. Mesmo após serem expropriados e expulsos da terra, os camponeses que migram para as cidades têm incutido, dentro de si, um sentimento de pertencimento à terra. Esta é vista como um lugar de trabalho com a família, tendo como foco principal a subsistência. Após ser expulso de suas terras, “ele ainda quer uma explicação para o fato de ter sido expulso da terra”. (MARTINS, 1991).

No bojo do desenvolvimento contraditório do capitalismo está o campesinato, classe que é marcada pela forte mobilidade espacial, evidenciando a sua diferença com relação ao campesinato europeu, pois este se destaca pelo forte enraizamento territorial. Tal fato evidencia o porquê dessa classe social viver em constante busca por terras como estratégia importante da sua reprodução social. Assim, o camponês brasileiro luta para “entrar” na terra.

A formação do campesinato está intrinsicamente ligada ao processo de origem da humanidade, uma vez que o principal meio de vida é obtido através da agricultura e da criação de animais. Essa visão histórica dos fatos é importante para o entendimento da lógica da persistência/resistência do campesinato nas diferentes sociedades. A presença do campesinato das sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um fato marcante que materializa a perseverança dessa classe social.

O conceito de camponês ganha destaque no Brasil e se firma nos anos de 1950 com a criação das Ligas Camponesas, que lutam contra a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social. Mas, na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar ganha destaque em detrimento do conceito de camponês por alguns estudiosos. Porém, como infere Marques (2008), curiosamente desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus

impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política.

A transformação do nome camponês para agricultor familiar, seguindo os moldes do plano do governo, é também uma mudança ideológica. De acordo com Carvalho (2005, p. 25), “o camponês transformado em agricultor familiar perde sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo”. Ainda de acordo com o autor, por não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência e atualidade, nem suas perspectivas, procuram transformá-lo por meio do esvaziamento de sua história. Neste sentido, o camponês fica com o passado e o agricultor familiar com o futuro. O agricultor familiar é um novo personagem, distinto do seu ancestral camponês, gestado a partir de interesses e iniciativas do Estado.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de organização da produção, da gestão da terra e do trabalho familiar. Também não se pode esquecer que o campesinato se reproduz diante de vários processos de subordinação às quais ele pode estar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008).

O camponês utiliza a sua própria força de trabalho juntamente com a da família para a produção de alimentos, porém, ele não enxerga o excedente produzido como sendo seu lucro, e sim como uma retribuição ao seu próprio trabalho. Esta retribuição aparece materializada no consumo de bens e serviços da família. E essa especificidade do camponês o torna, ainda mais, um sujeito com características peculiares dentro de um modo de vida particular e que, contraditoriamente, faz parte do sistema capitalista de produção, que tem por finalidade auferir lucro.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

O camponês é, ao mesmo tempo, homogêneo, tratando-se da classe, e heterogêneo, tratando-se de tipificação social. De acordo com Martins (1995), existem: o camponês-posseiro, o camponês-parceiro, o camponês-proprietário, entre outros. Essa diversidade é resultado do próprio sistema capitalista, que é calcado no desenvolvimento desigual. E como fruto destas diferenças de reprodução, existência e antagonismos é que o camponês não pode ter um modelo padrão, ou seja, ter uma definição única e unilateral. Ele é bem mais do que uma mera tipificação, é um sujeito histórico e político que persiste e resiste ao passar da história humana. O nosso campesinato:

É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital. De imediato, reações de classes: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação (MARTINS, 1995, p. 17).

De acordo com Carvalho (2005), o campesinato se recria através de três processos, sendo eles: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. Essas são as formas de recriação do camponês que se desenvolvem num constante processo de territorialização e desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato.

As ocupações de terra organizadas por movimentos sociais forçaram e impulsionaram a realização, mesmo que parcial e problemática, da reforma agrária, das ações de regularização fundiária e o crédito fundiário, três políticas que são as principais formas de criação e recriação do campesinato brasileiro na última década. Enquanto a primeira e a segunda têm sido impulsionadas por milhares de trabalhadores sem terras, com a intensificação da luta pela terra e pela reforma agrária, o último foi criado como uma reação a força destas mesmas lutas, com a intenção de desmobilizar os movimentos camponeses e fomentar o mercado de terras (RAMOS FILHO, 2008, p. 13). Também não se pode esquecer do papel dos posseiros na constituição e reprodução do campesinato brasileiro, pois são eles, famílias camponesas que migram em busca de terra em lugares onde ela ainda não está apropriada privadamente.

A predominância da expropriação dos camponeses das suas terras ocorre em todo país, visto que o caráter concentrador de terras é generalizado no Brasil. Esse

processo, que em tempos passados era feito por figuras como os coronéis, hoje passa a ser feito por empresas nacionais e multinacionais de grande porte que chegam no campo com muita “sede” de lucratividade. A expropriação é o aspecto principal denotado pelas empresas agroindustriais,

O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial no processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza (MARTINS, 1991, p. 50).

Com a expropriação do campesinato, conseqüentemente, a unidade família-terra-trabalho é inexoravelmente destruída, pois o meio de produção (terra) é destituído do trabalhador. É a partir desse divisor de águas que o capital começa a se instaurar e expandir-se em prol da sua acumulação de riquezas. Neste momento, o homem é subjugado às formas de viver/trabalhar em sua grande parte desumana, uma vez que só detém a força de trabalho para vendê-la. Sendo assim, o processo de exploração e usurpação do lucro ganha força nessa etapa através do trabalho excedente produzido pelo trabalhador, seja no campo ou na cidade. Desta forma, “já não é ele, o trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com a sua família para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado” (MARTINS, 1991, p. 52).

Parafraseando Martins (1991), no momento em que o capital se apropria da terra, esta passa a ser terra de negócio, porque é uma terra que vai explorar e subjugar o trabalho de outrem. Já quando o camponês se apropria da terra, ela se configura enquanto terra de trabalho, porque é destinada para o trabalho familiar e para a subsistência, sendo vendido apenas o excedente da produção.

Diante dos imensuráveis obstáculos que são impostos contra a classe camponesa, a força e a vitalidade dela fazem crescer movimentos sociais de grande repercussão no Brasil. De acordo com Moura, “a porteira pode estar sendo fechada pelos poderosos, mas, por outro lado, as cercas podem ser e são derrubadas, a cada dia, pelos subalternos e expropriados” (MOURA, 1986, p. 52).

A batalha travada pelos camponeses contra os grandes proprietários de terras, bem como contra o Estado, expressa o caráter de insubmissão incutido nesta classe social. O ser camponês é carregado de significados adquiridos durante os vários períodos históricos que a sociedade já viveu. O que perdura em todos eles é que esta designação era destinada para nomear os mais variados tipos de trabalhadores, mas

todos eles eram trabalhadores rurais. O termo camponês e campesinato possuem intensa conotação histórica. Eles foram instituídos através de muitas lutas e derramamento de sangue. Com isso, estes conceitos são de grande força tanto teórica quanto empírica. Segundo Moura (1986),

Ora, o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outros provindos da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida (MOURA, 1986, p. 69).

O camponês tem um saber que lhe é inerente, passado de geração a geração. Esse saber é a maneira de lidar com a terra dentro da lógica do espaço e do tempo da natureza. Contudo, apesar de possuir todo esse saber, o campesinato é sempre visto como uma classe oprimida e subordinada aos grandes proprietários de terra.

O camponês é sempre visto como um excluído da sociedade. Esta relação está atrelada a entrada maciça do capital no campo, pois a partir deste momento as formas mais perversas de expropriação, violência e exploração do trabalho acontecem de forma mais incisiva com esta classe social. Porém, com a expansão dos complexos agroindustriais, o camponês transforma-se em trabalhador para o capital, sem se tornar necessariamente um operário.

[...] uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação (MARTINS, 1983, p. 17).

Assim, o deslocamento do pequeno proprietário de terras não é, por sua vez, determinado por suas próprias razões e/ou vontade, mas sim pela intensificação do capital sobre o campo, mostrando sua forte resistência ao processo de acumulação capitalista.

O campesinato é considerado uma classe social que faz parte da luta de classe da sociedade capitalista. Este segmento possui consciência de classe, porém, de forma ambígua, como bem assinala Paulino e Almeida (2010),

No entanto, uma consciência de classe que se expressa por meio da ambiguidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambiguidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo. Ao contrário, ela pode ser superada, pois a história tem mostrado que a permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

O camponês, segundo Martins (2008), só se vê enquanto classe social a partir do momento que o capital tenta expropriá-lo de sua terra, deixando-o somente com a sua força de trabalho. É nesse momento que o camponês começa a perceber que faz parte de uma classe. Embora esta classe seja a todo momento violentada, é o próprio capital que medeia esta descoberta por parte dos camponeses no seu processo de acumulação.

O campesinato se constitui enquanto classe social em “um movimento vigoroso e centrípeto, possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes” (VÉRGES, 2011, p. 14). Essa diversidade que o compõe torna essa classe ainda mais sólida e resistente aos avanços do capital. Tudo isso se dá porque “a força da unidade está na diversidade” (ibidem).

O alimento produzido dentro do modo de vida camponês possui um significado diferenciado do alimento produzido pelo agronegócio. A comida camponesa é cultivada com um objetivo deliberado, que é: a reprodução da família. O excedente de produção que chega ao mercado, embora podendo gerar lucro financeiro, continua sob a lógica de reprodução social da família. Ainda, nas áreas de produção camponesa, nos bairros rurais ou regiões marcadas por pequenas produções familiares, a divisão, doação, compartilhamento de alimentos com os vizinhos (podendo ser parentes ou não) é uma realidade. Vale enfatizar que é uma realidade notável diante de uma sociedade cada vez mais marcada pelas relações mediadas pelo dinheiro, medidas pelas relações de compra e venda.

Esse sentimento de solidariedade compartilhada entre os camponeses é um diferencial desse modo de vida, que qualquer outro segmento da sociedade não o possui, e se possui, é como “exceção a regra”¹⁶.

Podemos dizer, então, que a comida e, nela, a noção de fartura, cumpre mais que sua finalidade alimentícia. Ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é através da produção de alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, em uma linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 40).

A terra, nessa ótica, representa o sustentáculo da produção por meio do trabalho familiar. Ela é também moradia da família e dos animais, conjuntamente com o quintal produtivo que faz parte da casa.

Os conflitos gerados pelo capital no seu processo de territorializar-se na terra destrói e recria o capital. Destrói o capital por conseguir “desativar” o latifúndio improdutivo e, ao mesmo tempo, recria o capital com a própria permanência do camponês na terra. Afinal, o capital precisa de relações não-capitalistas de produção para conseguir se desenvolver no seu processo contraditório e desigual, ou seja, o capital lucra subordinando os resultados da produção camponesa.

Desta forma, todo o processo de ocupação e territorialização da terra por parte das ocupações feitas por populações sem terra acaba conseguindo promover a desconcentração de terras. Dentro desse processo existem os boias-frias, sejam eles de origem rural ou urbana, que estão sofrendo bastante com o desemprego estrutural propiciado também pela mecanização da agricultura. Estes sujeitos sociais veem na terra uma saída para se ressocializarem, fazendo a ocupação de terras. De acordo com Fernandes (2005),

¹⁶ É claro que ao mesmo tempo que ressaltamos essa característica do campesinato, sabemos que ele vive pressionado pela forma de ser do capital, fortemente avesso a determinados tipos de práticas do campesinato. Conforme MOURA (1986, p. 11-12), o mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas.

Neste contexto, o *conflito*, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da *conflitualidade*, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo (FERNANDES, 2005, p. 8).

Com a chegada do modo de produção capitalista, alguns estudiosos afirmavam com severidade que o fim do campesinato estava próximo e que iria se extinguir totalmente, pois acabaria se proletarianizando. Em outra vertente estavam os estudiosos que afirmavam que o campesinato não iria desaparecer, eles entendiam que o campesinato é criado e recriado dentro do modo de produção capitalista.

Toda essa discussão do ser camponês, bem como sua resistência, dá respaldo para entender a resistência e recriação do camponês na agropecuária de “beira de estrada” em Sergipe. Plantar nas margens da rodovia constitui-se uma alternativa para um problema vivido na cidade, como é o caso dos desempregados e ambulantes que povoam a BR 235 em Sergipe.

O livro “Os Deserdados da Terra”, de Margarida Maria Moura, um estudo de doutorado sobre os posseiros do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, se aproxima da realidade dos camponeses de “beira de estrada” em Sergipe. Essa proximidade é sentida através da explicação de Moura (1988), quando esta descreve a situação dos modos de viver da população de Jequitinhonha e caracteriza uma parcela da população como “*situante*”:

Trabalha-se a terra como situante, utilizando o quintal para plantio de andu e mandioca, a roça para o milho e o feijão, a manga para o pasto dos animais. [...] O situ ou situação acha-se disseminado em outras áreas onde inexistente o complexo grotão/chapada, onde existe simplesmente um terreno baixo e contínuo, que, no entanto, guarda os mesmos aspectos da reprodução social descritos para o grotão. [...] Mas não é exatamente assim que sua existência transcorre. Assediado pela fazenda, sempre propensa a estender seus domínios, tem esta autonomia periodicamente comprometida (MOURA, 1988, p. 127).

Em consonância com os “*situantes*” descritos por Moura se encontram em Sergipe os camponeses de “beira de estrada”. Esses não possuem terras e buscam as faixas lindeiras da União para plantar alimentos. Porém, em alguns trechos da BR 235 existem latifúndios que estabelecem conflitos e tentam expulsar esses camponeses de

terras que são da União. Os fazendeiros fazem isso para poder se apropriar dessas terras e assim aumentar ainda mais sua produção.

Os situantes buscavam as grotas em Jequitinhonha para plantar e faziam dos seus quintais roças para a subsistência da família e dos animais. Este fato também é visto na agropecuária de “beira de estrada”. Os quintais também são produtivos e existem currais improvisados para a criação dos animais. A falta de terras constitui a essência dessas atividades/estratégias, tanto no Vale do Jequitinhonha quanto em Sergipe.

Figura 15: Quintal produtivo em Areia Branca-Sergipe



Fonte: Trabalho de campo na BR 235/SE Areia Branca 14-05-2011. *Foto tirada no fundo da casa, situada às margens da rodovia, mostrando o quintal produtivo.
Foto: ALVES, Renata Batista.

Essa descrição da atividade em questão revela as características primordiais do conceito do camponês, que são: a produção, em maior parte, para a própria subsistência, o forte vínculo com a terra e o trabalho desenvolvido em família. A falta de terras é o âmago central dessa atividade, como também a força motriz para que esses camponeses desprovidos de terras busquem, mesmo de forma ilegal¹⁷, ter o acesso à terra para o trabalho e produção.

¹⁷ Em decorrência das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), existe uma profícua discussão sobre os diferentes significados de “legalidade” e “legitimidade”, ou seja, o que é ilegal pode ser reconhecido como seguramente legítimo em certas circunstâncias de desigualdade ou

Diante dos resultados da pesquisa, nota-se que estes camponeses, mesmo não possuindo de fato a propriedade da terra, nos tempos de crise sobrevivem/resistem ao processo de acumulação do capital. Como bem assinala Shanin (1979):

Esto genera una estabilidad relativa en las familias campesinas que, en tiempos de crisis, pueden mantener su existencia aumentando sus esfuerzos, reduciendo su propio consumo y retirándose parcialmente de cualesquier relaciones de mercado que puedan tener (SHANIN, 1979, p. 216).

Diante das várias teses de afirmação e negação da continuidade da existência do camponês dentro do modo de produção capitalista, a autora Conceição (1991) faz uma breve e esclarecedora diferenciação de posturas entre os clássicos que debatem a questão camponesa, quando afirma que,

[...] a tese de Lênin assimila-se com a de Chayanov. Enquanto o primeiro indicava a desintegração camponesa como necessária ao avanço do capitalismo, o segundo, defendia o sistema da unidade econômica camponesa, como processo organizativo no trabalho familiar e modelo de organização econômica. (CONCEIÇÃO, 1991, p. 49).

A pequena produção camponesa frente o processo de acumulação de capital no campo, de acordo com Conceição (1991),

[...] é uma forma de capitalização da agricultura, como transferidora permanente de valor, como ajuste da demanda permanente de valor e como ajuste da demanda estacional de força de trabalho. Sua função frente a política de colonização, não reside no equacionamento entre trabalho e consumo para a satisfação das necessidades da família, mas em função da produção de mais-valia indireta (CONCEIÇÃO, 1991, p. 111).

A relação do camponês com a terra é tê-la para trabalhar e para a subsistência da família, com isso “a família é responsável pelo processo cíclico da produção e consumo” (CONCEIÇÃO, 1991, p. 129). Na terra de trabalho da família camponesa, a produção é algo de comprometimento de todos, pois é através desta que se consegue a

degradação social. A ocorrência do “saque famélico”, reconhecido pela Igreja Católica, é um exemplo elucidativo, uma vez que reconhece o saque de supermercados ou estoques de alimentos para saciar a fome de uma população desesperada e faminta. Esse é um tema cativante que não foi possível aprofundar na análise presente nessa dissertação.

alimentação diária. Portanto, a terra tem significado especial para esse segmento da sociedade. A terra para o capital tem conotação diferente do significado da terra para o camponês, - “no pensar do padrão do desenvolvimento a terra tem como significado o lucro, e como significância, maior produção, melhor qualidade, através da proletarianização da força de trabalho familiar” (ibidem, p. 134). Assim, a terra para o camponês é:

A terra é garantia, é certeza, é vontade, o sonho de mudar, a negação da exploração da submissão. Em toda a sua vontade há uma recusa constante de ser empregado. O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra está ligado à sua condição de vida nesta terra; enquanto há condição de apropriação, há resistência à sujeição do trabalho ao capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 129-130).

A condição de assalariamento é vista pelos camponeses como a última alternativa para continuarem se reproduzindo na sociedade, quando não se tem terra para plantar. Na pesquisa de campo, quando eram interrogados sobre a vontade de trabalhar de “carteira assinada”, a resposta era sempre não, e quando trabalhavam era porque não tinham sua própria terra.

O trabalhador temporário e/ou o diarista que labuta nas grandes propriedades em períodos de colheita para receber pelo dia trabalhado, como é o caso dos que colhem milho em Carira, é aquele que recebe pelo saco “batido” (colhido). Segundo Conceição (1991), a possibilidade de contratar trabalhador temporário e a baixo custo constitui parte significativa dos lucros dos grandes fazendeiros :

[...] um meio de viabilização de maximização de seus lucros, pela utilização da mão de obra barata, camponesa, que substitui o trabalho assalariado, sem o compromisso da contratação do trabalho permanente, mas como força de trabalho temporária em períodos sazonais (CONCEIÇÃO, 1991, p. 130).

Os assalariados parciais, ou como chama Vérges (2011), semiproletariados, trabalham temporariamente por dia de trabalho. Esses camponeses complementam a sua renda como contratados por dia em troca de pagamento diário, e a renda monetária desse “salário” é, as vezes, maior do que a adquirida em sua parcela de terra, caso esta não fosse, em sua maioria, para o autoconsumo. Neste viés, insere-se uma parcela dos camponeses da beira da estrada que são diaristas, isto é, trabalham na colheita de milho

e plantam nas faixas de domínio. Com isso, podem também ser caracterizados pelo termo “semiproletário”, usado pelo referido autor.

A exploração assalariada de parte do campesinato é um aspecto da exploração da totalidade do trabalho camponês, uma vez que esta classe social luta contra a proletarianização. É dentro dessa contradição que a luta contra a proletarianização constitui também uma luta contra o longo processo de empobrecimento que sofre o campesinato.

Devido a muitos dos entrevistados possuírem baixa escolaridade ou serem analfabetos, estes almejam um futuro melhor para seus filhos, incentivando-os a estudar. Para eles, “a escola representa o instrumento de mudança, que oferece condições de acesso ao mercado, de trabalho urbano. Na incerteza da garantia da terra, a escola é o meio de viabilização do seu sonho” (CONCEIÇÃO, 1991, p. 144).

Ainda segundo a autora, a escola não representa a forma de adequação melhoria-produção-terra, mas um agente de inserção do mundo rural ao mundo capitalista. Com isso, o saber construído da escola rural reproduz a forma capitalista urbanizada de pensar. Ao acabar com as relações de vizinhança no campo, a produção do espaço do capital intensifica a dicotomia campo-cidade nas diferenças sociais de classe à medida que cria uma infraestrutura de entrada do capital para a apropriação do trabalho, mas não cria nenhuma superestrutura que permita que o trabalhador do campo possa se inserir nessa nova realidade como produtor (CONCEIÇÃO, 1991, p. 146).

Dentro deste arcabouço é possível identificar que no caso da agropecuária de beira de estrada há uma forte presença do campesinato que, de acordo com Chayanov (1981), constitui-se em formas de trabalho não-capitalistas. Porém, na sociedade capitalista é comum uniformizar os fenômenos econômicos, não fazendo distinção entre esses e os fenômenos não-capitalistas, pois na esfera da produção agrária existem as relações familiares não assalariadas. Chayanov (1981) é bastante contundente na sua teoria e afirma que,

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada (CHAYANOV, 1981, p. 133).

O modo de produção capitalista subordina as relações de produção antigas e, contraditoriamente a este processo, vive constantemente com relações não-capitalistas

de produção, como é o caso do campesinato. Oliveira (2007) destaca essa constante subordinação do campesinato ao capital, quando afirma que,

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

O camponês tem bases não-capitalistas como, por exemplo, o costume de doar aos parentes e amigos parte da sua produção. Porém, até esse costume está ligado à reprodução do capital, na medida em que “as relações socioeconômicas em si mesmas “não-capitalistas” são, onde o capitalismo é dominante, produto do capitalismo e fator de sua reprodução” (VÉRGES, 2011, p. 4).

Esse processo não caracteriza o capital enquanto uma entidade autoconsciente capaz de programar e “prevê” suas necessidades de ampliação. Nesse sentido, é de suma importância reconhecer a forte resistência política do camponês dentro de seu processo de dissolução-reprodução, produto da sua origem histórica (VÉRGES, 2011).

O camponês não visa ter como produto final o lucro, mas sim a reprodução da família. E para que isso aconteça, recorre muitas vezes ao trabalho acessório e a migração para trabalhar na cidade, porém, “são situações que, a princípio, seriam indícios de descamponização, mas que, na prática, se convertem em estratégias de resistência, um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 21).

Vale repetir que a questão central e o motor da agropecuária de beira de estrada é a necessidade, ou seja: plantar, colher e criar nas faixas de domínio da União para alimentar, ao menos parcialmente, as famílias camponesas sem terra. Com isso, a motivação do uso dos acostamentos das estradas brasileiras é um binômio formado pela concentração de terras e pelas necessidades alimentares dos produtores que produzem nessas faixas de terras públicas.

A pesquisa constatou que o sujeito social que produz na beira da estrada é um sujeito em meio a contradições que lhes são impostas. A maior parte deles vive nas cidades e povoados, ao passo que trabalham de empregados rurais diaristas e produzem nas faixas de domínio na União, transformando o acostamento da BR 235, em

acostamentos vivos. A vida urbana e rural realizada ao mesmo tempo, não minimiza ou retira a condição de camponês que produz nas margens. Esse modo de vida indica como o capital pressiona o trabalhador, da mesma forma que indica a resistência de uma classe social que é o campesinato.

Mesmo quando o camponês perde sua terra mediante a expropriação do capital, e migra para a cidade, carrega sua condição na bagagem diante desse vaivém que o capital impõe. O processo do “vai” acontece com mais velocidade do que o do “vem”, pois é muito difícil o camponês conseguir terra para retornar a condição de produtor de alimentos. Retornam com pouca frequência e através de intensas lutas. Ou ainda, como mostra esta pesquisa, o camponês ocupa terras marginais das rodovias num processo de intensa resistência à expropriação da classe camponesa. Por isso, esta atividade encontra-se presente nas proximidades das cidades, tal fato denota que a bagagem trazida “nas costas”, as heranças do passado na terra, não fora esquecida, mas alimentada na agropecuária de beira de estrada.

A família camponesa define estratégias que visam, concomitantemente, garantir a sobrevivência e possibilitar a reprodução das gerações posteriores. Esse saber tradicional é passado de geração à geração, trata-se de “uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outros, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc.” (CARVALHO, 2005, p. 30).

A sociabilidade camponesa é tão específica do seu modo de vida, que chega a ultrapassar os laços familiares e de parentesco, atinge a sua vizinhança e vai além dela. As doações são exemplos vivos de que o camponês se socializa muito rápido e se sente realizado doando parte da sua produção para outrem.

Sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários os de parentesco e de vizinhança os levam a procurar se agrupar em ‘comunidade’; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma ‘terra’. [...] é a marca do sucesso de seu modo de vida e fonte de seu cuidado com seu ambiente: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável (CARVALHO, 2005, p. 172).

A agropecuária de beira de estrada abriga muitos deserdados da terra submetidos às formas mais perversas de exploração do capital, na busca pela sobrevivência. De acordo com Martins (2004, p. 16), “são os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema

econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças”.

O sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, de resistência dos camponeses que ocupam as faixas de domínio foi percebido nos depoimentos a seguir, quando foram indagados com perguntas como: **O que acontece caso deixe de cultivar essas terras? Você acha seu trabalho na beira da estrada importante?**

Se for impedido de plantar na beira da estrada fico sem plantar porque não tenho terra. Não posso arrendar porque tá de 150 reais a tarefa¹⁸ de terra. Eu acho meu trabalho importante. Graças a Deus é meu agasalho (Entrevistado S., 2014).

Não faço mais roça e pronto. Aí enquanto Deus quiser, e eu tiver coragem eu planto. Acho meu trabalho bem importante. É bom e me sinto feliz. Na roça a gente se sente muito feliz (Entrevistado E., C., 2014).

Eu acho meu trabalho importante. Ele representa bem mais é para minha saúde porque eu me sinto bem aqui (Entrevistado M., L., A., 2014).

Aí é mesmo que me matar né!? Aí, agora, onde eu planto, onde é que eu vou fazer a rocinha? Minhas filhas ficam dizendo: pai, pare!, mas eu digo que não! Horas eu tô na roça, horas tô pescando. Ave Maria para mim não tem coisa melhor no mundo não, eu gosto de trabalhar, eu enquanto puder tá andando, eu trabalho. Eu espero só o bocado de cada dia. Mas plantar aqui é perigoso porque uma vez teve um acidente entre dois carros, e um carro caiu bem dentro da minha roça, se eu tivesse na hora tinha morrido (Entrevistado J., A., 2014).

Não tenho terra, aí procuro o beicinho de pista para plantar. Antigamente os fazendeiros dava a terra, mas agora não. Ave Maria, para mim é mil maravilha plantar aqui. É o maior prazer do mundo (Entrevistado E., 2014).

Eu me sinto bem lá. Toda vida eu gostei de plantar lá (Entrevistado J., I., 2014).

Eu acho bom plantar lá, no tempo de roça agente vem carregadinho com nossa comida. É uma maravilha (Entrevistado M., C., 2014).

O uso e a ocupação das faixas de domínio podem ser entendidos como uma negação da realidade social e injusta, como também uma forma de discordar dela sem demonstrar, visivelmente, uma luta política para mudá-la e superá-la. A ocupação

¹⁸ Uma tarefa de terras em Sergipe equivale a 55x55 metros e corresponde a 0,30 hectares. Informações retiradas do site: WWW.receita.fazenda.gov.br/.../Tabelas. Acesso em: 04-08-2015.

caracteriza-se como uma estratégia de resistência desencadeada como forma de garantir a sua existência social e econômica no modo de produção capitalista.

Existem no Brasil muitas formas de apropriação de terras devolutas e de terras não ocupadas, sem dono. Na agropecuária de beira de estrada, por ser também desenvolvida em terras da União, não tem a presença do uso comum da terra, pois o uso dessas faixas de terras se dá de forma individual. Os faxinais no Paraná e as comunidades de fundos de pasto na Bahia são exemplos de apropriação e uso comum de terras da União. Todavia, o uso comum das terras não acontece em todo o território delimitado por essas comunidades. Alguns espaços são destinados para o uso coletivo de toda a comunidade e outros espaços são destinados para apropriação privada da terra. Almeida (2010), explica como se dá o uso comum nas comunidades.

A principal característica da noção de uso comum que está em jogo é que nenhuma pessoa detém o controle exclusivo do uso e da disposição dos recursos básicos para a comunidade. Há recursos que são mantidos abertos e sob controle coletivo, mesmo que sujeitos a disposições comunitárias, que delimitem o acesso a eles. Tais disposições refletem, consoante circunstâncias específicas, um determinado grupo, comunidade ou povo para quem são mantidos abertos os recursos. A gestão destes recursos é feita pelas próprias comunidades através de normas explícitas ou através de acordos tácitos e não contratuais, que podem variar segundo as condições materiais de existência dos seus membros. Uma vez que tais condições variam, cabe ponderar que as práticas de uso comum não significam necessariamente “comunidade de iguais” e evidenciam certa heterogeneidade e planos sociais diferenciados (ALMEIDA, 2010, p. 66).

O uso comum, portanto, significa ter liberdade ou espaços sociais livres de normas determinadas pelos atos de compra e venda, que por sua vez, concretizam a transformação da terra em mercadoria. Com isso, o uso comum pressupõe, em suma, “recursos abertos” para a comunidade (ALMEIDA, 2010). Na agropecuária praticada nas margens das rodovias, devido a intensa concentração de terras no estado de Sergipe, vem ocorrendo a compra e vendas de terras nas faixas de domínio da União. Essa característica mostra algumas das diferenças entre as comunidades que fazem o uso comum da terra, e os camponeses que ocupam e plantam na beira da estrada.

As modalidades de uso comum não caminham para um modelo universal de gestão comunitária aplicável a toda e qualquer situação social ou a toda e qualquer comunidade e povos considerados “tradicionais”. Os processos de territorialização são diferenciados histórica e economicamente e não há regras invariantes, universais, passíveis de serem aplicadas a todas as identidades coletivas indistintamente. Os que se autodenominam e são denominados de comunidades de faxinais, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, comunidades de fundos de pasto, castanheiros, ribeirinhos e piaçabeiros ou de povos indígenas e quilombolas, não podem ser classificados sob um critério homogeneizador e uniformizante (ALMEIDA, 2010).

Uma modalidade de uso comum da terra ocorre no Sul do país (principalmente no Paraná) pelos chamados de faxinais. São comunidades que vivem em terras devolutas e praticam principalmente a pecuária extensiva. Cabe ressaltar que, segundo Sobrinho (2012), “grande parte dos faxinais assentam-se em propriedade privada, mas parte dele está em terras devolutas. Em ambos os casos apenas o uso da terra é comum. A apropriação do trabalho é individual”. (SOBRINHO, 2012, p. 113).

No caso dos faxinais, estes possuem o título da terra e somente a área de uso comum não é privada, e é nesta porção de terras que são criados os animais e cultivada a erva-mate, uma vez que este é um produto típico da produção faxinalense (SOBRINHO, 2012).

Os fundos de pasto da Bahia possuem uma particularidade que é o direito de posse sobre a área na qual habita. São organizados em associações formadas por grupos de famílias dentro de uma determinada área no sertão baiano.

A luta pela titulação das terras dos fundos de pasto é intensa no estado da Bahia, pois o Estado só regularizou as áreas familiares, deixando sem titulação as áreas de uso comum das comunidades, e são justamente essas áreas que caracterizam esse modo de vida particular do estado baiano. Entretanto, diante do exposto, as terras de uso comum ficam à mercê da ação dos grileiros, dos garimpos e mineradoras que atuam fortemente concentrando terras na Bahia (SANTOS, 2010).

O destino da população do fundo de pasto é incerto, pois vem ocorrendo um processo intenso de valorização das terras desses povos frente o capital, dificultando a permanência dos mesmos nesses locais. O capital chega no campo expropriando camponeses e promovendo o êxodo rural, forçando-os a vender sua força de trabalho como assalariados na cidade.

Mediante o exposto a respeito do modo de vida dos fundos de pasto percebe-se as semelhanças entre este modo de vida e o modo de vida dos camponeses das faixas de domínio, uma vez que ambos são caracterizados como camponeses, tendo assim similitudes específicas. A relação de amizade e compadrio; a ocupação de terras do Estado para sobrevivência; a busca por outros trabalhos para garantir a reprodução social são pontos em comum percebidos entre esses camponeses e que reforçam e cimentam a teoria da recriação do camponês em diversas formas para conseguir sobreviver dentro do atual modo de produção vigente.

Vale enfatizar que diferentemente dos fundos de pasto, a agropecuária de beira de estrada não consegue ter posse da terra, pois são terras da União e que não podem estar ocupadas para este fim de plantio de alimentos. É uma forma ainda mais precária de se ter acesso à terra no Brasil. Como não é passível de posse e nem podem estar ocupadas, os camponeses que delas se utilizam continuam plantando até o momento em que algum órgão competente os retirem ou não dessas terras. Vão vivendo um dia após o outro na esperança de não serem expulsos.

Cada grupo desse, com suas particularidades, vai compondo o mosaico dos camponeses brasileiros com seus modos de vida particulares que, muitas vezes, se assemelham, uma vez que a força motriz que move essa classe social é a busca por terras. Essa é uma das contradições do sistema: a busca por terras dentro de um país com extensões continentais e agricultáveis.

Uma das formas de resolver o problema acima citado é a efetivação da reforma agrária, que vise não somente a distribuição de terras, mas sim o fim da propriedade privada. Somente dessa forma, todos os problemas que envolvem a falta de terra a uma população que anseia ter acesso a ela seriam sumariamente resolvidos, pois **“a terra é um bem coletivo, sujeito ao trabalho privado mais não à propriedade privada”** (MARTINS, 1991, p. 40).

A realização da reforma agrária radical propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional em crise atualmente, porque desconcentraria renda e criaria mais empregos. Ainda “teria como uma das suas consequências, além de aumentar a produção de alimentos, a ampliação do mercado interno, um fluxo maior de renda no meio rural” (MARTINS, 1995, p. 91).

3.2- O trabalhador de beira de estrada: camponês ou trabalhador rural?

A questão agrária brasileira ainda comunga de uma política de cunho concentrador de terras e expropriador de camponeses. Neste ditame, se encontra a figura do camponês com sua diversificada composição dentro do atual sistema. Este sujeito continua sendo alvo de inúmeros tensionamentos quanto à sua existência e, conseqüentemente, ao seu desaparecimento.

Uma das formas da extinção do campesinato, acreditada por alguns intelectuais, seria por via do assalariamento e proletarização desta classe. Esse ponto é frisado por conta da expropriação em massa dos camponeses mediada pela inserção da modernização do campo. Uma outra forma do seu desaparecimento seria por via da sua metamorfose em um capitalista agrícola através da intensa entrada de tecnologia e máquinas no campo. Porém, todas essas teorias e formulações caíram por terra dentro da análise do paradigma da questão agrária, que valoriza os trabalhadores rurais camponeses dentro do processo de luta de resistência e que constata a presença constante do campesinato atuando de forma esplêndida na sociedade.

Em contrapartida ao conceito de camponês, foi instaurado no Brasil o conceito de agricultor familiar dentro de um modelo de padronização e tipificação aos moldes do capital. Esse conceito é explicado por Ramos Filho (2008) de forma objetiva:

Agricultura familiar é um conceito criado academicamente em oposição ao conceito de campesinato. Seus defensores, na academia, propagam que a agricultura familiar destaca-se pelo caráter moderno das atividades produtivas e a integração da produção ao mercado como formas modernas de desenvolvimento no campo e uma maior especialização da produção, enquanto o campesinato permaneceria como a expressão do atraso, utilizando técnicas rudimentares e o acesso aos mercados incompletos (RAMOS FILHO, 2008, p. 360).

Os camponeses atuam na sociedade através de sua importante produção de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica do brasileiro; desempenham um papel ímpar nas lutas de resistência contra o avanço desenfreado do capital no campo; lutam por melhoria de vida para os trabalhadores do campo; produzem com mais respeito a natureza.

Dentro deste viés de respeitar a natureza e cuidar da terra mesmo que não tenha a posse efetiva destaca-se os camponeses que produzem nas faixas de domínio da

União. A grande maioria não possui terra e recorre aos ínfimos pedaços de terra localizadas entre as propriedades privadas e o asfalto.

A diversidade de trabalhadores que produzem às margens da rodovia expressa o mundo do trabalho com o desemprego estrutural, e com as múltiplas profissões (cortadores de cana, ambulantes, diarista rural) que o ser humano precisa ter para conseguir se reproduzir dentro do sistema. Essa heterogeneidade de trabalhadores do campo ou da cidade, assalariados ou não, compõe o campesinato que ocupa, pastoreia, planta e colhe nas faixas de terra da União.

Vale a pena frisar que todos os entrevistados têm ou já tiveram vínculo com a terra. Isso denuncia a perversidade do sistema que transformou e vem transformando camponeses em população urbana, principalmente por causa das expropriações no campo. Porém, mesmo sendo expulsos da terra, esses trabalhadores buscam meios de retornar a ela, como é o caso da agropecuária de beira de estrada. A ocupação de terras continua sendo o principal meio de luta e pressão popular que envolve sujeitos do campo e das cidades para a conquista de um pedaço de terra.

Apesar de serem assalariados, diaristas e/ou trabalhadores informais, são caracterizados como camponês nesta pesquisa, pois 100% dos entrevistados sempre tiveram vínculo com a terra, seja no período de infância, seja trabalhando nas propriedades de outrem ou ainda seja possuindo pequenas áreas de terra. Além disso, demonstram respeito à natureza e reproduzem hábitos, costumes e tradições de seus antepassados com relação à terra.

As histórias de vida dos camponeses nos dão suporte para entendermos a sua atual relação com a terra. O viés que liga esses sujeitos com a ocupação e uso das faixas de domínio é historicamente produzido ao longo dos anos das suas vidas e ligação com a terra. Por conta disso, ao se depararem sem terras buscaram nas margens da rodovia reproduzirem, mesmo que em partes, a condição camponesa.

No estado de Sergipe a expulsão dos camponeses das terras pelos fazendeiros é o principal motivo apontado pelo produtor de beira de estrada. Os entrevistados alegaram que antigamente os fazendeiros deixavam eles plantar em uma pequena parcela da terra em troca de ter a terra capinada e preparada. Contudo, com a crescente especulação imobiliária derivada do “sucesso” do agronegócio e a intensa concentração fundiária, os fazendeiros expulsaram os camponeses que, por sua vez, ficaram sem ter onde produzir seus alimentos.

Tem fazendeiros que não se incomoda, mas tem uns que não querem deixar agente plantar aqui não. Eu vim plantar aqui porque não tinha onde plantar. Cada pedacinho por aqui é de um dono, cada quem tem um pedacinho. A maioria é de Mocambo¹⁹. Aqui tava cheio de mato, ai nós teve que roçar um espinho pesado. Fizemos um acero e toquemos fogo. Aí todo ano tomba quando tem dinheiro. Cada quem mede um pedaço aí, aqui tem 100 varas²⁰ o meu pedaço de terra, e na largura é 13 varas. Mas os lados da pista têm diferença de largura. Ninguém briga não, é tudo unido, cada qual tem seu pedacinho. A terra é boa e eu já to colhendo o restinho da minha fava (Entrevistado J., A., 2014).

Diante de toda essa problemática, esses sujeitos enxergaram nas faixas de domínio uma alternativa para o plantio de seus alimentos, expressando a forte resistência camponesa no processo de criação e recriação do campesinato. “A compreensão da trajetória de vida das famílias configura-se como o ponto de partida para identificação e análise dos diferentes espaços que são construídos no processo de criação e recriação do campesinato” (RAMOS FILHO, 2008, p. 63).

A construção desses espaços é composta por diversificadas histórias de vida e intencionalidades que dão suporte para as relações de produção praticadas nesses espaços. É a diversidade dos sujeitos que dá complexidade e riqueza à compreensão do campesinato. Com isso, não se pode excluir desse entendimento as trajetórias de vida, nem os processos que os antecederam para uma melhor desmistificação do ser camponês dentro da sociedade atual.

A fim de obter um conhecimento mais aprofundado dos camponeses envolvidos na prática da agropecuária de beira de estrada, nas entrevistas semiestruturadas existiam perguntas com direcionamentos mais diretos no que diz respeito a trajetória de vida desses sujeitos; perguntas como: a vida inteira trabalhou no campo, na roça, ou fez outros trabalhos? Tem vontade de trabalhar como assalariado no campo ou na cidade, ou mesmo em outra atividade? Há quanto tempo vive do trabalho na beira da estrada? Diante desses questionamentos, a referida pesquisa revelou que esses sujeitos sempre trabalharam no campo. Eles alegaram que não têm vontade de trabalhar como assalariados para ninguém, pois a maior vontade expressada com unanimidade é a de conseguir um pedaço de terra para trabalhar e viver dela.

¹⁹ Mocambo é um povoado pertencente ao município de Frei Paulo, que faz parte do recorte espacial desta pesquisa.

²⁰ Uma vara de terra em Sergipe equivale a 2,20 metros. Informações retiradas do site: <www.receita.fazenda.gov.br/.../Tabelas>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Mediante tais questionamentos apontados anteriormente, e de tantos outros que foram feitos durante a realização dos trabalhos de campo, ficou claro o ser camponês inculcido dentro de cada um desses trabalhadores. Suas trajetórias de vida, vínculo com a terra e o apego a agricultura fazem deles verdadeiros camponeses, apesar da grande diversidade de histórias de vida de cada um. O campesinato é isso, é heterogeneidade proporcionada pelo desenvolvimento contraditório, desigual e combinado do capital. Essa característica é ímpar para elucidar indagações postas a respeito do tema em questão. Em alguns relatos foi possível perceber a íntima relação dos camponeses entrevistados com a terra.

Eu trabalho sozinho aqui na beira da estrada e as vezes com a família. Eu trabalho vendendo pão e sorvete. Aí vendo e depois venho pra cá. Não vendo o que planto aqui. O que produzo aqui só dá para o gasto da família e alimentação de umas galinhas que tenho no quintal. Como a produção aqui é pouca, daí eu não vendo. A única coisa que planto aqui e vendo é a palma quando ficar boa de corte. Eu não tenho animal grande, só galinhas (Entrevistado E., S., 2014).

Ao serem indagados se a vida inteira trabalhou no campo, as respostas foram:

Quem eu? Direto por vida, analfabeto né, o destino de analfabeto é a roça mesmo. Trabalhava por dia. Hoje eu não trabalho mais por dia, eu me viro com esses negócios que vendo que dá para ganhar o pão de cada dia. A minha família é todinha da roça. Eu e meus irmãos somos em 14, e é tudo da roça. Uns moram aqui, outros em Ribeirópolis, outros na baixada santista, outros no Paraná, é tudo espalhado pelo mundo (Entrevistado E., S., 2014).

A vida toda eu trabalhei na roça (Entrevistado J., 2014).

A vida inteira trabalhei no campo, desde os meus 14 anos (Entrevistado E., C., 2014).

A vida toda eu trabalhei na roça com meu pai e minha mãe (Entrevistado M., L., A., 2014).

A vida inteira eu trabalhei na roça, moça. Ói eu me criei na roça. Eu comecei a trabalhar criança. E fui várias vezes para São Paulo trabalhar temporariamente de servente de pedreiro. Eu já fui umas 8 vezes, mas voltei (Entrevistado J., A., 2014).

A terra nossa é aqui. E a minha família ajuda na roça da beira da estrada. Eu planto aqui tem 30 anos. Sempre trabalhei no campo e a minha família toda também. Sou diarista nas roças do povo, e o meu dia é 35 reais. Eu vivo disso (Entrevistado J., M., 2014).

Os relatos de vida anteriormente supracitados relevam a condição em que vivem e/ou sempre viveram tais sujeitos, sendo ela mediada pela subordinação, seja no caso do trabalhador diarista, do temporário ou do boia-fria, sujeitos explorados pelo capital no seu processo de acumulação. Com isso, a possibilidade de retorno à terra, mesmo sendo em terras da União, proporciona um reencontro com as raízes camponesas obtidas desde a fase de criança.

Mesmo não possuindo a posse da terra, por se tratar de terras da União, esses camponeses produzem alimentação para a família, amigos, vizinhos e animais. A riqueza que essas faixas de terra expressam para esses camponeses vai além da posse, pois perpassa a sobrevivência da família.

Como bem assinala Martins (2008),

O que o camponês vende não é sua força de trabalho e sim o fruto do seu trabalho, que nasce como sua propriedade. Isso porque ele ainda dispõe dos instrumentos de produção. Desses instrumentos, o mais importante é a terra. Mesmo que ela não seja sua, que ele a alugue de um proprietário, que pague uma renda da terra, ainda assim, durante o período de vigência do aluguel dela, usará como se fosse sua. Na verdade, ele alugou o meio de produção, como poderia alugar as ferramentas, as máquinas, a casa. Em princípio é ele quem decide o que fazer na terra (MARTINS, 2008, p. 60).

O que o camponês vende não é a sobra da sua produção, é o produto de um cálculo feito com regras próprias, aquelas em que o camponês calcula juntamente com sua família o que irá precisar da sua produção para subsistência e o que poderá vender para adquirir mercadorias que ele não produz em sua propriedade (MARTINS, 2008).

O trabalhador camponês da agropecuária de beira de estrada produz com a ajuda da família e não compra força de trabalho de outrem para ajudar na produção ou colheita. Segundo Martins (2008), o característico camponês não é patrão e, portanto, não paga salário, mas pode em alguns momentos excepcionais precisar urgentemente de trabalho alheio em sua produção por se tratar de períodos de colheita, por exemplo. Ainda que o camponês seja socialmente dependente, porque não trabalha sozinho e utiliza trabalho familiar, seu trabalho é independente e se configura enquanto trabalho familiar independente. “A liberdade na situação social do camponês está no meio do caminho entre a dependência pessoal e a igualdade” (MARTINS, 2008, p. 64).

O camponês da beira da estrada vende uma parte, geralmente irrisória, da sua produção. Nas pesquisas de campo os entrevistados falaram que devido a não utilização

ou pouca utilização de fertilizantes e agrotóxicos nos cultivos, estes nascem em tamanho menores ao exigido no mercado pelos consumidores e também não ficam com boa aparência física, apesar de serem mais saudáveis. Esse impasse reflete na pouquíssima venda dos seus produtos, comercializados nas feiras locais dos municípios nos quais residem. A venda de seus produtos não descaracteriza o camponês, pois ele precisa do mercado para vender sua produção e adquirir produtos que a terra não fornece.

Na sociedade capitalista, o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o capital. Mas, ao mesmo tempo, ao não ser emprego, assalariado, de outrem, aparece como a pessoa que trabalha para si mesma, com sua família. O seu trabalho é independente, mas sua vida está residualmente articulada com a trama de relações do mercado (MARTINS, 2008, p. 65).

Para o camponês, o trabalho excedente e produção excedente são aqueles que excedem as necessidades da família. É como excedente que ganha forma seu trabalho excedente. Em contrapartida, para o operário ou assalariado, trabalho excedente é aquele que o capitalista se apropria e que se configura enquanto mais-valia. “Se a existência do operário se define pelo trabalho excedente, a do camponês se define pelo produto excedente em relação aos meios de vida produzidos diretamente por ele” (MARTINS, 2008, p. 67). Com isso, a venda do produto excedente é nada mais nada menos do que estratégia de reprodução da família.

O camponês possui suas particularidades e diferenciações que o diferem do operário, pois ele é uma classe social na qual seu principal meio de produção é a terra. Mesmo que ela não seja sua, ele irá tratá-la como se fosse (como afirmou Martins), demonstrando uma das suas características primordiais: a sua forte ligação com a terra.

A consciência do camponês expressa a consciência da família e da comunidade como um todo, pois seus laços são muito fortes. Tem a ver com a questão do afeto comunitário, do coletivo. Já o operário faz parte de um coletivo também, porém, é por vínculo de trabalho que se dissolve por mera situação de desemprego (MARTINS, 2008).

O trabalhador camponês das faixas de domínio possui fortes vínculos com familiares e amigos/vizinhos. Essa característica marcante do campesinato está presente nas várias regiões do país, e na beira da estrada não é diferente. Os amigos ajudam uns

aos outros, seja com trabalho ou com a doação de alimentos. Como esses trabalhadores são muito pobres, a doação e troca de alimentos produzidos por eles é bem recorrente.

Mesmo cada vez mais expropriados, transformados em assalariados na cidade, a família e a comunidade continuam sendo grupos sociais de referências para esse trabalhador. Mesmo definitivamente fora da cidade e da agricultura, quem sai do campo continua com o sentimento de pertencimento à terra, mantendo essas referências sociais. É possível encontrar nas cidades casas com hortas nos quintais e com pequenos lugares para a criação de galinhas, essa é uma característica que denota o vínculo com a terra que não foi deixado para trás. E a produção da beira da estrada é um grande exemplo dessa referência social de pertencimento ao campo. Trabalhadores dividem pequenos espaço de terra próximos ou não a suas casas e plantam alimentos e alimentam o gado.

A condição operária não cria esse vínculo de pertencimento porque suas relações sociais são qualitativamente diferentes das relações sociais camponesas.

O vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Diversamente do que acontece com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente do capital, o trabalho camponês é um trabalho independente. O que o camponês vende não é sua força de trabalho e sim o fruto do seu trabalho, que nasce com sua propriedade (MARTINS, 2008, p. 60).

O camponês e o operário são subordinados ao capital, mas de forma diferente. O operário não recebe uma parte de sua jornada de trabalho, que é a mais-valia produzida pelos trabalhadores, com isso ele recebe um salário incompleto, pois a parte que é produzida a mais pelo seu trabalho fica para o capitalista. Porém, o camponês paga um tributo excessivo que é a renda da terra, mesmo quando é proprietário dela, e os que alugam a terra de outra pessoa também pagam essa renda. Desse modo, conclui-se que tanto o operário quanto o camponês pagam ao capital para trabalhar, mesmo que seja de forma indireta. “A conflitividade na vida do camponês não vem da exploração do trabalho, mas sim da expropriação territorial, da privação de acesso à terra como meio de trabalho” (MARTINS, 2008, p. 96).

O campesinato, enquanto uma classe social que pode ser observada objetivamente porque se manifesta como classe de um ponto de vista puramente externo, a partir de suas formas de produzir e relacionar-se com o seu principal meio de vida, a terra. Se manifesta também como classe por sua capacidade de questionamentos históricos e políticos advindos da expansão capitalista que pressiona por processos de

expulsão e expropriação, principalmente pela expansão territorial do grande capital. Embora o camponês tenha esta característica muito resistente, o campesinato em princípio não tem a consciência de classe para si, pois para ter essa consciência é preciso se ver enquanto constituinte de uma classe. Isto é, uma classe dotada de consciência de classe (MARTINS, 2008).

Essa dificuldade de se afirmar como uma classe para si advém, justamente, da não separação entre produto e produtor. No mundo camponês o trabalho não é separado daquilo que ele produz. Todavia, isso não impede que o campesinato tenha alguma consciência de suas dificuldades e problemas propiciados pela expansão do capital, através da expropriação territorial.

Por isso, as lutas camponesas tendem a ser típicas lutas de resistência à expansão capitalista e resistência à sua destruição pelo capital. Por isso, também, a consciência camponesa tende a ser marcadamente uma consciência conservadora, embora o conservadorismo camponês não deixe de carregar consigo, no seu radicalismo inevitável (porque diz respeito à raiz existencial do camponês) as contradições de uma oposição ao capital e aquilo que o capital representa como destruição de um modo de vida (MARTINS, 2008, p. 101).

São essas contradições que trazem as lutas camponesas para o mundo moderno. Esse debate tem importância justamente porque faz a crítica ao capitalismo com a sua própria forma de ser. Com isso, a existência camponesa ganha força nos movimentos sociais. São movimentos que procuram realizar uma inversão de mundo e das relações sociais burguesas, que têm sido aguçadas com a expansão do capital no campo.

A expansão do capital ameaça a autonomia e o modo de vida dos camponeses, dificultando o acesso à terra. O capital ameaça porque separa o trabalhador dos seus meios de vida e impõe o estranhamento do homem em relação a si mesmo e ao mundo em que vive. Por conta disso, diferente do operário, o camponês em meio à expansão do capital reconhece com facilidade que seu mundo e modo de vida encontram-se ameaçados de ser destruídos, ao mesmo tempo que há a preservação por ser recriado pelo próprio capital. Assim, o camponês vive uma imprecisão porque está sempre condenado à destruição e, ao mesmo tempo, vive uma transição que se torna historicamente perpétua porque nunca termina, vivendo uma recriação constante.

De acordo com Thomaz Júnior (2006), o campesinato deve ser entendido dentro da classe trabalhadora, pois a classe trabalhadora atual é multifacética internamente e

diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta a formação de uma consciência de classe para si.

As diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassam as demarcações preconcebidas, sejam no campo ou na cidade, permitem compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe. Sendo assim, não se pode definir o operariado brasileiro como somente urbano, pois na sua composição estão contidos também trabalhadores rurais, além da fração subproletário, que é composta pelo trabalho informal.

O capital acarreta para o campesinato sua constante recriação dentro do sistema, por meio do arrendamento, da compra de terra, da ocupação de terras, e também provoca a expropriação dos camponeses que são forçados a se desterritorializar e vivenciar as experiências da proletarização. Porém, no seu processo de recriação, os camponeses revitalizam os esquemas de sujeição e subordinação, negando sua submissão à transferência de renda e à proletarização em outro momento da sua vida.

Nesta perspectiva, é imprescindível apostar na resistência e na busca de alternativas direcionadas para a construção da autonomia dos trabalhadores. É o que acontece com os camponeses da beira da estrada que, em sua maioria, foram forçados a se desterritorializarem no campo e vivenciar a proletarização no campo e/ou na cidade. Essa ocupação de terras das faixas de domínio é uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma alternativa de se ter “autonomia” em uma terra que não lhes pertencem de fato. É também uma forma de recriação do campesinato dentro do atual sistema que explora, expropria e proletariza um grande número de camponeses trabalhadores do campo brasileiro.

Todavia, estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só poderá ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constata de (des)realização do trabalho que qualifica plasticidade existente entre as diferentes formas de materialização do trabalho, sob a regência das relações sociais (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 19)²¹.

Diante do exposto, reconhecemos que o sujeito estudado nessa pesquisa é um camponês que ao mesmo tempo se transfigura de trabalhador rural, trabalhador urbano,

²¹ É importante assinalar que o debate acerca da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação, é polêmico e povoado de matizes ideológicos (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

ambulante e de outras formas possíveis de trabalho sem perder a relação com a terra, onde o produto da terra faz parte da sua vida.

3.3- O processo de mercantilização das terras das faixas de domínio da União na BR 235 em Sergipe

No sistema capitalista, tudo ou quase tudo se transforma em mercadoria, e com a terra não seria diferente. No momento contemporâneo do sistema no qual vive a maior parte das sociedades, a terra torna-se, cada vez mais, uma mercadoria muito valiosa e de alto valor especulativo que gera, por um lado, muita riqueza a poucos e, por outro, pobreza a muitos. Não obstante, gera também conflitos por seu domínio diante das diferentes classes sociais que compõe esse modo de produção.

No modo capitalista de produção, a construção/manutenção/destruição/reconstrução da dimensão agrária do território é o resultado explícito de complexas relações sociais, que têm materialidade física no campo, onde diversos atores (latifundiários, camponeses), com interesses quase sempre divergentes, tramam os conflitos espaciais (TAVARES, 2008, p. 77).

O crescimento acelerado do agronegócio no Brasil tem intensificado a busca por terra e também o aquecimento do mercado fundiário do país. A valorização das terras tem proporcionado a compra desse bem para o avanço das monoculturas de *commodities* e/ou especulação imobiliária, desviando da principal funcionalidade da terra que é produzir alimentos.

Com essa valorização do mercado fundiário, aumenta-se a expansão dos negócios envolvendo a compra e venda da terra em todo o país. A prova de tal evidência: nas regiões brasileiras onde o agronegócio é marcante, o preço da terra é bem mais elevado devido a supervalorização que essa produção acarreta. Isso explica a vinculação da rentabilidade da terra e a oscilação permanente do preço das *commodities*.

Sabe-se que o valor da terra pode ser considerado através da soma dos benefícios futuros esperados (ou arrendamentos futuros esperados) e gerados pela terra ao longo do tempo. Devido a terra possuir uma condição especial, visto que não pode ser reproduzida, ela favorece a condição da sua escassez física, ampliando, geralmente, o seu preço de mercado.

As alterações verificadas na agropecuária e no agronegócio brasileiro são determinantes que implicam diretamente na valorização das terras no país, proporcionando mudanças significativas no preço nas diferentes regiões do Brasil. No período entre os anos de 2004 a 2007, verificou-se uma valorização real média de 5,22%, sendo que a região Centro-Oeste e Sudeste apresentaram valorização média anual maior do que a média nacional: 5,23% e 7,37%, respectivamente (ZIILI, 2010).

A explicação para o crescente mercado e preço da terra, pode ser explicado devido ao aumento das áreas plantadas com milho, soja para atendimento da demanda mundial crescente por carnes, somada à expansão do setor sucroalcooleiro e da produção de biodiesel. Esses fatores são fortemente influenciados pelo agronegócio e sua política de exportação.

Como consequência do aumento do preço da terra, cresce também o preço do arrendamento no país como um todo. A compra ou o arrendamento da terra são formas de ter acesso a essa mercadoria de caráter especial no país. O arrendamento (aluguel) é pago ao proprietário dentro de um período de tempo afixado previamente entre ambas as partes.

O arrendamento em dinheiro é a forma mais moderna de arrendamento da terra, difundido, sobretudo, entre não camponeses, ou seja, entre grandes capitalistas da agricultura. Esse tipo de arrendamento é a forma típica do processo de expansão do capital na agricultura. Tal fato não exclui a participação de pequenos agricultores dentro desse processo de vínculo com o proprietário da terra.

A compra de uma fração de terra é feita através do pagamento em dinheiro, e, em raras ocasiões, o mercado de terras se utiliza de outro mediador na relação de compra e venda. O valor da terra é especulado no mercado, havendo períodos em que o preço aumenta ou reduz, mas, tratando-se de mercado de terras, o preço raramente decresce por conta da intensa valorização e procura dessa mercadoria especial.

Diante da problemática da impossibilidade de acesso à terra por populações pobres e sem terra, é que se tem como consequência a ocupação das áreas marginais das rodovias. Para tal problemática, se fazem necessárias algumas indagações, como: como se regula o acesso de uma unidade de produção em terras de faixas de domínio da União? Quais os critérios para determinar onde começa e onde acaba a extensão desses “direitos” informais?

Em meio às pesquisas de campo realizadas pôde-se comprovar que uma parcela dos camponeses da beira da estrada não tem a terra enquanto uma mercadoria aos

moldes do sistema do capital, sendo apenas um meio para reprodução familiar. Isso não quer dizer que parte dos camponeses que produzem nas margens das rodovias não reproduza a renda da terra.

A pesquisa de campo não nos priva de informações originais e impactantes, e isso faz com que se descubra mais elementos sobre objeto pesquisado para além das hipóteses iniciais presentes no projeto de pesquisa. Dito isto, faz-se necessário explicitar a venda das terras das faixas de domínio, bem como o arrendamento das mesmas.

A princípio, a ocupação praticada espontaneamente pelos camponeses nas faixas de domínio reflete a especificidade da “economia camponesa”, pois a produção é baseada no trabalho familiar, orientada especialmente para a subsistência e reprodução da família. Essa posição é oposta à lógica capitalista do trabalho assalariado, do lucro, da acumulação e da reprodução ampliada. Em um segundo momento, a venda e o arrendamento das terras na beira da estrada constituem um meio de ter acesso a esse bem natural pelos camponeses e, ao mesmo tempo, é vista como uma forma de se ter uma propriedade individual privada de algo que não lhes pertence por direito, já que as terras pertencem a União. Essa contradição, que é típica do sistema capitalista, não deixa os camponeses de fora.

Uma das formas do camponês utilizar a terra é por meio da ocupação e posse, opondo-se à uma imposição central do capitalismo que é a relação de compra e venda da terra. De acordo com Musumeci (1988),

A posse, constituindo um regime de apropriação por e para o trabalho, traduziria uma lógica específica camponesa, contrária aos princípios fundadores e legitimadores da propriedade privada, sobre os quais assentaria a expansão do capitalismo no campo (MUSUMECI, 1988, p. 43).

Os camponeses da beira da estrada não podem ser chamados de posseiros pelo fato de não ser possível conseguir o título da propriedade, uma vez que as faixas de domínio não são passíveis de ocupação (muito menos de usucapião). Apesar de não possuírem a posse da terra nas margens das rodovias, os camponeses constroem uma íntima relação com a terra, o que acaba proporcionando uma individualização do trabalho e do pedaço de terra no qual desenvolve sua produção. Sentem-se “donos” de cada “lote”, dividido de forma costumeira e verbal, dado que “todo ser humano exerce individual ou coletivamente posse ou domínio sobre determinado território onde se reproduzem socialmente” (TAVARES, 2008, p. 68).

A palavra “dono” é utilizada como termo para designar os atuais ocupantes das terras na rodovia federal 235-SE. Porém, o termo mais utilizado pelos camponeses não é posse, mas sim “direito”. O estudo feito pela autora Musumeci (1988), que se debruça sobre a questão das “terras livres” da fronteira na Amazônia em seu livro “O Mito da Terra Liberta”, se aproxima, um pouco, da realidade vivida pelos camponeses da beira da estrada. São camponeses que ocuparam terras devolutas “sem dono” e que resistiram aos avanços do capital em terras maranhenses, devido a apropriação feita pelos grileiros. Para a autora, os camponeses estudados por ela utilizavam o termo “direito” para designar “os domínios individuais de apropriação da terra, a extensão e a antiguidade da posse, e o objeto das transações mercantis (diz-se por exemplo: “comprei o “direito” de Fulano”; tenho um direito de cinquenta hectares)” MUSUMECI, 1988, p. 65.

Na agropecuária de beira de estrada, o direito é conquistado pelo primeiro ocupante do pedaço de terra na faixa de domínio. O camponês ocupa a terra para produzir diante das várias necessidades que passa com a família. Sendo assim, a partir do momento que ocupa a terra, ele passa a ser “dono” e possuir o “direito” sobre esta. De acordo com Musumeci (1988), o “direito” é

O ato de ‘amansar’ a mata virgem, ato via de regra realizado individualmente (e, bem ao gosto de Lévi-Strauss, através de uma queimada, de um ‘cozimento’), que nasce o direito. Ele deriva da ocupação, do trabalho desbravador, e inclui ‘uma liberdade de dominar o terreno como que fosse dono’, ou seja, uma prerrogativa especial sobre o trecho de terra descoberto e ‘assituado’ pelo camponês. Cada direito, uma vez fundado, pertence ao seu dono e, como tal, pode ser objeto de compra e venda, de trocas e doações (MUSUMECI, 1988, p. 66).

A descrição e conceituação acima citada, elucida de forma plausível o que acontece na beira da estrada quanto ao uso, ocupação e “direito” de apropriação dessas terras da União. Neste processo, todo o direito sobre essas terras é garantido de forma verbalizada e acordada tacitamente entre os ocupantes da beirada estrada. Quando alguém se apropria de um pedaço dessas terras torna-se dono, e a partir desse momento ninguém mais o ocupa além do “dono”. E se este posteriormente quiser vender a “sua” terra é feito um acordo baseado em um pagamento e, desde então, passa-se o direito sobre essas terras ao comprador. A mercantilização dessas faixas de terras vem se tornando algo corriqueiro e bastante procurado pelos camponeses pobres e sem terras.

A duração do tempo de “direito” sobre o terreno na beira da estrada é baseada na permanência do trabalho empregado nesta terra e na parcela de terra em produção agrícola, significando o uso contínuo dessa parcela por uma mesma família. O “direito” pode ser transferido no caso haja acordo de compra e venda, ou doação (quando uma família passa o direito para outro). Ainda, há relatos de abandonos de áreas, as quais podem ser ocupadas pelo primeiro que trabalhar o lote de terra após o abandono de outrem.

A concessão das terras de pai para filho ou ainda para algum parente não depende dos trâmites legais, pois são terras não passíveis contratos legais (escrituras, etc), só depende tão somente de compromisso oral entre as partes envolvidas. Esta é uma forma de assegurar a reprodução camponesa nas faixas de domínio, bem como uma garantia de que os familiares irão dar continuidade ao trabalho de produção de alimentos. Com isso, a “herança” dessas terras tem um papel importante dentro desse modo de vida.

No processo de compra e venda dessas terras percebe-se que não é vendido apenas o produto do trabalho, mas a terra em si mesmo.

Se o direito pode ser mercadoria, e se ele não abarca necessariamente apenas o produto do trabalho, deduz-se que a própria terra é em muitos casos comprada e vendida pelos camponeses, mesmo na ausência de um mercado institucional, juridicamente sancionado, para a ‘terra nua’ (MUSUMECI, 1988, p. 69).

No depoimento de um dos entrevistados fica explicado como acontece a compra e venda dessas terras da BR 235:

Eu não tenho terra não. Oi essa parte daqui mesmo eu fiz foi comprar, tá entendendo? Um cara roçou mas não teve coragem de frequentar, aí perguntou quanto eu queria, aí eu disse, oxe eu compro! Eu comprei a um cara que tinha chegado de São Paulo aí ficou aí e disse que ia ficar morando, aí roçou não teve coragem de plantar e foi embora. Eu nem sabia direito quem era o cara. No tempo que eu comprei foi 200 reais, eu comprei assim: **eu não tô comprando a terra eu, tô comprando é pra mim plantar né.** Que essa terra não é da gente, é só para plantar. Do pé da cerca pra cá não é de ninguém, né, pertence a pista. O meu pedaço de terra é daquele pé de jurema pra cá (...)Aí o meu lado era esse pedaço aqui. Aí eu enfrentei tanta da salamandra aqui dentro. Eu tenho uns 10 anos que eu trabalho aqui, todo ano eu planto. (Entrevista, E. S., 2014).

Segundo dados colhidos em campo, como essa prática de plantar às margens das rodovias pode chegar a 40 anos, depoimentos mostraram que antes não havia esse processo de mercantilização. Porém, com o passar dos anos e, consequentemente, com o aumento de expropriação dos camponeses e concentração de terras, o acesso a essa mercadoria especial se tornou ainda mais acirrado ao ponto de essas faixas de domínio público se tornarem foco de ocupações pelos trabalhadores e suas famílias.

Os camponeses da beira da estrada se apropriam das terras lindeiras adjacentes às estradas para desenvolverem o processo produtivo de cultivos, porém, sem a formalização jurídica da propriedade, uma vez que essas terras não podem ser ocupadas para tais fins.

Tem gente que vende. Vende de boca porque não quer plantar mais, aí chega outra pessoa e vende de boca e fica tomando de conta. Uma tarefa vende a 50 conto. Aqui peijaram para comprar esse meu terreno. Mas eu não vendo não, aqui eu vou ficar aqui até enquanto o DNER não impatar. E se Deus permitir que eu me aposente eu vou ficar aqui também. Eu vivo trabalhando no campo. Catando milho, aí como hoje eu não fui trabalhar, aí pensei: vou lá para a rocinha catar fava (Entrevistado, J., 2014).

Nas entrevistas também encontramos a prática do arrendamento que acontece da seguinte forma: o “dono” do “lote” não quer vender nem plantar, na maioria dos casos, por ser de idade avançada e propõe ao/aos interessados nessas terras em optar pelo arrendamento feito mediante um acordo fixado previamente em dinheiro ou em produto. O trabalhador paga a quantia, que geralmente varia entre 150 e 300 reais o arrendamento, e pode plantar o que quiser na terra e ficar até o período de colheita. O arrendamento se dá, em sua grande parte, na forma de dinheiro. Desta forma, tem-se a renda da terra em dinheiro²².

Nos dados coletados em campo contatou-se, mesmo que minoritariamente, a existência daqueles que plantam a sua roça e depois vendem a maior parte da colheita

²² Essa forma de renda não-capitalista da terra, a renda em dinheiro, é comum no campo brasileiro, onde um grande número de camponeses expropriados de suas terras ou com pouca terra arrendam terras de outros proprietários que, na sua grande maioria, são latifundiários, para produzir alimentos, com força de trabalho familiar. Mas também se arrendam terras de camponeses-proprietários, que, por falta de mão de obra familiar na sua unidade de produção, ou por estarem com a idade avançada, não tem condições de cultivar toda a terra e arrendam parte dela para outro camponês. Lembrando que, aqui, a renda usufruída pelo arrendamento é consumida dentro da própria unidade de produção familiar camponesa. Portanto, não se transforma essa fonte de renda camponesa em capital. Essa prática difere, portanto, da dos arrendatários que são capitalistas que arrendam terras (TAVARES, 2008, p. 82).

na beira da estrada, ou a vendedores ambulantes e até a fazendeiros da região. As plantações de milho e capim são as mais procuradas pelos grandes proprietários de terras, porque servem de alimentação para os animais, em especial para o gado. Eles analisam o tamanho do pedaço da terra e a plantação, com isso acordam valores entre si e fecham o negócio. Os trabalhadores relatam que dessa forma eles se sentem mais seguros, pois sabem que não terão que se aventurar nas feiras locais para vender seu produto. E quando o produto é para consumo humano, como nos casos de venda as margens da rodovia, as exigências são maiores, do tipo: o tamanho da espiga do milho tem que ser grande e a espessura da macaxeira não pode ser muito fina.

Eu planto aqui há 8 anos. Dali, até aquela ponte, é meu. E isso tudo aqui era meu também. Mas aí eu me aposentei, daí veio um cara e pediu para eu vender para fazer uma rocinha. Aí eu vendi a ele, mas já me peijaram para comprar esse que eu tenho, mas eu não vendo não. Eu vendi de boca e foi 450, aí eu disse tome conta agora a escritura vá pegar lá no DNER [risos]. Aí com 2 anos depois ele já vendeu a uma mulher mais o genro por 1.200. Não é vender a terra é vender o lugarzinho para a pessoa plantar. Antigamente os fazendeiros dava a terra para agente plantar, mas agora é tudo arrendado. E só arrenda se for muita terra, pouca terra eles não arrendam não. Aí nós pobre que não tem a terra, a nossa sorte é esses beijo de pista. Minha primeira roça foi essa aí no primeiro ano que eu tava roçando, chegou o pessoal que cuida das estradas e perguntou o que eu tava fazendo, aí eu disse que tava fazendo uma rocinha. Aí eles perguntaram o que eu plantava e eu disse que plantava de tudo. É fava feijão, milho, abobora, melancia, macaxeira. E me perguntaram: se nós precisar da terra? Aí eu disse: amigo aí você pode meter a máquina e derrubar tudo (Entrevistado, J. A., 2014).

Vale enfatizar que as vendas das terras das rodovias não possuem formalização jurídica de propriedade, uma vez que essas terras não podem ser ocupadas para produção de alimentos e nem para a comercialização. Desta forma, fica evidente que as faixas de domínios são inapropriáveis perante a lei, mas caracterizam-se em “propriedade” para os camponeses que as ocupam, apenas em relação ao fruto do trabalho realizado. São donos somente do que produzem e não das terras onde produzem.

Existe a venda das terras aqui. O povo vende um pedaço por 100, 150, varia (Entrevistado J., I., 2014).

Comprei esse pedaço daqui na mão de outro, 3 tarefas por 700 reais (Entrevistado, 2014).

A minha terra aqui eu comprei. Comprei duas tarefas por 400 reais (Entrevistado M., C., 2014).

O termo chave utilizado pelos camponeses da área estudada não é posse, mas “direito”, portanto, o direito designa os domínios individuais/familiar de apropriação e uso dessas terras lindeiras. Com isso, o processo de venda dessas terras ocorre não em função do papel, mas sim do direito de produzir na terra comprada.

O direito é contudo um termo mediador do processo de compra e venda das faixas de domínio permitindo e tornando legítimo tanto o uso privado da terra quanto a negociação individual de terras, as quais os camponeses não possuem direitos jurídicos. E apesar de não haver cercas delimitando cada lote, nenhum estranho ocupa essas terras sem o “dono” permitir. Uma invasão de alguém é considerada um ato altamente desrespeitoso.

Diante da mercantilização dessas terras adjacentes às rodovias, não necessariamente pode-se concluir que os trabalhadores envolvidos nesse processo percebam a terra exclusivamente como meio de produzir através do trabalho familiar. De acordo com Musumesi (1988, p. 69), “Se existe o ‘mercado paralelo’ dos direitos, a terra também pode ser representada e valorizada como mercadoria (ou “suporte” de mercadorias) – independentemente, até, da sua incorporação imediata ao processo produtivo”.

Quando o camponês da beira da estrada ocupa pela primeira vez a terra das faixas de domínio, primeiro queima o mato presente, para depois começar a preparar a terra para o plantio.

Eu não tenho onde plantar e os fazendeiros não dá terra. Eu não tenho terra. Aqui tava num mato, aí destopemos e estamos fazendo roça até hoje. Enquanto eles não impatarem né (DNIT), a gente planta. Só não pode cercar (Entrevistado E., C., 2014).

Tava um mato grande demais, aí rocei e comecei a plantar (Entrevistado M. L. A., 2014).

A partir do momento em que se limpa o terreno pela primeira vez torna-se “dono” do pedaço de terra e, conseqüentemente, adquire “direitos” sobre ele. Nesse sentido, a terra é vista com a finalidade da produção de alimentos e subsistência, e somente às vezes o pequeno excedente é vendido.

Esses camponeses só param de plantar ou vendem essas terras para alguém quando não têm mais condições de produzir. Em casos como: doença, morte, envelhecimento e necessidade financeira, pois se trata de pessoas muito pobres que ocupam essas áreas. São nessas circunstâncias que ocorre o processo de compra e venda devido à falta de terras.

No caso do uso pecuário (pastoreio do gado) ou de coleta de capim nas margens da rodovia, a “gestão” dessa terra é distinta da área agrícola/plantada. Como em boa parte das margens da BR 235 cresce capim, a divisão dá área apropriada por essa população segue apenas uma regra, que é: o capim é livre para aquele que chegar no local para pastorear ou coletar. Não há demarcação de área, há sim o uso livre no momento de pastoreio e coleta. Exemplo: se um camponês estiver coletando capim, outro não pode tira-lo daquele lugar, porém, no momento de ele deixa de coletar, outro pode pastorear ou coletar na mesma área. Com isso, no caso da pecuária e coleta de capim na beira da estrada, não existe relação de compra e venda, como no caso de algumas das áreas agriculturáveis.

Apesar da inexistência de cercas, não há possibilidade de qualquer vizinho ou estranho entrar no pedaço de terra de outrem sem recomendação expressa do “dono” do “lote”. Algumas invasões foram relatadas, mas com a conotação de roubo. A invasão de alguém é considerada um ato de desrespeito com o “dono” do lote.

Tem muito roubo, tava roubando meus aipim. Como fica na beira da estrada, fica desprotegido de qualquer um (Entrevistada M., 2014).

A procura pelas terras das faixas de domínio vem crescendo de forma rápida, sendo a pobreza, a concentração de terras e a precariedade do trabalho pontos decisivos na busca por essas faixas de terras.

Por certo, o uso totalmente “especulativo” da terra não é e nem poderia ser a estratégia adotada por esses camponeses. Embora isso não impeça que eles ao fazerem da terra uma terra de trabalho para a família, possam ter também em vista a propensão de “vendê-la” num momento futuro, diante de uma necessidade.

Na tese de doutorado de José de Sousa Sobrinho, intitulada “O camponês geraizeiro no oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra”, o autor estudou as comunidades de fechos de gerais e, segundo Sobrinho (2012), também acontece a venda das terras de forma não jurídica a outrem. Na verdade há uma

transferência do direito de uso para outra pessoa, mediante um pagamento de valor baixo, ou muitas vezes, como afirma o autor, como uma bola de arames. Com isso, o valor de uso é colocado em prática em detrimento ao valor de troca. Esse modo de vida caracteriza o campesinato brasileiro, seja ele dos fechos de gerais, ou das margens das rodovias.

Quando ocorrem as transferências, a quantificação do valor realiza-se em *bolas de arame*. Isto indica que apenas a quantidade de dinheiro gasta na construção da cerca, e de modo muito impreciso e geralmente subestimado ao trabalho empregado, é computado na transação. A terra e seus elementos: vegetação, água, capacidade produtiva do solo, não são computados nas transferências e pode-se, pois, afirmar que ocorre uma transferência de direito de uso territorial (SOBRINHO, 2012, p. 37).

Com o avanço dos latifúndios com pretensão de apropriação das terras das faixas de domínio, é conferido à terra outro sentido, este coerente com as relações sociais de produção capitalista, cuja característica principal é a privatização da terra e não somente do seu uso. Assim, essas terras passam a ter uma apropriação capitalista e não mais uma apropriação camponesa, com cultivos de subsistência plantados pelos camponeses pobres e sem terras do estado sergipano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária de beira de estrada é reconhecida nessa pesquisa como uma forma de resistência que resulta de transformações históricas no processo de produção do espaço agrário, pois a forte concentração fundiária presente no país constrói altos muros e espessas cercas limitando o acesso ao bem natural (terra) por populações camponesas. Não é por menos que essa atividade nas margens das rodovias encontra-se mais presente onde a concentração da terra é mais acentuada ou onde há o domínio de monoculturas. Temas como a concentração fundiária, pobreza rural, campesinato, reestruturação produtiva, e agronegócio são o sustentáculo para entender essa atividade que se desenvolve em vários lugares do Brasil.

A concentração fundiária presente no Brasil impulsiona uma série de problemas para a sociedade. Um deles é a presença forte da pobreza, principalmente no campo. Esse fator influencia a vida da população de forma geral, seja no quesito educação, saúde, alimentação, entre outros. Por exemplo, o valor da cesta básica nacional vem aumentando a cada ano, o que faz a sociedade sofrer muito com o aumento dos preços dos alimentos. Tal fato chega a ser contraditório, pois vivemos em um país imenso em termos territoriais e com terras bastante férteis que poderiam ser melhores aproveitadas para a produção de comida, saciando a fome de milhares de pessoas no país ao baratear o preço dos alimentos.

A pobreza e a desigualdade são produzidas como determinante estrutural para a produção de riqueza. Esta determinação é realizada na subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca na reprodução ampliada do capital. O trabalho acumulado, objetivado e alienado assume a forma de ativos do capital. Sujeitos produtivos são subjugados às exigências perversas do capital, só são reconhecidos como consumidores (CONCEIÇÃO, 2013).

Esse agravante se tornou uma constante para a sociedade, ao passo em que a estrutura agrária brasileira continua concentrada e sob poder de uma elite agrária que não pensa no bem estar de todos os brasileiros. Essa situação tem conotações históricas, coloniais, quando a terra passou a ser mercadoria de difícil acesso por parte dos mais pobres, pois só pode ter terra quem tem dinheiro para comprá-la. Dessa forma, muitas pessoas foram e continuam sendo excluídas de ter acesso à terra no país. Com isso, cresce, a todo momento, o número de conflitos no campo levado a cabo pelos movimentos sociais, ao passo que também aumenta outras formas de resistência, a

exemplo da ocupação produtiva das margens da rodovia, da produção de “acostamentos vivos”.

A instauração da propriedade privada da terra estimulou a concentração da terra no país e essa vem sendo ainda mais concentrada com a entrada do agronegócio no campo. O agronegócio destrói o meio ambiente e a cultura camponesa por via da monopolização do território e da territorialização do capital. Tais procedimentos do capital expropriam camponeses das suas terras e fazem crescer o número de desempregos e de pobres no Brasil e no mundo. As grandes monoculturas voltadas para a produção de um único cultivo diminuem a riqueza da produção camponesa que, por sua vez, é voltada para a policultura.

O agronegócio é financiado pelo Estado e por organismos como o Banco Mundial sob o comando das grandes corporações que monopolizam o território. A produção do alimento cede lugar à produção de *commodities*, agroquímicos e *royalties*. A redução cada vez maior da produção de alimentos que compõem a cesta básica da população e o processo intenso de pauperização dos trabalhadores expressam a barbárie que o próprio sistema tem produzido no campo.

Antes de constituir saída para a pequena propriedade camponesa, o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeito à condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra, os camponeses se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital (CONCEIÇÃO, 2013).

A exploração do trabalhador passa a ser ainda mais intensificada com o processo de reestruturação produtiva do capital, neste caso no campo. Este acontecimento se deu por via da crise do capital de 1970. A partir desse momento o capital começa a procurar saída para a crise, sendo que tal fato só acontece através da exploração da mão de obra humana, já que somente a força de trabalho humana é capaz de gerar mais-valia e, consequentemente, o lucro.

No campo esse processo se intensifica o crescimento das monoculturas de exportação e com a instalação das agroindústrias, expropriando camponeses e ao mesmo tempo explorando-os. Esse processo expulsa camponeses das suas terras, fazendo com que cresça o exército de reserva de desempregados. Várias são as modificações ocorridas no campo brasileiro com a presença forte do modelo agroexportador das

grandes agroindústrias do setor alimentício, que concentra cada vez mais terras e gera pobreza.

A classe trabalhadora do campo também sofre com a criminalização dos movimentos sociais feita pela elite agrária do país que, por sua vez, não defende a realização da reforma agrária no país. O abafamento de qualquer tipo de manifestação se dá constantemente através dos aparelhos repressores do Estado. São ainda mais marginalizados devido a mídia corrupta e covarde brasileira ter o poder de alienação de boa parte da população. Nesse sentido, o objetivo da reestruturação produtiva é precarizar ainda mais qualquer forma de trabalho, intensificar as jornadas de trabalho, incentivar mesmo que de forma indireta o trabalho infantil, desempregar os assalariados, aumentar o número de terceirizados e ocultar com ajuda da mídia todo esse processo.

Toda essa discussão acima elencada perpassa o objeto de estudo analisado nesta pesquisa que é a agropecuária de beira de estrada. A heterogeneidade dos trabalhadores que ocupam e plantam nas margens das rodovias evidencia as mudanças sofridas no mundo do trabalho e que são intensificadas pela reestruturação produtiva do capital e pela perpetuação inabalável da concentração fundiária. São sujeitos sem terras que compõe a polissemia do mundo do trabalho e dividem a superexploração dos empregos com a produção de alimentos na beira da estrada. Essa é uma estratégia de sobrevivência e resistência do campesinato para conseguir se reproduzir mediante a exploração e subordinação do trabalhador ao capital.

A exploração assalariada de parte do campesinato é um aspecto da exploração da totalidade do trabalho camponês, uma vez que esta classe social luta contra a proletarianização. É dentro dessa contradição que a luta contra a proletarianização se constitui também uma luta contra o longo processo de empobrecimento que sofre o campesinato.

A atividade em análise denuncia a concentração de terras observada em vários estados do país. Esta atividade vem se espalhando pelo país devido à falta de acesso à terra por parte dos trabalhadores. E esse vem sendo um novo meio de conseguir “entrar” na terra, mesmo que seja se apropriando de pequenas faixas ao longo das rodovias do Brasil.

A ocupação e uso das margens de rodovias, de propriedade da União, é uma dimensão observada no campo brasileiro e sergipano em que se constata a necessidade de acesso à terra como alternativa ao desemprego e à ausência de condição digna de

sobrevivência. A agropecuária de beira de estrada “abriga” muitos deserdados da terra e sem destino, submetidos às formas mais perversas do capital.

A agricultura de beira de estrada é uma expressão metabólica do mundo dominado pelo capital, produzindo diversas formas de organização e resistência.

A expressa resistência alocada nos “acostamentos vivos” das rodovias enriquece e fortalece a temática que envolve a questão agrária brasileira. A discussão do ser camponês, bem como sua resistência, dá respaldo para entender a resistência e recriação do camponês na agropecuária de “beira de estrada” em Sergipe. Plantar nas margens da rodovia constitui-se em uma alternativa para um problema vivido no campo ou na cidade, como é o caso dos desempregados e ambulantes que povoam a BR 235 em Sergipe.

O uso e ocupação das faixas de domínio pode ser entendido como uma negação da realidade social e injusta, como também uma forma de discordar dela sem demonstrar, visivelmente, uma luta política para mudá-la e superá-la. Essa ocupação caracteriza-se como uma estratégia de resistência desencadeada como forma de garantir a sua existência social e econômica dentro do modo de produção capitalista. Essa atividade é uma forma de recriação do campesinato dentro do atual sistema que explora, expropria e proletariza um grande número de camponeses trabalhadores do campo brasileiro.

Desta forma, essa atividade produtora de alimentos básicos demonstra que a disputa por terra no país está acirrada, e que alguns camponeses se submetem a plantar em qualquer terra que não esteja cercada privadamente.

A produção de alimentos de subsistência denuncia o quão a sociedade é carente de terra e, conseqüentemente, de comida. A pobreza assola a população de forma violenta, a ponto de fazer idosos, aposentados, desempregados, assalariados (superexplorados) irem ocupar faixas de terras ao longo das rodovias para garantir parte dos alimentos consumidos pela família.

As faixas de domínio estão sendo muito importantes para os trabalhadores que as ocupam. Mesmo sem ser juridicamente função delas, essas terras estão cumprindo a sua função social, pois estão sendo totalmente produtivas e alimentam muitas famílias não só em Sergipe, mas no Brasil como todo. A riqueza de culturas e de histórias de vida ali presentes expressam o quanto a terra é importante para os camponeses e como deveria ser melhor distribuída entre todos, só assim as desigualdades, a fome e a miséria seriam diminuídas no país.

Apesar de parecerem supérfluas, as faixas de domínio possuem uma grande representatividade para os que delas vivem, e que se em algum momento forem expulsos não têm mais onde plantar nem como alimentar sua família. Esses trabalhadores vivem cada dia como se fosse único, na certeza de que a qualquer momento podem ser intimados a saírem dessas terras. Mas enquanto esse fato não acontece, eles vão produzindo e vivendo dos alimentos cultivados nelas, e da pequena renda que pode subtrair dessa atividade.

As produções de alimentos desenvolvidas nas faixas de domínio das rodovias compõem formas de luta pela *sobrevivência*, diferindo das formas de luta por *transformação* levantadas pelos movimentos sociais no campo, conforme MITIDIERO, 2010. No entanto, mesmo sem organização política, a primeira forma de luta corresponde a uma ação de *resistência* contra as formas injustas de organização da sociedade e do território. O uso e o trabalho na beira da estrada provocam questionamentos acerca do papel da propriedade privada individual da terra na sociedade capitalista. Assim, o exemplo estudado nos direciona para além do clamor pela Reforma Agrária, levando-nos a pensar em outros formatos de organização fundiária, baseado na apropriação coletiva e/ou comunitária da terra, ou no direito ao uso e não sob o julgo do direito de propriedade privada da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 84, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência. IN: CANUTO, Antônio; LUZ, Cassia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAGLI, Priscilla. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Manual de procedimentos para a permissão especial de uso das faixas de domínio de uso das rodovias federais e outros bens públicos sobre jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. Brasília, Ministério dos Transportes, 2008. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/faixa_dominio>. Acesso em: 02 abr. 2014.

BUAUNAIN, Márcio Antônio. Reforma agrária por conflitos. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A pobreza como uma produção social. In: **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil o caso de Cruz Alta/RS. São Paulo: Editora Outras Expressões CLACSO, 2011.

CARVALHO, D. M. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. Dissertação de Mestrado. NPGeo: São Cristóvão, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A Readequação do estado aos interesses do capital. O crescimento da pobreza e da fome no mundo**. Curitiba, 2009.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Maçano Bernardo. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, p. 16-25. Jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/13/7_cavalcante_e_fernandes_13.pdf>. Acesso em: 23-08-2013.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **Revista GEONORDESTE**, Ano XXII, n. 2, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A questão camponesa**: o olhar sob o signo dialético. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia Meridiano**, n. 2, 2013.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. Tese de Doutorado, Campinas/SP, 1984.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/defaulttab_brasil.shtm>. Acesso em: 15 out. 2012.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 84, 2006.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOCATEL, Celso D. Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, Bogotá, 2012.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente. **Revista Nera**, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1º ed., São Paulo, EDUSP, 2004. 173 p.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Agropecuária de beira de estrada: estudo preliminar sobre as práticas agropecuárias na faixa de domínio da rodovia federal BR 235, estado de Sergipe**. Anais XI Jornada do Trabalho. João Pessoa, 2010

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Agropecuária de beira de estrada ou agropecuária marginal, ou, ainda, o campesinato espremido**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 16, n. 23. p. 43-59. Jul./dez. 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Geografia Agrária: Perspectivas do início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O campo no século XXI**: território de visa, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. São Paulo: Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21. Jul./dez. 2004, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. IN: ROSS, Jurandyr L. Geografia do Brasil. São Paulo, EDUSP, 2003.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Agronegócio e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Os (des) caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992-2011). **Boletim Data Luta**, 2012.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

SANTIAGO, Márcia Santos. **Areia Branca: espacialidades e interações na rede urbana de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de pasto: tessitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 84, 2006.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHIMADA, Shiziele Oliveira. **Do latifúndio e do Agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do Senhor e do Escravo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SILVA, J.G.; GÓMEZ,S.E.; CASTAÑEDA, R.S. “BOOM” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas reflexões. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13 n. 16, p. 07-21, Jan./Jun. 2010.

SILVA, Lenyra Rique da. O novo Brasil agrário: modernização sem mudança? In: **Do senso-comum à Geografia Científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, EDUFS, 1996.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

SOBRINHO, José de Sousa. **O camponês geraizeiro no oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária e territorial do trabalho. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de visa, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004a.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – Qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho**. Santiago de Compostela, 2004b.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Se Camponês, se Operário! limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil**. Geografia e Trabalho no Século XXI. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006a.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classes no Brasil)**. Revista Pegada, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 103-122, nov. 2006b.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, José Eli da. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, Edson et. al. (org.). **Distribuição de riqueza e crescimento**

econômico. Ministério do Desenvolvimento Agrário. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília: 2012. p. 173-200.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, 2011.

WOORTMANN, Klass, “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**, Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

XAVIER, Carlos Vinicius. **Análise sobre a concentração de terras na expansão da agroindústria canavieira:** estudo de caso na região de Andradina. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ZILLI, Julcemar Bruno **Valoração das propriedades rurais em Carazinho/RS e Cascavel/PR:** uma análise das opções reais. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Piracicaba-São Paulo, 2010.